

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, INICIADA NO DIA 28 DE JANEIRO DE 2003.** -----

----- **ACTA NÚMERO VINTE E UM** -----

----- No dia 28 de Janeiro de 2003, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do Primeiro Secretário, Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto, na qualidade de Presidente em exercício, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho e pelo Excelentíssimo Senhor Engº Feliciano Marques Martins da Cruz David, respectivamente Primeira Secretária e Segundo Secretário. ----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António Manuel Dias Baptista, António Modesto Fernandes Navarro, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Artur Santos Madeira, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Domingos Alves Pires, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João de Deus Gomes Pires, João Jofre da Fonseca Costa, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmiento, Joaquim Maria Fernandes Marques, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Rui Roque, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria da Graça Barata Niny Mexia, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Martinho José Baptista, Nelson Pinto Antunes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Rodolfo José Caseiro, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rodrigo Jorge de Moctezema Seabra Pinto Leite, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Lobo Gomes da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro,

Sérgio Lipari Garcia Pinto, Susana Maria Nunes Silvestre, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, António Manuel Pimenta Prôa, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, José Dimas Bernardes Salsinha, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, António Manuel Passos Rapoula, Pedro Miguel Alves Amaro, Eduardo Manuel Reis Vieira, Luís Branco da Silva, João Manuel Sousa Santos Reis, Ana Cristina Martinho Ferreira Costa, Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro Roque Pinho Bissaia Barreto, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, Carlos Filipe Marques Lima, Isabel Maria de Almeida e Castro, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José Luís Teixeira Ferreira, Lourenço Ramos Bernardino. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Saldanha Serra (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Branco da Silva. -----

----- Francisco Fernandes Martins (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Miguel Rodrigues Coelho. -----

----- Manuel Mendes Nobre Gusmão (PCP), por 10 dias, sendo substituído pelo Deputado Municipal Eduardo Manuel Reis Vieira. -----

----- Nuno Baltazar Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Cristina Costa. -----

----- Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Manuel Passos Rapoula. -----

----- António Ferreira de Lemos (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Pedro Miguel Alves Amaro. -----

----- Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP), por 90 dias. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Carlos Lima (PCP) Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, mas não foi substituído. -----

----- Às 15 horas e 20 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente em exercício** declarou aberta a reunião, entrando-se, de imediato, no período de intervenção do público. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Sr. Arqtº Miguel Albergaria**, Rua dos Sapateiros, 207, 1º esqº 1100-578 Lisboa, falando em nome da Comissão de Moradores do Bairro de Santa Cruz, leu um extenso documento onde se referia que era preciso recuperar o carácter humanista da cidade, enquanto território de liberdade e por isso também de responsabilidade, enquanto território de construção da democracia, como ponto de encontro e partilha

da sua população e das diversas actividades económicas, de forma equilibrada e no respeito fundamental pelo cidadão. -----

----- Tudo isso no respeito pelo passado, pela história, passado do qual herdaram o testemunho e co-responsabilidade perante o futuro, para o qual deixaram as suas obras, individuais e colectivas, as suas construções, os seus testemunhos. -----

----- Tinham de pensar a cidade e o território enquanto comunidade e no interesse dela. Não podiam permitir arbitrariedades prejudiciais à comunidade, originadas por interesses privados e, por vezes até, lamentavelmente com a conivência dos órgãos eleitos democraticamente por essa mesma comunidade. Não podiam permitir que fossem essas arbitrariedades a definir os grandes projectos que iam construir a cidade, uma má cidade, prejudicando as populações. -----

----- Eram necessários instrumentos urbanísticos de regulação dos interesses individuais face aos interesses do colectivo, como forma de controlar as arbitrariedades nas decisões urbanísticas, decisões técnico/políticas, ou político/técnicas, ou económico/técnico/políticas ou como quisessem chamar a decisões que cheiravam a esturro, por manifesta incompetência das soluções apresentadas para resolver certos problemas. -----

----- Como instrumentos urbanísticos para fazer cidade havia os planos directores, os planos de pormenor, os regulamentos urbanísticos, e tinham, sobretudo, o diálogo inteligente, a transparência na relação entre eleitores e órgãos eleitos. Por isso, os projectos tinham de ser feitos no respeito pelas populações, com a sua consulta para as tornar co-responsáveis nas soluções. Teriam que ser feitos estudos de impacte ambiental, realizados de forma responsável, durante o projecto e influenciando o projecto, em vez de serem feitos no final dos projectos apenas porque era obrigatório fazê-los, e muitas vezes feitos de forma demagógica para justificar soluções de carácter especulativo sendo, por isso, documentos políticos e não documentos técnicos, que é o fundamento da necessidade de os realizar. -----

----- Por vezes tinha-se a sensação que as coisas eram todas feitas ao contrário: primeiro acertava-se o negócio, depois minimizavam-se os impactes, e a obra nascia torta e por vezes mortífera. -----

----- Isso, segundo disse, foi o que aconteceu no Bairro de Santa Cruz a propósito da construção da CRIL. Em primeiro lugar com um viaduto; depois, com a introdução do nó da Damaia e a inevitável e destruidora quarta via para cada lado. Essa situação levava os moradores a constituírem-se como grupo isolado de autodefesa decidido a evitar o desastre e a obrigar todas as instituições, órgãos eleitos e organismos públicos, a assumir as suas responsabilidades perante os cidadãos. -----

----- Este era, portanto, um acto de política dos cidadãos pela defesa do bairro e da cidade, pela transparência e legalidade na relação do Estado com os cidadãos, pela defesa da cidadania. -----

----- Por isso, não aceitaram no passado nem aceitavam agora, as apropriações e /ou manipulações por parte dos diferentes grupos partidários. Exigiram no passado, e esperavam agora, que todos os grupos partidários defendessem a causa do moradores do bairro e não a usassem para quezílias partidárias. -----

----- Vieram hoje à Assembleia Municipal esperando que ela fizesse aprovar, por unanimidade de todos os grupos políticos, uma moção que repudiasse o famoso nó da Damaia, que era um verdadeiro cancro agarrado à CRIL, que repudiasse a construção da quarta via para cada lado, que exigisse a construção da CRIL com apenas três vias para cada lado e, se possível, em túnel como forma única de minimizar os impactes dramáticos da poluição atmosférica e sonora e das vibrações que tornariam impossível a fruição dos espaços exteriores das habitações, e dever-se-ia, ainda, realinhar a directriz da estrada de forma a não destruir nenhuma moradia. -----

----- Rematava a exposição que a solução de túnel permitiria, ainda, aproveitar o espaço à superfície para melhor ligar os concelhos de Lisboa e da Amadora, o Bairro de Santa Cruz e a Damaia de Baixo, isso em vez de se criar uma cicatriz no tecido urbano que afastasse populações que estavam ligadas desde há cerca de meio século. -

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que a Assembleia tomara a devida nota, a Câmara Municipal certamente também, mas a Assembleia tinha uma Moção sobre o problema que colocara, para ser discutida e votada no período de Antes da Ordem do Dia desta Sessão. -----

----- **A Sra. D. Maria Teresa Alves**, moradora na Rua Comandante Augusto Cardoso, n.º 90, 1500-191 Lisboa, disse que em 1994 esteve na Assembleia Municipal representando determinada população da cidade, que por acaso era do Bairro de Santa Cruz de Benfica: o viaduto era ameaça. -----

----- Deste então o sentimento constante que acompanhara os moradores mais directamente atingidos pelo que teimavam em chamar de progresso, tem sido a angústia por não saberem o que os esperava num futuro próximo, porque, às dificuldades que todos tinham, lhes acrescia a incerteza de não saberem quando uns veriam as casas mutiladas e outros as veriam destruídas. -----

----- Era gente que trabalhou e continuava a trabalhar para assegurar às suas famílias um bem-estar melhor do que eles tiveram, e tinham feito isso com muita dignidade, pelo que não mereciam esta afronta, esta contínua humilhação durante quase nove anos, tudo porque nos gabinetes de quem decidia no País essas pessoas eram reduzidas a meras abstrações, sem direito ao conforto, à saúde e à beleza. Em suma: à qualidade de vida que deveria ser objectivo da obra humana. -----

----- Contudo, apesar da avançada idade de muitos e da falta de tempo de outros, nunca passara pela vontade de ninguém desistir deixando o seu destino em desastradas mãos alheias. -----

----- Perguntou, depois, quanto dinheiro, que era de todos, não teria sido gasto em projectos mal pensados e completamente divorciados da realidade, e sugeriu que se aplicasse esse dinheiro em favor dos cidadãos e não contra eles. -----

----- Referiu que ontem, através do Presidente e do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, os moradores do Bairro de Santa Cruz sentiram que finalmente havia vontade activa de quem podia para pôr cobro à insensatez, pelo que esperavam, agora, que o querer fosse poder. -----

----- Infelizmente tinham um saber, de experiências feitas, de que as boas vontades nem sempre eram quanto bastasse porque os interesses particulares de certa classe,

cuja ideologia exclusiva era ganhar à tripa forra, se sobrepunham em demasia aos interesses da comunidade. Estavam alerta, confiantes, porém cautelosos. -----

----- Continuariam atentos na defesa dos direitos que eram seus e que tinham o dever de legar aos que vierem depois. As cidades eram a projecção da cultura de um povo e teriam que ser a expressão de um querer colectivo para que nelas se identificassem e através delas os identificassem. -----

----- Disse, a terminar, que toda a luta que foram obrigados a empreender teve, ao menos, uma virtude: é de que era urgente e necessário classificar-se este tipo de bairros como património da Cidade de Lisboa, porque, de facto, eram insubstituíveis.--

----- **O Senhor Presidente em exercício** agradeceu a intervenção, que vinha no seguimento da anterior, e disse que todos tomaram a atenção devida e certamente que a Assembleia hoje deliberaria sobre a matéria. -----

----- **O Sr. Fernando de Almeida**, morador na Rua Acácio de Paiva, n.º 8, 2º dtº 1700-005 Lisboa, disse que há cerca de seis anos, a pedido da Câmara Municipal de Lisboa, foi constituída a Comissão Instaladora da Associação de Residentes do Auto-Parque José Duro, para o que pagaram, individualmente, uma cota inicial de 50 contos por cada lugar de estacionamento. Foi feito um protocolo com a AMBELIS SA, que não resultara em nada, foram aprovados os estatutos e celebrada a escritura pública de constituição da Associação em 25 de Março de 1998, no 7º Cartório Notarial de Lisboa, e no dia 21 de Outubro de 1999 celebrara-se a escritura de cedência do terreno em direito de superfície por 99 anos, pela Câmara Municipal de Lisboa à Associação de Residentes do Auto-Parque José Duro, para a construção do parque. -----

----- Com a EMEL fizeram também um protocolo para a construção do parque, em Julho de 2000, que também nada resultara. A Associação pagava contribuição autárquica pela cedência do terreno. -----

----- Disse, depois, que o Vereador Carmona Rodrigues podia dar o arranque deste processo que actualmente se encontrava parado, porque se durante um ano a estagnação permanecer, a Assembleia Geral da Associação deliberara que ela se dissolvesse, o que seria a pior das decisões ao fim de tanto esforço desenvolvido pela Associação e seus associados. -----

----- Referiu que o assunto já tinha sido abordado, na generalidade, no dia 3 de Dezembro passado pelo Sr. José Adriano de Castro Vinagre, na Assembleia Municipal de Lisboa, conforme exarado na acta n.º 16, a folhas 4. -----

----- Terminou pedindo o interesse da Assembleia para este assunto. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que a Mesa da Assembleia Municipal iria indagar junto da Câmara o andamento do processo e posteriormente daria informação. -----

----- **A Sra. D. Paula Valhelhas**, moradora na Rua Irene Isidro, n.º 5 – 3º frente, Valejas, 2745-663 Barcarena, falando em nome da Comissão de Trabalhadores do Arquivo Municipal do Alto da Eira, leu o seguinte comunicado: -----

----- “As instalações do Arquivo Municipal de Lisboa, sito no Alto da Eira, foram encerradas face à falta de salubridade do espaço, faz hoje precisamente 3 meses,

procurando a edilidade camarária com esta medida salvaguardar a saúde de funcionários e utentes daquele espaço. -----

----- Sob proposta desta Comissão, foram assegurados serviços mínimos que se concretizam em: -----

----- - Dar informações relacionadas com o expediente geral, movimentos de obras e outros, bem como garantir a contabilidade, economato e secretariado da Divisão de Gestão de Arquivos. -----

----- - O acesso aos depósitos do Alto da Eira só se efectua para dar resposta a situações urgentes relacionadas com acções judiciais, edifícios em derrocada, mas cumprindo sempre com os procedimentos mínimos de segurança indicados pela Divisão de Segurança, Higiene e Saúde para o acesso a esse local. -----

----- Estes serviços mínimos foram garantidos em regime de total disponibilidade e voluntariado pelos funcionários do Arquivo. -----

----- Na sequência do encerramento do Arquivo Municipal, a 28 de Outubro de 2002, foram suspensas algumas das funções que esse serviço presta, tanto a municípios como aos vários Departamentos da Câmara. -----

----- Os municípios e cidadãos em geral deixaram assim de poder contar com: -----

----- - A consulta e reprodução de documentação administrativa, licenças de utilização, plantas de imóveis, memórias descritivas necessárias para alguns actos de gestão da sua vida particular e/ou profissional. -----

----- - Consulta e reprodução de documentação de carácter histórico, necessária ao bom andamento de trabalhos académicos e científicos. -----

----- Verifica-se, deste modo, a violação dos preceitos do Código de Procedimento Administrativo e da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos, bem como a Lei de Base dos Arquivos que estabelece um compromisso entre a administração e o cidadão em geral, nomeadamente no que respeita ao direito à informação. -----

----- Este direito é igualmente consagrado na Constituição da República Portuguesa e na Declaração Universal dos Direitos do Homem, pelo que facilmente se conclui que a presente situação é de modo a violar os princípios universalmente consagrados. -----

----- Convém consciencializar que esta violação causa prejuízos sérios na vida de todos aqueles que se vêem privados de aceder à documentação de que necessitam, prejuízos que nem as indemnizações a que têm direito ressarcirão. -----

----- Muitos actos da vida civil, como escrituras ou contratos deixaram assim de se fazer, ou estão suspensos sem data marcada, pelo que já se diz, e com razão, que parte da cidade está parada. -----

----- O estudo da história da cidade e a conseqüente promoção da sua memória encontram-se igualmente comprometidos, adiados. -----

----- Do ponto de vista dos serviços camarários, esta situação apresenta índices de gravidade igualmente preocupantes. Efectivamente, com o encerramento do Arquivo deixaram de se efectuar: a recepção e conferência de documentação nova, a recepção e conferência de documentação requisitada, a satisfação de requisições de documentos em arquivo, actualização de movimentos de documentação e respectivos ingressos. ---

----- A agravar este panorama refira-se o empenho que a Autarquia tem colocado no encerramento de inúmeros processos pendentes, o qual se traduzia, em última análise, no avolumar de milhares de milhares de processos findos que aguardam a entrada em arquivo. -----

----- Esta situação veio quebrar todo um trabalho de gestão documental que se encontrava em curso e fomentar o estabelecimento de circuitos paralelos que colocam em risco a integridade da documentação. -----

----- Assim, não havendo qualquer contacto oficial com a hierarquia camarária que nos permita ter conhecimento das medidas adoptadas para a resolução deste problema, nem dos critérios considerados para esse efeito, os funcionários vão sendo confrontados com notícias veiculadas pela comunicação social, contrariando o acordado em reunião realizada em 17 de Outubro de 2002, onde esteve presente a Sra. Vereadora da Cultura, Maria Manuel Pinto Barbosa, em representação do Executivo, bem como os sucessivos pedidos formais de audiência que até à data não tiveram qualquer receptividade. -----

----- Estas notícias, particularmente preocupantes por não apresentarem uma visão de conjunto da realidade do Arquivo, omitindo vários aspectos essenciais ao seu bom funcionamento deixam antever soluções pouco consistentes, de funcionalidade duvidosa que só se compadecem na base do desconhecimento da dimensão do serviço e da função arquivo. -----

----- Com efeito, o Arquivo Municipal, no âmbito das suas competências e actuação, alicerça-se em dois pressupostos fundamentais: por um lado, o direito à informação por parte dos cidadãos, por outro, a noção de que a Câmara Municipal de Lisboa, concretizada nos seus inúmeros órgãos e serviços, constitui um enorme produtor de documentação, hoje relevante para a administração no cumprimento cabal das suas competências, amanhã memória da cidade que urge conceber e gerir como um todo articulado e sistémico, sob pena de comprometer o arquivo histórico do futuro. -----

----- Não é demais referir que estamos tão só a falar do segundo maior arquivo do País em termos de extensão do ser acervo. Encontramo-nos na linha da frente quanto aos métodos de trabalho e aplicação das normas internacionais da arquivística moderna, o que se deve em grande parte ao empenho e profissionalismo de todos os seus funcionários. Tendo-se desde sempre disponibilizado para colaborar na resolução do problema que afecta todos, os funcionários do Arquivo representados nesta Comissão, reiteram a sua disponibilidade e reclamam o seu direito à informação. -----

----- Pretendemos com esta intervenção sensibilizar quanto à exponencial acumulação de documentação à margem de qualquer medida de gestão, o que facilmente se traduzirá num caos, prevenir a implementação de medidas não acertivas por parte do Executivo, alertar esta Assembleia para a grave dimensão do problema que resulta da real importância do Arquivo, e reivindicar – repito – reivindicar o direito ao trabalho em condições condignas de desempenho das suas funções para o cerca de 70 funcionários do Arquivo Municipal de Lisboa que se encontram nos seus domicílios ao abrigo do artigo 70º do Decreto-Lei do Regime de Férias e Licenças da Administração Pública. -----

----- E, antes de mais, solicitar a intervenção desta Assembleia no sentido de sensibilizar o Executivo para a célere e eficaz resolução do problema.” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que na Conferência de Líderes, há instantes realizada, foi acordado, na sequência do pedido de audiência que foi formulado, que a Assembleia Municipal iria receber a Comissão de Trabalhadores do Arquivo Municipal do Alto da Eira, e também saber junto da Câmara Municipal qual a solução para este assunto. -----

----- **A Sra. D. Cláudia Boléo**, moradora na Av. do Brasil, 134 – 3º esqº 1700-076 Lisboa, disse que fazia parte dum grupo informal que se tem preocupado com o futuro dos Artistas Unidos, um grupo de teatro com uma importância enorme em Lisboa e no País, que tem desenvolvido um trabalho muitíssimo interessante, também considerado no estrangeiro. -----

----- Em 29 de Agosto do ano passado o grupo foi desalojado das suas instalações, a Câmara, através dos Pelouros do Urbanismo e da Cultura, prometera que o assunto se iria resolver, mas o certo era que até ao momento, tirando algumas conversas, nada tinha sido feito. -----

----- Como espectadora podia dizer que os Artistas Unidos sempre tiveram a sala cheia, muitas vezes pretendia ver espectáculos deles e teve que esperar semanas para arranjar bilhete. Portanto, tratava-se dum grupo de teatro com um número de espectadores muito grande e variado, jovens e pessoas mais velhas, pelo que queria perguntar à Câmara, nomeadamente aos Vereadores responsáveis pelos referidos Pelouros, quando começavam as obras e os Artistas Unidos poderiam voltar para o seu espaço. -----

----- Recordou que ontem faria três anos a permanência dos Artistas Unidos no Espaço A Capital, no Bairro Alto, pelo que insistia que fosse dada uma resposta porque não havia direito que um grupo de teatro com uma actividade tão interessante e tão valiosa estivesse desalojado e não se fizesse nenhum esforço para resolver o problema. -----

----- Concluiu pedindo que se fizesse alguma coisa para que os Artistas Unidos voltassem ao Bairro Alto porque era ali que os seus espectadores queriam continuar a vê-los, porquanto se tratava de um grupo que merecia o maior apoio e era tempo de se resolver a situação. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que a Mesa tomara devida nota do que foi dito, procuraria indagar, junto da Câmara, qual o ponto da situação sobre o problema, e posteriormente daria resposta. -----

----- **O Sr. Raul Pinheiro Henriques**, morador na Av. D. Carlos I, n.º 101 – 2º dtº 1200 Lisboa, falando em representação da Direcção da Associação de Moradores Adjacentes à Assembleia da República (AMAAR), disse que em fins de 2001, a Câmara Municipal de Lisboa e a EMEL puseram à consideração da Associação um plano de intervenção na zona, que passava por estender o estacionamento tarifado pela Rua D. Luís e vias adjacentes, o que já estava executado, enquanto a Av. D. Carlos I seria objecto de obras de remodelação no sentido de maximizar o número de lugares disponíveis. Mas, até ao presente, não só esse programa não fora implementado como,



entretanto, vinham deparando com algumas acções avulsas executadas à revelia desse plano, sem que fosse pedida a opinião da Associação ou dado qualquer conhecimento prévio. -----

----- Consistiram essas acções avulsas na remodelação dos passeios frente a algumas entradas do quartel do Regimento de Sapadores Bombeiros, com a implantação de dezenas de pilaretes e uma dúzia de grades, estas perpendiculares ao sentido da via e ladeando as entradas do referido quartel, ficando esse passeio transformado numa autentica pista de obstáculos. Além de terem fundada suspeição de que essas obras não foram autorizadas, portanto que eram ilegais, elas representavam uma delapidação do erário público, porquanto viriam a ser anuladas pela tal intervenção na avenida, assim se gastando dinheiro duas vezes. -----

----- Isto – disse – para já não referir que dessas obras apenas resultavam prejuízos para os moradores, nomeadamente em termos da sua mobilidade e do estacionamento dos seus veículos, vendo-se agora confrontados com o facto consumado. -----

----- Para agravar a situação, por três vezes, a últimas das quais hoje mesmo, a Polícia Municipal foi multar e rebocar os carros que se encontravam estacionados nos passeios da avenida, mas começando sempre pelos estacionados em frente aos n.ºs. 99 e 101. Essas acções desenvolveram-se sem o conhecimento do comandante da Divisão de Trânsito da PSP, com o qual a Associação estava em contacto e que estava a par das dificuldades sentidas pelos moradores da zona, e que por isso se abstinha de autuar os veículos em infracção até que houvesse um projecto de estacionamento. -----

----- Tratara-se, portanto, de acções também elas avulsas, ou seja, não integradas em qualquer política de ordenamento do estacionamento, a qual, de resto, só deveria ser levada a cabo quando houvesse alternativas para os moradores e em diálogo com os parceiros sociais, entre os quais a AMAAR. -----

----- Por outro lado, além de avulsas, as acções executadas pela Polícia Municipal sob denúncia do comandante do Regimento de Sapadores Bombeiros, tiveram um carácter selectivo e punitivo sobre os carros estacionados no referido passeio. -----

----- Disse, ainda, que a gravidade dessas situações levava a Associação a vir à Assembleia Municipal fazer esta intervenção, já que muitas das diligências anteriores, lamentavelmente não mereceram, ao longo de quase dois anos, uma resposta, pelo que esperavam que desta diligência viesse a decorrer, finalmente, uma retoma de colaboração entre a Câmara e a Associação, para o que solicitavam, com carácter de urgente, a marcação de uma reunião. -----

----- A terminar, pediu que não se fizessem acções avulsas e casuísticas, mas sim acções planeadas quanto à questão do estacionamento na avenida e, por outro lado, que os parceiros sociais, nomeadamente as Juntas de Freguesia da zona e a Associação, passassem a ser convocados e a ter voz activa uma vez que eram os principais interessados. -----

----- (Entregou na Mesa documentação referente ao assunto acabado de referir). -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que a Assembleia iria solicitar informações à Câmara e depois daria uma resposta sobre o assunto. -----

----- **O Sr. Carlos Moura**, morador na Rua D. Carlos Mascarenhas, n.º 26 – 2º, 1070-083 Lisboa, leu a seguinte exposição: -----

----- “No seguimento, quer do Parecer, quer da tomada de posição pública da QUERCUS em relação à construção do túnel de desnivelamento da Rua Joaquim António de Aguiar até à Praça Marquês de Pombal, com saídas para a Rua Artilharia Um, Av. Fontes Pereira de Melo e Av. António Augusto de Aguiar, considerando que: ----- Apesar do pedido expresso para que assim fosse feito, não foi apresentado, até ao momento, pela Câmara Municipal de Lisboa qualquer estudo de trânsito e mobilidade que permitisse aferir das previsíveis alterações de movimentos de veículos em toda a zona afectada, nem apresentado cálculo do número de veículos circulantes no túnel, quer em valor total, quer por intervalo de tempo; -----

----- Não foi dado início à realização de um estudo de impacte ambiental, ou pelo menos de incidência ambiental, que permitisse avaliar as probabilidades de existência de alterações dos índices de qualidade ambiental, quer durante, quer após o término da obra, lembrando que neste caso qualquer alteração dos índices de qualidade do ar provocarão graves consequências no futuro, à luz das novas Directivas Comunitárias; -----

----- Não foi ainda elaborado um estudo de geomorfologia da zona em causa, questão tanto mais grave porquanto os recentes acontecimentos do túnel do Metropolitano e abatimentos de solo na Baixa Pombalina deram indicações das fragilidades a este nível na Cidade de Lisboa; -----

----- Não estão disponíveis ao público quaisquer referências relativas aos impactes desta obra sobre a actividade comercial existente ao longo do corredor afectado; -----

----- Não foram contempladas questões da probabilidade de sinistros no túnel nem tão pouco estudo algum indica as medidas exigidas para minimizar e acorrer atempadamente em auxílio de possíveis sinistrados tendo em conta as características peculiares do perfil desta obra; -----

----- Não foram cabalmente esclarecidas as preocupações manifestadas em relação à adequação do presente projecto com o PDM em vigor ou com o plano de pormenor do quarteirão adjacente à Rua Artilharia Um; -----

----- Em conformidade com estes factos e com as opiniões quase unânimes de todos quantos se debruçaram sobre a escassa informação disponibilizada no que se considerou ser uma consulta pública. -----

----- Vem o Núcleo de Lisboa da QUERCUS exortar a Assembleia Municipal de Lisboa a recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a suspensão imediata do processo de avaliação das propostas apresentadas a concurso. -----

----- A retoma do processo de participação pública, com a realização dos estudos acima indicados, que consideramos fundamentais para a apreciação do projecto e a incorporação das preocupações e sugestões sugeridas na tomada de decisão. -----

----- Não obstante, a acrescentar aos argumentos invocados, a QUERCUS aproveita para informar a Assembleia Municipal de Lisboa que já iniciou as tramitações necessárias para um processo de convocação de um referendo municipal para o projecto acima referido, não entendendo dever este estar sob perigo de suspeita de

desdém da actual gestão camarária em relação aos cidadãos, ser de forma alguma condicionado pela Espada de Dâmocles numa adjudicação da obra. -----

----- Apelamos assim, e mais uma vez, para que impere o bom-senso nas decisões da gestão camarária.” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que a Assembleia já tinha promovido um debate sobre o túnel das Amoreiras, e a Câmara tomara devida nota das questões que então lhe foram colocadas. -----

----- **O Sr. Eduardo Ribeiro**, morador na Praceta 1º de Maio, n.º 5 – 3º esqº 2745-316 Queluz, disse que a questão que ia apresentar tinha a ver com a criação do Centro de Artes da Capital, no Bairro Alto, que, tendo em consideração as promessas feitas pela Câmara Municipal de Lisboa, era um projecto que neste momento estava completamente estagnado. Isto porque, no dia 29 de Agosto de 2002, foi encerrado o Espaço da Capital e, para sua perplexidade, de há 5 meses a esta parte aquele espaço estava encerrado, as coisas que lá se encontravam, cenários e materiais diversos, estavam a deteriorar-se e a actividade desenvolvida pelas companhias sediadas até essa data naquele espaço estava em riscos de extinção. -----

----- Para si, como para um conjunto vasto de pessoas que frequentavam aquela zona da cidade, era muito importante a existência de um Centro de Artes naquela área para a divulgação de propostas culturais a que muito dificilmente conseguiam ter acesso noutras zonas de Lisboa. -----

----- Portanto, a sua questão dirigia-se ao responsável pelo Pelouro da Cultura e/ou responsável do Pelouro do Urbanismo, de quem desejava obter uma resposta concreta sobre o ponto da situação do projecto do Centro de Artes da Capital. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que a Assembleia tentaria saber algo relativamente á questão apresentada, para depois dar o esclarecimento pretendido. -----

----- **O Sr. João Fiadeiro**, morador na Av. Ressano Garcia, n.º 38 – 2º dtº 1070 Lisboa, disse que era coreógrafo, director da Companhia de Dança Real, representava um projecto denominado “Eixo da Dança” que era composto por uma série de estruturas ligadas à dança contemporânea, nomeadamente o Festival de Danças na Cidade; a companhia de Vera Mantero, Rumo do Fumo; a companhia Eira, de Francisco Camacho; a companhia de Clara Andermate; e o Fórum Dança. -----

----- Esse “Eixo da Dança” era um grupo que se estabeleceu, há cerca de dois anos, com o intuito de encontrar um espaço de trabalho para essas companhias. A proposta era legitimada por um trabalho muito aprofundado e muito activo durante toda a década de noventa, onde participaram em vários festivais, desde a Europália/91, passando por Lisboa/94, a EXPO’98, Porto/2001 e agora Coimbra/2002, ou seja, eram estruturas e companhias de dança que estiveram desde sempre associadas aos projectos de visibilidade e de projecção local, nacional e internacional da arte contemporânea portuguesa, mas chegaram a um momento em que se depararam com total falta de espaços, total falta de condições de trabalho, não só a nível de apresentação mas também de investigação, de formação e de todas as actividades necessárias a que arte contemporânea não só existisse no presente mas fosse também transmitida para as novas gerações. -----

----- Esses espaços pura e simplesmente não existiam, fazia este mês um ano que tiveram uma reunião com a Vereadora da Cultura, Dra. Maria Manuel Pinto Barbosa, onde os vários intervenientes expuseram os seus problemas, lançaram algumas opções, designadamente a possibilidade de compra de um edifício no Bairro Alto, na Rua das Gáveas, que, com um preço muito aceitável, poderia permitir a colocação dessas companhias de dança contemporânea e resolver grande parte dos problemas que elas tinham, porque de alguma maneira eram estruturas que representavam quase a totalidade dos intervenientes internos, coreógrafos, técnicos, programadores, etc., que estavam envolvidos com a dança contemporânea. -----

----- Portanto, propuseram essa ideia há um ano, entretanto criaram uma ligação de cumplicidade com o Centro das Artes da Capital no sentido de criar uma triangulação de interesses, o Centro seria um local sobretudo de atendimento, de espectáculos, e o Eixo seria sobretudo um local de formação e de investigação, mas o que era facto é que até hoje não tiveram qualquer resposta concreta. Em Julho, a Vereadora e o Presidente da Câmara estiveram no Centro das Artes da Capital, a Vereadora da Cultura aproveitara para visitar o espaço da Rua das Gáveas e mais uma vez tiveram oportunidade de expôr a afirmar a preocupação que tinham, mas continuavam numa situação de suspensão. -----

----- Concluiu sintetizando que a sua questão tinha a ver exactamente com o problema de espaços para a prática da dança contemporânea, para a preservação dum património que existia e pertencia a Lisboa porque a maior parte dos coreógrafos eram de Lisboa, mas caso nada fosse feito essa comunidade pura e simplesmente desaparecia e ficava sem qualquer tipo de hipótese para fazer aquilo que era o mais importante, no fundo transmitir o *know-how* e o conhecimento que foram adquirindo ao longo dos anos para as próximas gerações. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** referiu que Câmara com certeza ouviu a intervenção feita, a questão dos espaços era uma responsabilidade da Câmara mas a Assembleia faria todos os esforços para que a actividade da companhia não acabasse por falta de espaços. -----

----- Seguidamente, terminada a intervenção do público, declarou aberto o período de:-

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** deu conhecimento que tinham sido admitidas e estavam já distribuídas as 17 moções que a seguir se transcrevem, com excepção da Moção n.º 5 que entretanto havia sido retirada a pedido da Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura. -----

----- Informou também que a votação para a eleição de sete cidadãos de reconhecida idoneidade para o Conselho Municipal de Segurança, matéria referente ao ponto 2 da Ordem de Trabalhos, decorreria em paralelo com os trabalhos e logo que todos tivessem exercido o direito de voto anunciaria os resultados. A lista com os sete nomes estava assinada pelos líderes das bancadas de todos os Grupos Municipais, portanto era uma lista de consenso. -----

----- **MOCÃO N.º 1** -----

----- “Considerando: -----

----- Que o Presidente da Câmara, desde o início do seu mandato, não tem respeitado o disposto no 1º parágrafo, alínea e) do art.º 53º do D.L. n.º 169/99, de 18 de Setembro, na parte que se refere à informação sobre a situação financeira da Câmara Municipal, facto que não tem precedentes no anterior mandato do Executivo municipal. -----

----- Que, no que concerne à informação escrita acerca da actividade do Município, a sua apresentação é muito deficiente e confusa, pois além da ausência de um texto introdutório do Presidente da Câmara dirigido à Assembleia Municipal, a forma como foi elaborada, sem qualquer critério no seu tratamento, constitui tão somente, um verdadeiro amontoado da enumeração das acções dos diversos serviços, factos que desvirtuam o espírito da medida legislativa que consigna a obrigatoriedade da sua apresentação. -----

----- Que esta forma de apresentação da informação torna muito difícil a sua apreciação por parte da Assembleia Municipal, para além de conter, também, graves omissões, entre as quais se destacam, nomeadamente, referências às iniciativas de âmbito institucional, às actividades desenvolvidas no âmbito da luta contra a toxicoddependência e, sobretudo, a inexistência de qualquer informação sobre as Empresas Municipais. -----

----- Que tais factos configuram, claramente, para além da violação da Lei, um manifesto desrespeito do Presidente da Câmara pela Assembleia Municipal e impedem este Órgão de exercer, em plenitude, as suas competências fiscalizadoras da actividade do Município. -----

----- Nestes termos: -----

----- A Assembleia Municipal, reunida em 3 de Novembro de 2002, lamenta e reprova esta atitude do Presidente da Câmara e exige o cumprimento rigoroso da lei nesta matéria.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Feliciano David, do PCP) -----

### MOÇÃO N.º 2

#### Voto de Pesar

----- “Faleceu no dia 4 do corrente mês de Janeiro, em Lisboa, com 78 anos de idade, o Maestro Shegundo Ramón Galarza Arace, de nacionalidade basca. -----

----- Desde 1949 a residir em Lisboa, o Maestro Shegundo Galarza contribuiu de forma indelével para a evolução da música ligeira portuguesa. -----

----- Galarza trouxe para o nosso País um conhecimento, em termos pianísticos, que em Portugal não existia, tendo deixado uma marca muito grande na nossa música porque, além do mais, soube introduzir elementos novos e ajudou aqueles com quem trabalhou a criar uma música mais interessante. -----

----- Por isso, é gratificante registar os mais de 50 anos de vida que Shegundo Galarza dedicou a Portugal e, em especial, à cidade de Lisboa. -----

----- Pelo que, a Assembleia Municipal de Lisboa, hoje reunida, delibera: -----

----- 1. Apresentar as suas condolências à família enlutada; -----

----- 2. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a atribuição do nome do Maestro Shegundo Galarza a uma das artérias da nossa cidade.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Artur Madeira, do PSD) -----

----- **MOCÃO N.º 3** -----

----- Voto de Pesar -----

----- “Vítima de um acidente de viação, faleceu no dia 8 do corrente mês de Janeiro, em Lisboa, com 80 anos de idade, o Artista José Maria Viana Dionísio, de sempre conhecido por José Viana. -----

----- Da frequência do Curso de Serralheiro Mecânico, que não chegou a ser, passou, aos 13 anos, por ser desenhador, de onde emergiu a veia de pintor e de onde saíram quadros de grande valor artístico. -----

----- Mas a paixão eram as artes de representar. Actividade que começou a desempenhar apenas em 1929, ainda assim pela falta do actor designado, tendo-se estreado em 1952, com 29 anos, no Coliseu dos Recreios, na revista “Lisboa é coisa boa”. -----

----- Até hoje, José Viana, também popularizado por Zé Cacilheiro, face ao êxito da canção com o mesmo nome, consagrou-se como um Artista multifacetado e de grande porte moral e social, num espectáculo de pessoa. -----

----- Campeão de uma dança dos anos 50, como foi o caso do *Swing*, José Viana não conseguiu, desta vez, sair vitorioso. Por culpa de terceiros. Mas fica o registo de uma vida inteira a trabalhar pela cultura deste País e da cidade por onde alardeou e passeou a sua extraordinária classe. -----

----- Toma-se, por isso, obrigatório distinguir a figura de José Viana. Pelo que, a Assembleia Municipal de Lisboa, hoje reunida, delibera: -----

----- 1. Apresentar as suas condolências à família enlutada; -----

----- 2. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a atribuição do nome do Artista José Viana a uma das artérias da nossa cidade.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Artur Madeira, do PSD) -----

----- **MOCÃO N.º 4** -----

----- “O Governo do PSD/CDS-PP agravou as condições de vida dos Lisboaetas com a decisão de se voltar a pagar portagens na CREL a partir do dia 1 de Janeiro deste ano. -----

----- Esta medida do governo lesa a economia do Distrito de Lisboa, prejudica os interesses dos trabalhadores, dos pequenos comerciantes, industriais e agricultores do Distrito, e contribui desta forma para um ainda maior agravamento dos preços dos bens e serviços. -----

----- Esta decisão do Governo vem agravar os problemas de mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa em particular na sua zona norte, pois transforma uma via essencial na redistribuição do tráfego num negócio. -----

----- Os lisboetas e a Cidade de Lisboa são prejudicados com esta decisão do Governo, que traz como resultados um agravamento dos problemas de trânsito piora a mobilidade e conseqüentemente degrada o ambiente e a qualidade de vida desta cidade que amamos e por isso queremos-la feliz. -----

----- Com esta decisão, o Governo potencia o aumento do número de automóveis e de transportes pesados no interior da cidade e vem em sentido contrário ao das medidas que Lisboa carece e os lisboetas têm direito, de uma melhor e maior oferta de

transportes públicos que retirem o automóvel do interior da cidade e que contribuam para uma melhoria do ambiente e de vida. -----

----- Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Lisboa reunida em 28/01/03 delibera reclamar do Governo a anulação da decisão de se voltar a pagar portagens na CREL.” -

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Eduardo Vieira, do PCP). -----

#### ----- **MOCÃO N.º 6** -----

----- “No Orçamento para 2003 e nas Grandes Opções do Plano 2003/06, está anunciada uma experiência piloto na limpeza urbana, experiência essa que, perspectiva uma eventual concessão do Serviço de Limpeza de uma área da cidade, a empresas do sector privado. -----

----- Esta medida, a ser concretizada, é bastante gravosa, não só pelo precedente que representa, mas também por evidenciar um claro reconhecimento por parte dos responsáveis do Município, da sua incapacidade de gestão de áreas que são da sua competência. -----

----- Com efeito, o povo de Lisboa, através de seu voto, confiou a gestão do Município aos autarcas e não a qualquer empresa privada. -----

----- Os Serviços de Limpeza Urbana, constituem um serviço público e urna área de intervenção municipal sensível para as populações que nada justifica a sua transferência para a lógica do sector privado. -----

----- Por outro lado, a perspectiva de concretização desta medida, está a provocar justas apreensões por parte dos trabalhadores do Município que laboram neste sector, tanto mais, porque sobre o assunto, não foram ouvidos os seus legítimos representantes. -----

----- Considerando que no mandato anterior foi apresentado pelo então Vereador Rui Godinho, um estudo que provava que a entrega do serviço de higiene e limpeza a privados ficava significativamente mais cara do que sendo efectuada pelos serviços do Município de Lisboa. -----

----- Considerando ainda que não se conhecem novos dados que alterem as conclusões daquele estudo. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 28 de Janeiro de 2003 decide: ----

----- Exigir que a Câmara Municipal de Lisboa esclareça tal situação, reservando-se o direito de posteriormente tomar novas [posições se](#) o problema se mantiver. -----

----- Manifestar a sua solidariedade para com os trabalhadores do Município que laboram neste sector.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rodolfo Caseiro, do PCP). -----

#### ----- **MOCÃO N.º 7** -----

----- SIM À PAZ, NÃO À GUERRA -----

----- EM DEFESA DE UMA SOLUÇÃO PACÍFICA PARA A SITUAÇÃO DO IRAQUE ---

----- “Considerando: -----

----- Que face aos preparativos de guerra dos EUA parece estar eminente uma ofensiva militar deste país contra o Iraque, apesar de não estarem esgotados todos os meios diplomáticos que possam evitá-la; -----

----- Que apesar de se encontrar no Iraque uma Missão, designada pela ONU, para verificar se este país dispõe de armas de destruição maciça não há qualquer prova da sua existência; -----

----- Que embora sejam sempre condenáveis todas as formas de terrorismo, o seu combate não pode ser pretexto ou justificação para o desenvolvimento de uma guerra “preventiva”; -----

----- Que o Conselho de Segurança da ONU é a única entidade com legitimidade para ordenar qualquer intervenção militar desde que se comprove de forma séria e fundamentada existir ameaça à paz; -----

----- Que o desrespeito deste princípio viola a Carta das Nações Unidas, o Direito Internacional e contribuirá para aumentar a instabilidade na região e no mundo e agravaria o sofrimento do povo iraquiano, com o sacrifício de milhares de vidas; -----

----- Que Portugal não deve deixar-se envolver nem dar apoio logístico ou outro, no caso de uma intervenção militar contra o Iraque; -----

----- Que em Portugal e por todo o mundo, nomeadamente nos EUA, tem tido lugar um vasto movimento de opinião, integrado por centenas de milhares de homens e mulheres e por numerosas entidades dos mais diversos quadrantes políticos e religiosos, que se têm oposto a esta guerra, classificando-a de imoral, injusta e desumana; -----

----- A Assembleia Municipal, reunida em 28 de Janeiro de 2003, delibera: -----

----- 1 - Manifestar a sua profunda preocupação face à ameaça de guerra dos EUA contra o Iraque que, a consumir-se, constituirá uma grande violação do direito internacional e da Carta das Nações Unidas; -----

----- 2 - Expressar a discordância de que Portugal se deixe envolver no conflito, seja de que forma for, nomeadamente com a cedência da Base das Lajes; -----

----- 3 - Recomendar ao Governo Português que desenvolva as diligências, ao seu alcance, através dos canais diplomáticos, com vista a ser encontrada uma solução política para a situação com respeito pelos direitos dos povos ao desenvolvimento e à paz, sem recurso à guerra; -----

----- 4 - Remeter esta Moção ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Associação Nacional dos Municípios e fazê-la publicar nos órgãos de comunicação social.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Feliciano David, do PCP). -----

#### **MOÇÃO N.º 8**

----- “Os trabalhadores portugueses estão confrontados com a mais vasta ofensiva desencadeada após o 25 de Abril, de forma global e articulada, pelo Governo PSD/PP e grande patronato, contra conquistas e direitos fundamentais alcançados com árduas lutas e muitos sacrifícios de várias gerações. -----

----- A desaceleração do crescimento económico, o aumento do desemprego, a precariedade de emprego, a injustiça fiscal, a escalada dos preços e as restrições na política salarial têm consequências extremamente penalizadoras para quem trabalha e para as populações mais desfavorecidas. -----



----- O programa de estabilidade e de crescimento para 2003-2006 pretende reduzir o défice público à custa da larga maioria dos trabalhadores e da população, através duma forte contenção salarial e duma descida acentuada das pensões, da diminuição do emprego na Administração Pública e da redução da função social do Estado. Do lado da receita, não se conhecem medidas tendentes a reduzir a profunda situação de injustiça fiscal que se vive no nosso País. -----

----- O programa de estabilidade e de crescimento mostra que, nos próximos anos, continuará o abrandamento económico. E, mais recentemente, o Banco de Portugal veio apontar para crescimentos ainda mais baixos do produto em 2002 e, previsivelmente, em 2003. -----

----- Mais preocupante ainda, é o facto da quebra no crescimento ser devida à falta de dinamismo na procura interna, devido a aumentos salariais restritivos. O Governo pretende agravar esta política em 2003. Os aumentos decididos pelo Governo para o salário mínimo nacional e para as pensões traduzem-se num empobrecimento de uma parte significativa da população portuguesa, incluindo trabalhadores e pensionistas vulneráveis à pobreza, dados os baixos rendimentos que auferem. O salário mínimo nacional regista uma quebra do poder de compra, pela primeira vez desde 1994. O mesmo sucede com as pensões. Os portugueses foram defraudados na expectativa de uma aproximação das pensões mínimas ao salário mínimo nacional: o que acontece em 2003, se a actual política não for mudada, é um nivelamento do salário mínimo pelos valores das pensões, o que constitui uma perversão. Mas quando se fala de remunerações de alguns Assessores de Ministros ou de Directores de Hospitais, já não se fala de restrições mas, de milhões... -----

----- A intenção de manter uma política salarial que se traduzirá em quebras do poder de compra dos salários, para além de constituir uma grande injustiça no que respeita à justa distribuição da riqueza, significará menores receitas de contribuições para a Segurança Social. Prevê-se que este ano as contribuições (que constituem a espinha dorsal do financiamento) cresçam 4,8% um valor que será próximo do valor conhecido da execução orçamental de Outubro (4,9%), mas muito distante da média verificada no período de 1997 a 2001, que quase atingiu um crescimento de 10% ao ano (9,7%). -----

----- Quanto ao emprego, as previsões apontam para uma evolução desfavorável do mesmo. A taxa de desemprego atingiu em 2002 o valor mais elevado dos últimos cinco anos. No período de um ano (3º trimestre de 2002 face ao 3º trimestre 2001) passou de 4% para 5,1% (6,2% nas mulheres). As consequências são imediatas para a segurança social (ainda que outros factores também contribuam): a despesa com os subsídios de desemprego cresceu 12,7% em 2002 e prevê-se que cresça ainda mais em 2003 (26%! ). Portugal é um dos países da EU com maior precariedade do emprego (da ordem dos 20%). Apenas a Espanha apresenta valores mais altos. As admissões fazem-se quase sempre com contratos a prazo. A taxa de precariedade é muito elevada nos jovens: no grupo etário dos 15 aos 34 anos os contratos não permanentes representam 32% do total. Nos imigrantes atinge, segundo dados oficiais, 93%. -----

----- A lista de medidas que o Governo PSD/PP, apostado em prosseguir esta política com consequências fortemente negativas para as populações, é longa e há em todas elas a marca da injustiça mais profunda. Assim acontece com: -----

----- A contínua e apressada venda e privatizações de serviços e bens públicos; -----

----- A transferência do Estado para os cidadãos dos custos de saúde e doutros serviços públicos, através do agravamento ou da introdução de novas taxas moderadoras; -----

Os acentuados e injustificados aumentos das portagens nas auto-estradas e pontes do País; -----

----- Os aumentos da energia eléctrica no continente – 2,8%; -----

----- Os aumentos das rendas de casa – 3,6%; -----

----- Os aumentos de alguns tipos de gás 5% (5,5%, no caso do gás de garrafa); -----

----- Os aumentos do seguro automóvel - acima de 10%. -----

----- Em 2002, a inflação foi de 3,6%, mas muitos bens e serviços essenciais, (saúde, ensino e transportes...), tiveram aumentos na ordem dos 5%. De registar, ainda, a subida acentuada dos preços dos combustíveis e o IVA que passou de 17 para 19%. O Governo impôs aos trabalhadores da Administração Pública 2,75% de actualização salarial, o que foi seguido, à letra, pelo sector privado. -----

----- E não restam dúvidas de que o pacote laboral nada tem a ver com o aumento de produtividade e da competitividade da economia portuguesa. O que o Governo e o patronato querem está bem claro: -----

----- deixar os trabalhadores mais desprotegidos; -----

----- baixar o custo da mão-de-obra; -----

----- dar mais poder às entidades patronais. -----

----- Em suma esta política visa antes de mais priorizar a economia em detrimento da dignidade da pessoa, colocando em causa os seus direitos enquanto tal e como centro de vida, deixando apenas espaço para funções assistencialistas, que de tão redutoras que são, nos trazem à memória um passado que recusamos repetir. -----

----- E porque estamos perante matérias de relevante interesse nacional e com implicações profundas na vida dos portugueses, a Assembleia Municipal de Lisboa, hoje reunida decide: -----

----- 1. Reafirmar a necessidade de políticas que tenham como estratégia o desenvolvimento da sociedade portuguesa e que contrariem o processo de regressão social em curso; -----

----- 2. Manifestar o seu mais veemente repúdio por um modelo que segue uma orientação economicista das leis do trabalho, que põe o “capital” primeiro que o trabalho, que favorece o mais forte em relação ao mais fraco, retirando a este os meios normais de defesa; -----

----- 3. Dizer NÃO, à persistência numa matriz que assenta nos baixos salários, muita precariedade, desvalorização da mão-de-obra e desrespeito pelos direitos constitucionalmente consagrados; -----

----- 4. Dizer NÃO, ao aumento do custo de vida pago sempre pelos mesmos e que menos têm; -----

----- 5. Enviar esta moção aos deputados eleitos pelo Povo para que ponderem seriamente na gravidade destas políticas, nomeadamente, nas medidas inscritas no pacote laboral e suas conseqüentes implicações sociais; -----

----- 6. Dar conhecimento da mesma, à Câmara Municipal de Lisboa e aos órgãos de Soberania, nomeadamente, Presidente da República, Assembleia da República e Governo; -----

----- 7. Divulgar a moção pelos órgãos de Comunicação Social, com publicidade paga em, pelo menos, dois jornais de âmbito nacional.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Deolinda Machado, do PCP). -----

----- **MOÇÃO N.º 9** -----

----- Saudação e Voto de Louvor -----

----- “Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 28 de Janeiro de 2003, saúda unanimemente os trabalhadores do Município, em especial os da Assembleia Municipal, pelo empenhamento e dedicação demonstrados no decurso e para além do exemplar exercício das suas funções, como recentemente foi por todos reconhecido, no momento difícil e doloroso que atravessámos, o do falecimento do Presidente desta Assembleia Municipal, Dr. João Amaral. -----

----- Saudamos e louvamos a dedicação e o empenhamento comprovados diariamente, no decorrer do trabalho desta Assembleia e do Município, agradecendo e reconhecendo a disponibilidade, o rigor e o profissionalismo que concorrem decisivamente para melhorar e transformar qualitativamente as condições de vida na nossa Cidade.” -----

----- (Subscrita pela Mesa e pelos Líderes de todos os Grupos Municipais com assento na Assembleia). -----

----- **MOÇÃO N.º 10** -----

----- “No mês de Janeiro, Lisboa foi atingida por uma vaga de frio, tendo esta sido uma das piores dos últimos anos, com uma descida das temperaturas até valores próximos do zero. -----

----- Várias instituições e entidades públicas e privadas, com a coordenação do Governo Civil de Lisboa, mobilizaram-se então, com o objectivo de combater esta vaga de frio, bem como os seus efeitos, que nalguns casos até poderiam ser trágicos, sobretudo para os cidadãos sem-abrigo. -----

----- A abertura de centros de acolhimento provisórios, e o acolhimento diário dos sem-abrigo por parte da Câmara de Lisboa, a oferta de centenas de cobertores e de algumas carrinhas para transportar pessoas e alimentos por parte dos três ramos das Forças Armadas, a abertura nas noites mais frias de algumas estações de Metro e de Comboio por parte do Metropolitano e da REFER, a mobilização de várias Instituições de Solidariedade, e as ofertas e doações de inúmeros lisboetas anónimos, fizeram com que esta “operação anti-frio” possa ser considerada um verdadeiro sucesso. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa reunida em 28 de Janeiro de 2003, saúda e enaltece todas as entidades, instituições e munícipes que contribuíram para o sucesso desta operação. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa delibera ainda, dar conhecimento desta Moção a: Governo Civil de Lisboa, Departamentos da Câmara Municipal de Lisboa envolvidos, REFER, Metro, Estado-Maior da Armada, Estado-Maior do Exército; Estado-Maior da Força Aérea e Instituições de Solidariedade Social envolvidas.” -----  
----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves, do CDS-PP). -----

----- **MOCÃO N.º 11** -----

----- “O Governo aprovou a reintrodução de portagens na Circular Regional Exterior de Lisboa (CREL), com efeito desde 1 de Janeiro do corrente ano. Mais uma vez são os utilizadores finais, os consumidores, especialmente aqueles que vivem e trabalham na Área Metropolitana de Lisboa que sofrerão as consequências daquela medida. -----

----- De facto a introdução das portagens na CREL não surge coma resultado de uma alteração de política de transportes que este Governo passaria a aplicar. Foi anunciada pelo Governo e encarada como uma forma de acudir a um défice na [recolha de](#) receitas do Estado que torna este tipo de decisões completamente absurdas, casuísticas e dificilmente aceitáveis. -----

----- À luz de uma política de transportes para regiões de intensos fluxos de transporte como é o caso das áreas metropolitanas, taxar com portagens as vias rodoviárias cuja função essencial é a de favorecer a distribuição dos tráfegos penetrantes na zona central da região metropolitana é uma opção errada cujos efeitos se farão sentir, a prazo, no maior congestionamento das vias radiais e, portanto, no agravamento dos custos [transporte na](#) Área Metropolitana de Lisboa, na perda de produtividade e na degradação do bem-estar dos cidadãos. -----

----- Em qualquer destas situações, o Governo não se dispôs ainda a discutir as suas opções. Contudo, a discussão duma política integrada de portagens na rede nacional das infra-estruturas rodoviárias com perfil de auto-estradas, é uma necessidade inadiável e urgente para acabar de vez com as decisões vulneráveis a pressões políticas e para dar coerência e inteligibilidade a uma política nacional de transportes, em que se perceba para que servem e quem deve pagar (ou não pagar) portagens. Esta questão assume particular relevância no contexto da Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Considerando os aspectos referidos, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida no dia 28 de Janeiro de 2003, decide: -----

----- 1 – Rejeitar a introdução das portagens na CREL e apelar a que o Governo reformule o seu posicionamento sobre esta matéria; -----

----- 2 – Solicitar à Assembleia da República a aprovação do diploma legal que permita a rápida instalação da Autoridade Metropolitana de Transportes.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Carlos Marques e Pedro Soares, do BE) -----

----- **MOCÃO N.º 12** -----

----- A Comunicação Social nacional e internacional tem vindo a divulgar declarações de altos responsáveis de governos europeus e norte-americanos estado de preparação de uma guerra contra o Iraque, assim como a vontade política de vir desencadear um ataque militar a breve trecho. -----

----- A memória dos portugueses ainda está ferida por outras guerras. -----

----- Diversas personalidades portuguesas, de todo o espectro político, têm vindo a manifestar grande preocupação e uma frontal oposição aos preparativos de guerra e ao eventual desencadeamento da mesma. -----

----- A guerra não é solução. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 28 de Janeiro de 2002, decide: ---

----- - Declarar a sua inteira oposição a qualquer acto de agressão a outros povos; -----

----- - Apoiar iniciativas de cidadãs e cidadãos de Lisboa que, no exercício dos seus direitos constitucionais, se expressem e manifestem em defesa da paz, contra políticas agressivas e belicistas coma pretensa solução para contradições e problemas internacionais.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Carlos Marques e Pedro Soares, do BE) -----

#### **MOCÃO N.º 13**

----- Voto de Pesar -----

----- “Faleceu no dia 17 do corrente mês de Janeiro, em Lisboa, o Eng.º Joaquim da Rocha Cabral. -----

----- O Eng.º Joaquim da Rocha Cabral foi Presidente da Junta de Freguesia do Campo Grande, durante dois mandatos, entre 1994-97 e 1998-2001. -----

----- O Eng.º Rocha Cabral foi um cidadão interveniente e participativo que procurou dar o seu contributo para a melhoria da vida dos seus concidadãos, tendo tido uma intensa vida política, chegando a ser Secretário de Estado. -----

----- Mas acima de tudo, o Eng.º Rocha Cabral era um **HOMEM DE BEM**. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, hoje reunida, delibera: -----

----- 1 Apresentar as suas mais sentidas condolências à família enlutada; -----

----- 2 Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a atribuição do nome do Eng.º Joaquim Rocha Cabral a uma das artérias da nossa cidade, preferencialmente na Freguesia do Campo Grande.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Dias Baptista, do PS) -----

#### **MOCÃO N.º 14**

----- “SOBRE A CONSTRUÇÃO DA CRIL JUNTO AO BAIRRO DE SANTA CRUZ DE BENFICA ---

----- Considerando que o traçado da Circular Regional de Lisboa (CRIL) no lanço entre os nós da Buraca e da Pontinha, não previa inicialmente qualquer outro nó viário. -----

----- Considerando que, por exigência das Câmaras Municipais de Lisboa e da Amadora, foram introduzidas alterações neste lanço da CRIL com o aparecimento de dois novos nós viários (nó da Damaia e nó das Pedralvas). -----

----- Considerando que a Câmara Municipal da Amadora promoveu, junto à linha de caminho de ferro de Sintra, a construção de um edifício de habitação que está reservada ao traçado da CRIL. -----

----- Considerando que em consequência dos factos atrás referidos, o Instituto das Estradas de Portugal (IEP) apresenta agora um projecto que tem implicações bastante negativas para o Bairro de Santa Cruz de Benfica, nomeadamente: -----

----- Transformação das ruas do Bairro em vias de acesso à CRIL; -----

----- Demolição de 10 moradias do Bairro; -----

----- Redução em cerca de 3 a 4 metros da profundidade dos logradouros traseiros das moradias da Rua Comandante Augusto Cardoso. -----  
----- Considerando que esta situação é inaceitável, pois conduzirá à destruição do Bairro de Santa Cruz de Benfica. -----  
----- Considerando que a conclusão da CRIL é indispensável para todo o sistema de acessos, mobilidade e transportes na Área Metropolitana de Lisboa. -----  
----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 28 de Janeiro de 2003, delibera:--  
----- 1 Considerar inaceitável o projecto elaborado pelo IEP para a CRIL no traçado confinante com o Bairro de Santa Cruz de Benfica; -----  
----- 2 Exigir que o IEP altere este projecto por forma a salvaguardar o Bairro de Santa Cruz de Benfica, nomeadamente nos seguintes aspectos: -----  
----- Eliminação do nó da Damaia, desaparecendo assim todas as ligações do sistema viário do Bairro de Santa Cruz de Benfica com a CRIL; -----  
----- Reposição do traçado inicialmente definido para a CRIL, afastando esta via do Bairro, preservando os logradouros das moradias da Rua Comandante Augusto Cardoso e reduzindo ou até anulando a demolição prevista para as 10 moradias; -----  
----- Eliminação da proposta de criação de quatro faixas de rodagem, em cada sentido.  
----- 3 Exigir ainda ao IEP que o projecto da CRIL nesta zona, contemple uma solução de túnel coberto total ou parcialmente, por forma a minimizar o mais possível os vários impactos negativos no Bairro.” -----  
----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Dias Baptista e Fernando Saraiva, do PS). -----

#### ----- **MOCÃO N.º 15** -----

##### ----- **Recomendação** -----

----- “O valioso património do Parque das Quintas das Conchas e dos Lilazes, situado na Freguesia do Lumiar, é constituído por duas unidades distintas que, no seu conjunto, ocupam uma área verde de cerca de 24 hectares. Pela sua dimensão e características não podem ser negligenciados o seu acompanhamento, a sua defesa nem o seu futuro. -----  
----- Aos primeiros sinais de intenção de derrube dos muros das Quintas e de construção de uma ligação viária entre a Alameda das Linhas de Torres e a urbanização do Alto do Lumiar (rasgando parte deste continuo verde) que os moradores da Freguesia e população da cidade em geral se manifestaram e empenharam em impedir tais projectos.  
----- A totalidade dos órgãos autárquicos (da Freguesia, Assembleia Municipal e Câmara) do anterior mandato assumiram igualmente a sua identificação e apoio empenhado no sentido da concretização dos objectivos de impedir a destruição de parte desta unidade e ao contrário, da valorização das Quintas. Foi então assumido o compromisso de desencadear a alteração do Plano de Urbanização do Alto do Lumiar.  
----- No seguimento de notícias e denúncias de sucessivas intervenções e prosseguimento de obras e derrube de árvores e muros, dirigidos quer ao Executivo quer à Assembleia Municipal, o Sr. Vereador Carmona Rodrigues esclareceu, em Maio de 2002, na Comissão Permanente de Ambiente, Qualidade de Vida e Turismo

não haver alterações ao sentido das deliberações do mandato anterior sobre esta matéria e estarem os serviços a efectuar as diligências necessárias para formaliza-las ao nível dos instrumentos de Ordenamento do Território. -----

----- Também no seguimento destas obras (com particular expressão em Março e Julho de 2002) e no seguimento de uma iniciativa de corte de estrada da Alameda das Linhas de Torres feita pelos moradores, os Senhores Presidente e Vice-Presidente da Câmara garantiram que a obra não avançaria. -----

----- Na visita que os dois responsáveis autárquicos realizaram na altura, o Sr. Presidente anunciou mesmo que a quinta seria requalificada, tendo então os moradores solicitado a manutenção dos muros, por considerarem ser a única forma de garantir que a estrada prevista no PUAL não avançaria. -----

----- No entanto, em Dezembro último voltaram a verificar-se continuados actos de destruição de parte do muro e derrube de árvores centenárias, uma vez mais só paradas pelo município após o alerta dado pelos moradores. -----

----- Havendo sucessivas deliberações dos órgãos do Município, aprovadas por unanimidade, no sentido de que fossem impedidas quaisquer alterações negativas em relação às condições paisagísticas e ambientais, nomeadamente no que se refere ao derrube de árvores e muros, à reintegração na Quinta dos Lilazes do terreno adjacente ao palacete da EPUL (situado a Sul das Quintas entre a Alameda das Linhas de Torres e a Rua Leopoldo de Almeida), bem como a alteração dos Artigos 14º e 21º do Regulamento do Plano de Urbanização do Alto do Lumiar (PUAL), por forma a impedir o atravessamento rodoviário das Quintas, que o executivo ficou responsável de promover para a respectiva ratificação pelo Governo e publicação em Diário da República. -----

----- Verificando-se que a não concretização destas deliberações municipais só não teve consequências mais graves graças à intervenção activa dos moradores, considerando a necessidade de o executivo dar um sinal claro à cidade de que os seus compromissos relativos a estas Quintas são irreversíveis e tendo presente o objectivo de evitar a confrontação com a lógica dos factos consumados (que do ponto de vista de algumas arvores de significativa importância representariam perdas irreparáveis). --

----- Os eleitos em representação do Partido Ecologista “Os Verdes” na Assembleia Municipal de Lisboa, propõem a seguinte deliberação: -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa reafirma todos os compromissos de defesa integral das Quintas da Conchas e dos Lilazes bem como o seu empenho na sua valorização; -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa solicita uma vez mais ao Executivo a concretização, com carácter de urgência e sem mais demoras, da promoção da ratificação pelo governo das alterações ao PUAL já aprovadas, em particular as relativas aos artigos 14º e 21º do Regulamento do Plano de Urbanização do Alto do Lumiar (PUAL); -----

----- Que o Executivo Municipal responsabilize a SGAL pelos prejuízos causados às Quintas, resultantes de todas as intervenções havidas já depois do conhecimento por esta das deliberações municipais; -----

----- Que o Executivo garanta que não será desvirtuado o usufruto do referido valioso património pela população em geral; -----

----- Que o Executivo dê seguimento e conclua um debate público para definição de um projecto de requalificação ambiental do Parque e valorização das Quintas nas suas diversas valências, no sentido de vir brevemente a dar início à concretização do mesmo.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Sérgio Manso Pinheiro, do PEV) -----

#### **MOCÃO N.º 16**

----- “Considerando que no final do ano passado o Governo aprovou a reintrodução do pagamento de portagens na Circular Regional Exterior de Lisboa (CREL), com efeitos a partir de 1 de Janeiro. -----

----- Considerando que as vias circulares desempenham um papel fundamental na rede viária da Área Metropolitana de Lisboa, como vias distribuidoras do tráfego regional que contribuem para o descongestionamento do tráfego citadino. -----

----- Considerando que não existem vias alternativas à CREL, devido ao facto de ainda não estarem em pleno funcionamento a CRIL e o Eixo Norte-Sul, cujos atrasos são da responsabilidade da Administração Central. -----

----- Considerando que com esta opção do Governo de taxar com portagens a CREL, Lisboa será a cidade mais prejudicada. -----

----- Como se constata diariamente, a 2ª circular passou a ficar bastante mais congestionada e, todos os eixos centrais da cidade ficaram bastante mais saturados, como consequência dos condutores deixarem de utilizar a CREL. -----

----- Considerando que esta medida governamental teve como única preocupação obter uma antecipação de receitas para combater o défice, não sendo resultado de uma política de mobilidade e de transportes à escala da Área Metropolitana de Lisboa.

Considerando ser inaceitável a introdução desta medida, de uma forma perfeitamente casuística, e sem a existência de alternativas, constituindo mais um encargo para os depauperados bolsos dos trabalhadores. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, hoje reunida, delibera: -----

----- 1. Rejeitar a reintrodução das portagens na CREL, enquanto não existirem alternativas e, designadamente enquanto não estiverem concluídas a CRIL e o Eixo Norte-Sul; -----

----- 2. Reafirmar a necessidade da urgência da entrada em funcionamento da Autoridade Metropolitana de Transportes.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Dias Baptista, do PS) -----

#### **MOCÃO N.º 17**

----- A Sessão da Assembleia Municipal de Lisboa de 14 de Janeiro de 2003 foi uma sentida e justa homenagem ao Dr. João Amaral, Presidente desta Assembleia durante 12 anos, Cidadão exemplar e Político marcante. -----

----- Em reforço da homenagem institucional, os membros da Assembleia Municipal pretendem sublinhar o carácter evocativo e simbólico da Sessão do passado dia 14 de Janeiro com uma acção que demonstre o espírito solidário que todos os detentores



de cargos políticos devem prosseguir e que, aliás, norteou o Dr. João Amaral ao longo de toda a sua vida. -----

----- Assim, propõe-se a doação às Instituições de Solidariedade Social: -----

----- - Associação de Apoio às Vítimas do *Stress* de Guerra -----

----- - Sociedade de Instrução e Beneficência “A Voz do Operário” -----

da totalidade das senhas de presença, em partes iguais, a que os Deputados Municipais tivessem direito pela presença na Assembleia Municipal de 14 de Janeiro de 2003. -----

----- (Subscrita pelos Líderes de todos os Grupos Municipais da Assembleia Municipal de Lisboa). -----

----- **O Deputado Municipal Ricardo Chaves (PSD)**, no uso da palavra, disse que o Grupo Municipal do PSD pretendia explicar a razão porque iria votar contra as moções nºs 4 e 11, que se referiam à problemática de todos conhecida, e ora em voga, a introdução de portagens na CREL, pelo Governo. -----

----- No seu entender, a questão da CREL não podia ser desligada do seu enquadramento mais genérico e mais geral, sob pena de estarem a ver apenas uma parte e não todo o problema. -----

----- Em 1997 o Governo, na altura do PS, definira que em 2000 teria pronta toda a rede de itinerários principais e 50% da rede de itinerários complementares, em final de 2001 faltavam construir 1.700 kms dessa mesma rede e em 1995 o Governo decidira abolir as portagens na CREL tendo, para isso, pago à Brisa 74,3 milhões de euros. -----

----- Ora, se pegassem no Plano Rodoviário Nacional, no qual se integrava a CREL, viam que a CREL e a respectiva função, tal qual como a definida nesse mesmo plano, estava dependente da CRIL, do IC 19, do IC 16 e da conclusão do eixo Norte/Sul. Mas não! A medida que foi tomada foi pura e simplesmente abolir as portagens na CREL, tendo-se pago, para o efeito, a verba já referida. -----

----- Acontece, porém, que o fecho da CRIL custava, a preços de 1996, qualquer coisa como 41 milhões de euros; o alargamento do IC 19, nove milhões de euros; o IC 16 e o IC 30 eram concessões e como tal estavam projectadas no Plano Rodoviário Nacional, portanto não era um investimento directo do Estado, e a conclusão do eixo Norte/Sul estava avaliada em 24 milhões de euros. Mas, coincidência ou não, esse valor coincidia precisamente com o valor gasto na medida casuística de abolir as portagens na CREL o que levava a concluir que, no fundo, havia aí desde logo duas opções que foram tomadas no sentido de abolir as portagens na CREL e de não completar a rede de estradas que em muito teria beneficiado e rede viária em torno de Lisboa. De facto, era preciso que tivessem em conta esse passado sob pena de não conseguirem encarar o processo na sua vastidão. -----

----- Mas porque não apenas de números se tratava mas sim de pessoas, estava previsto e avaliado, por consultores de tráfego autorizados na matéria, que a conclusão de CRIL teria um impacto de cerca de 16% no tráfego da CREL. E ao referir isso estava a falar de 30.000 a 40.000 utilizadores diários que eram prejudicados desde 1995 pelo facto do CRIL nunca ter sido fechada. Mas mais, a conclusão do IC 16 e do IC 30, no mínimo considerava-se que teriam um impacto de 25% no IC 19, e neste

caso estava a falar entre 30.000 e 76.000 utilizadores que foram prejudicados durante seis anos porque esse investimento nunca foi levado a cabo. -----

----- Isto, disse, é que era encarar os problemas na sua integralidade. -----

----- O actual Governo, tomando uma medida integrada, receberia de Brisa cerca de 288,4 milhões de euros pela introdução de portagens na CREL e comprometera-se a fechar a CRIL até final de 2005, a alargar o IC 19 no máximo até final de 2005, a acabar o IC 16 no máximo até final de 2006 e a concluir o eixo Norte/Sul até final de 2005. E comprometia-se não com base em algo etéreo mas sim com base em possibilidades reais de o fazer porque o dinheiro da introdução de portagens na CREL seria utilizado exactamente para esse fim. Estava a falar de 245 milhões de euros de investimento para todas essas obras, quando o Governo recebera 288 milhões de euros, ou seja, estava a falar de compromissos integrados em termos da rede viária de Lisboa. -----

----- Mas indo directamente àquilo que constava dos textos das moções, não poderiam deixar de emitir alguns juízos sobre o respectivo conteúdo em concreto. -----

----- Desde logo, quanto à Moção do PCP, o que dela resultava era que o efeito das portagens agravava os problemas do trânsito e gerava uma mera deslocalização de percursos, ou seja, as pessoas ao terem que pagar portagens na CREL iriam por outro lado, mas usavam sempre a mesma viatura. E então a redução do número de automóveis em virtude das taxas? Esta era a questão que era necessário de uma vez por todas discutir-se e que os partidos políticos tomassem posição clara e definida sobre ela em vez de andarem ao sabor dos ventos a mudar consoante o debate e a questão que agora estava em cima da mesa. O PCP acreditava ou não nas taxas como forma de evitar a entrada de viaturas na cidade? Essa era a questão à qual teria que responder com frontalidade e clareza. -----

----- Quanto à Moção do Bloco de Esquerda, disse que ela, na sua perspectiva, fazia uma acusação humilde extraordinária. “A introdução de portagens na CREL, ou reintrodução, foi uma medida casuística”. Pois essa medida era tão casuística que não era mais do que repor aquilo que há muito estava previsto no Plano Rodoviário Nacional. Então teriam que discutir o Plano Rodoviário Nacional porque casuística é que essa medida não tinha sido visto que era justamente no Plano Rodoviário Nacional que estava definida a estratégia nacional para as estradas portuguesas. -----

----- Portanto, essa acusação pecava desde logo por aí. Aliás, a Moção falava também na CREL como via distribuidora, quando, se se fosse ver o Plano Rodoviário Nacional, aquela que era considerada como via distribuidora circular era a CRIL, e, essa sim, nunca se previra que fosse portajada. Eram pequenas questões de pormenor, mas era sempre mais fácil discutir as questões quentes, aquelas que traziam polémica do que dar-se ao trabalho de discutir as questões com estratégia e com frieza. -----

----- Quanto à discussão integrada das portagens, disse que voltavam a dar o mesmo conselho que já deram para o PCP: se queriam discutir uma vez por todas a questão integrada das portagens a nível nacional, seria bom que estivessem atentos a determinados contratos que celebraram ao longo dos últimos seis/sete anos, nos quais estavam previstas indemnizações cada vez que se mexesse ou alterasse o Plano

Rodoviário Nacional, que em muitos casos ultrapassavam o valor ou os descontos nas portagens que se viessem a fazer. Nessa medida houve erros do passado de extrema gravidade que dificilmente poderiam ser hoje, realisticamente, alterados. -----  
----- Isto era o que tinham para dizer a propósito da CREL. -----  
----- Mas também desejava apresentar as discordâncias do PSD relativamente à Moção n.º 8, apresentada pelo PCP, que versava o Plano de Estabilidade e Crescimento aprovado na Assembleia da República. -----  
----- Essa Moção merecia a crítica que merecia, e quando dizia isso dizia-o porque havia determinadas frases que revelavam uma postura que falava por si mesma e era quase impossível de criticar no sentido de não merecer crítica, não merecer esse trabalho. -----  
----- Desde logo, resultava que de acordo com a visão do PCP o Plano de Estabilidade e Crescimento nascia na economia por decreto, isto é, não havia uma crise internacional, não havia uma recessão internacional económica, havia apenas uma decisão dum Governo em provocar essa mesma crise. A procura interna estava em mau estado por causa das restrições salariais e não por excesso de endividamento de Portugal ao exterior como era sabido e comentado por todos os economistas nacionais e internacionais! As reduções das contribuições para a segurança social também com certeza foi vontade expressa do Governo e não resultavam da baixa do ciclo económico de todos conhecido! -----  
----- Mas mais! Parecia que propunha congelar os preços da electricidade, das rendas, do gás e do seguro automóvel, ou seja, – e aí havia alguma coerência – novamente a colectivização plena e absorvente. -----  
----- Mas havia algo que extravasava a análise económica e por isso se tornava mais grave, que era a frase que passava a citar para depois a poder comentar: “O que o Governo e o patronato querem está bem claro, deixar os trabalhadores mais desprotegidos, baixar o custo da mão-de-obra, dar mais poder às entidades patronais”. -----  
----- Ora, sinceramente, não via a política assim! Pessoalmente, na Assembleia Municipal poderia discordar de alguém, fosse de que partido fosse: poderia discordar dos meios, da estratégia ou do plano dizendo que não iria ser benéfico para as populações, mas não emitiria nunca juízos sobre a vontade dos outros no sentido de quererem prejudicar directamente pessoas, porque qualquer pessoa de boa-fé não acreditava que alguém estivesse ali para prejudicar quem quer que fosse mas sim para fazer o melhor, neste caso pelos lisboetas. -----  
----- Portanto, essa era uma acusação que desde logo revelava uma maneira de estar, e se era verdade que Marx foi um fundador da teoria económica, esse aspecto, pelos vistos, não tinha sido herdado ou devidamente respeitado pelo PCP. Respeitaram claramente a doutrina de alguns seguidores de Marx, como Estaline, deixando clara a sua visão sobre a política, e quanto a isso o PSD queria dizer que não partilhava dessa visão da política, acreditava que estavam todos ali para o bem dos lisboetas, e essa Moção era inqualificável. -----  
----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- Em nome dos Deputados Municipais do PCP, gostaria de transmitir a esta Assembleia o nosso protesto e repúdio pela forma como o vereador do PSD, Dr. Pedro Pinto, se dirigiu a este órgão do Município de Lisboa, na Sessão da Assembleia Municipal de 14 de Janeiro, com a Ordem de Trabalhos: Perguntas das Juntas de Freguesia à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Ao longo de vários anos e mandatos assumidos por forças políticas diversas, este espaço de debate, foi evoluindo na medida em que cada vez mais se foi elevando a sua discussão, centrada nos problemas políticos que afectam os munícipes de cidade, no sentido de propor à Câmara a sua resolução dentro das políticas defendidas por cada Partido político. -----

----- O estatuto de prestígio, que foi conseguido por mérito próprio desta Assembleia, não é passível de ser malbaratado por um ou outro Vereador que com adjectivações completamente despropositadas, venham a transformar este espaço de debate, numa qualquer “tertúlia” que poderá ser aceite no seio de amigos, mas nunca no âmbito deste órgão. -----

----- É nossa firme opinião, que a intervenção no debate democrático, ainda que de forma mais ou mesmo acalorada, deve ter sempre em conta que estamos perante um fórum de discussão, e não poderemos aceitar que esta discussão deixe de ser política e passa a ser de ofensa pessoal o que só revelam fragilidade de argumentos e incapacidade de resposta aos problemas e questões colocadas. -----

----- Assim, gostaríamos de deixar claro que rejeitamos, que intervenções deste tipo, sejam feitas nesta Assembleia Municipal de Lisboa, porque não se trata apenas de ataques pessoais a um ou outro Deputado Municipal, mas, uma indiscutível falta de respeito pela Assembleia Municipal de Lisboa, como órgão deliberativo, pondo em causa todo o prestígio que granjeou ao longo do tempo, quer junto da comunicação social, quer junto dos munícipes.” -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, começou por saudar as intervenções havidas no período de intervenção do público, que para o PS mereciam a melhor atenção, referindo que apresentaram uma Moção que ia no sentido da pretensão dos moradores do Bairro de Santa Cruz. -----

----- Depois, disse que já passou sensivelmente um mês desde que foram introduzidas as portagens na CREL, e desde essa altura os cidadãos que utilizavam essa circular, e que não tinham outro remédio, viam acrescido nas suas economias familiares um orçamento de cerca de 100 € por mês, já que quem entrava na CREL em Alverca e a utilizava nunca pagava menos de 5 €. Isto era o Governo do PSD no seu melhor! -----

----- E dizia que era o Governo do PSD no seu melhor porque essa medida era injusta, errada e não fazia sentido nenhum. Era injusta porque com ela se pretendia que fossem os cidadãos de Lisboa a pagar um défice mal calculado no segundo orçamento rectificativo já feito pelo PSD. Seria bom que todos tivessem essa ideia a essa certeza de que só havia portagens na CREL porque o Governo do PSD calculara mal o défice que queria para este ano e quando percebera que não arrecadava as receitas necessárias introduzira um imposto avulso, um imposto para os cidadãos da Área Metropolitana de Lisboa. Era, por isso, uma medida discriminatória! E era uma

medida discriminatória porque o défice ia ser pago, essencialmente, pelos contribuintes da Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- E, a propósito, recordava que a Área Metropolitana de Lisboa era aquela que mais contribuía para o País em termos de pagamento de impostos, portanto, já suportavam, e muito bem, os custos da interioridade do País, pelo que, também por aí, essa era uma medida injusta e discriminatória. -----

----- Mas era uma medida profundamente errada porque as circulares normalmente destinavam-se a desviar trânsito das cidades e não a favorecer o trânsito no interior das cidades. Aquilo que se fazia, por exemplo nas grandes cidades europeias, era favorecer a circulação de trânsito pelas circulares, não as portajando, porque no caso em que havia portagens elas eram aplicadas justamente nas radiais ao centro. Mas aqui estava-se a fazer ao contrário, punham-se portagens em todo o lado inclusive numa circular que tinha como objectivo desviar trânsito do centro da cidade e também, evidentemente, distribuir o trânsito com destino a Lisboa pelas várias vias de acesso. -----

----- Portanto, isso estava errado do ponto de vista técnico porque era uma medida com profundas consequências para a Cidade de Lisboa. -----

----- Disse, ainda, que o Sr. Presidente da Câmara, solidário com o seu partido, o que era de louvar, se esquecera nesta matéria que era Presidente da Câmara Municipal de Lisboa pois, nessa qualidade, deveria preocupar-se, em primeiro lugar, com os interesses dos cidadãos de Lisboa. É que, de facto, aplaudira a introdução das portagens na CREL sem ter em conta que isso iria fazer desviar trânsito para a cidade e iria sobrecarregar as vias de acesso. Aliás, a Segunda Circular, segundo as contas do Partido Socialista, já tinha mais 10.000 viaturas em cada um dos dias da semana precisamente devido a pessoas que evitavam pagar as portagens da CREL porque não tinham dinheiro para isso, como também eram sobrecarregados o IC 19, a Av. da Índia, a Calçada de Carriche, a própria A5 e a marginal. -----

----- Portanto, estavam perante uma medida profundamente incorrecta do ponto de vista técnico, e uma medida lesiva dos interesses dos cidadãos da Cidade de Lisboa. E ainda não tinham o túnel construído! -----

----- O túnel, efectivamente, era uma proposta que o Sr. Presidente da Câmara apresentara na sua campanha eleitoral, portanto ninguém contestava a legitimidade da Câmara em querer construir esse túnel, mas era uma medida profundamente errada do ponto de vista da circulação e do ponto de vista urbanístico. -----

----- O que se pretendia, segundo disse, era introduzir uma auto-estrada subterrânea no interior da cidade, evidentemente com as suas saídas. Com certeza que os automobilistas vindos da auto-estrada do Norte, para não pagarem portagens, teriam a tentação de seguir pela Segunda Circular, apanhar o túnel para o Viaduto Duarte Pacheco e daí para a Ponte 25 de Abril, e então o que teriam era carros a penetrar e a atravessar cada vez mais a Cidade de Lisboa, tudo ao contrário daquilo que o Sr. Presidente da Câmara tinha prometido durante a campanha eleitoral. -----

----- Ou seja, o objectivo que seria importante e decisivo, que ele próprio via no Sr. Presidente da Câmara a coragem suficiente para o implementar, que era impedir que

entrassem mais carros em Lisboa, iria ser contrariado, na prática, com essa obra de regime que a Câmara queria fazer, e, evidentemente, era contrariado também com essa medida lesiva dos interesses dos cidadãos que foi a introdução das portagens na CREL. -----

----- Por tudo isso, o PS era contra essa medida, combatê-la-ia dentro do estabelecido na lei, entendiam que o Governo ainda estava a tempo de recuar, mas fundamentalmente entendiam que o Sr. Presidente da Câmara, como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, deveria nessa matéria colocar os interesses dos cidadãos da Cidade de Lisboa em primeiro lugar em detrimento dos interesses partidários, independentemente das solidariedades que era preciso dar de vez em quando, exigindo que essa portagem não fosse implementada enquanto não existissem alternativas pelo menos em termos de circulares. A CRIL ainda não estava fechada como também o eixo Norte/Sul, portanto as portagens na CREL eram uma medida injustificada e incompreensível que o PS combatia, politicamente falando. -----

----- Por conseguinte, o PS estava solidário com a sua própria Moção tal como estava com as outras que foram apresentadas para votação sobre essa matéria, embora nos termos precisos e concretos em relação às outras moções pudesse haver questões de pormenor das quais divergiam, mas era essencial que as portagens da CREL fossem revistas. Seria muito importante que o Sr. Presidente da Câmara jogasse o seu peso político, que sabiam que tinha até porque falava com o Sr. Primeiro-Ministro todos os dias, para fazer ver ao Governo que essa decisão era errada e procurar fazê-lo recuar nessa matéria para que a cidade não fosse massacrada com os milhares de automóveis que agora passavam a utilizar cada vez mais o centro da cidade e as radiais de acesso para fugirem ao pagamento da portagem, como era seu legítimo direito. -----

----- A terminar, disse que se tratava dum imposto ocasional e discriminatório, no fundo uma solução a todos os níveis terceiro-mundista, porque portajar uma circular na Europa não existia! Portajar uma circular só de facto num Governo do PSD no seu melhor, isto é, a direita no seu melhor! -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, tendo o Deputado Municipal Ricardo Chaves solicitado a palavra para defesa da honra, disse que a Mesa não considerava que a sua honra tivesse sido ofendida pelo que não lhe dava a palavra para esse efeito mas inscrevia-o, se assim o desejasse, para uma segunda intervenção, até porque o PSD ainda tinha tempo. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que apenas desejava fazer algumas considerações sobre a Moção que ele próprio subscrevera, em nome do CDS-PP, que tinha a ver com a vaga de frio que atingira, há alguns dias atrás, a Cidade de Lisboa, que foi das piores dos últimos anos já que a temperatura descera a valores próximos do zero. -----

----- E porque em Portugal se tendia a criticar e a dizer mal quando as coisas corriam mal e às vezes se esqueciam de elogiar e enaltecer quando as coisas corriam bem, essa era uma das razões fundamentais porque apresentaram a Moção. Efectivamente, a coordenação que houve das várias instituições, públicas e privadas, para ajudar a aliviar os problemas que a vaga de frio iria causar junto dos sem-abrigo, constituía um

motivo de regozijo para a Assembleia Municipal, que deveria, a seu ver, votar essa Moção favoravelmente. -----

----- De facto, desde o Governo Civil até às empresas de transportes que abriram as suas estações, desde as Forças Armadas até à Câmara Municipal de Lisboa que passara a ter uma recolha diária dos sem-abrigo e que abrisse os centros de acolhimento provisórios nos termos em que o fez, era seu entendimento que todas essas instituições estavam de parabéns e deveriam levar da Assembleia um sinal muito claro de enaltecimento pelo seu comportamento. -----

----- A concluir, dirigindo-se à Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, que, segundo referiu, foi a face da Câmara neste problema, disse: “Sra. Vereadora, bem-haja pelas medidas que tomou porque ficou aqui provado, V. Ex<sup>a</sup> Sra. Vereadora, que foi tantas vezes acusada nesta Assembleia de não ter quaisquer preocupações sociais, e, inclusivamente, foi acusada falsamente de ter acabada com os subsídios alimentares nas escolas, demonstrou, não só por palavras mas também por actos, que V. Ex<sup>a</sup> tem preocupações sociais e que a Câmara também sabe estar ao lado de quem mais necessita quando é preciso”. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- Em relação à exposição aqui feita pelos trabalhadores do Município, sublinhar desde já que este é um dos exemplos mais flagrantes de que a produtividade e empenho na procura de soluções por parte dos trabalhadores, e em que os trabalhadores da Administração Pública não são excepção, é total, e se algum problema há ele está em primeira instância nos que gerem e administram as instituições e organizações. O Sr, Ministro do Trabalho merecia saber este dado básico. -----

----- Em segundo lugar, felicitar o executivo pelas medidas sobre o licenciamento urbano. Essa era uma resposta administrativa que se impunha resolver e que o anterior executivo não soube dar resposta. -----

----- Em terceiro lugar apenas para sublinhar que apresentamos uma proposta de recomendação que consideramos que se justifica por duas ordens de razão complementares: -----

----- Face às sucessivas investidas dos urbanizadores da Alta de Lisboa, que pese as sucessivas resoluções municipais, têm tentado destruir muros e plantas de valor significativo, e que só tem sido possível evitar graças à pronta denúncia por parte dos moradores; -----

----- Por outro lado porque pese as sucessivas deliberações e resoluções no mandato anterior e o publico compromisso do actual executivo municipal no cumprimento dessas mesmas resoluções, a verdade é que a não conclusão e ratificação das alterações ao Plano de Urbanização da Alta de Lisboa criam situações como a anteriormente referidas. -----

----- Importa em nosso entender que a Assembleia Municipal reafirme no actual mandato que se mantêm os compromissos e manifestar ao executivo o empenho na rápida conclusão deste processo. -----

----- Por último pretendia fazer uma abordagem, mesmo que por tópicos (considerando a minha crónica incapacidade para o fazer caber nos 5 minutos a que tenho direito), sobre a reintrodução das portagens na CREL. -----

----- Desde logo sublinhando, o que para a generalidade é uma evidencia, que essa não é uma medida de mobilidade e transportes nem de justiça social mas tão só de contas nacionais (macroeconomia pura e dura e ainda por cima considerando apenas algumas contas nacionais); -----

----- Assim, é uma ENORME MALDADE (a raiar o masoquismo) obrigar os Ministros das Obras Públicas e Transportes e das Cidades e Ambiente a apresentar-se e defender a medida. -----

----- Mas o que é absolutamente intolerável é ser o governo nacional a acicatar os regionalismos e os instintos mais primários (associados ao bairrismo, racismo, etc.) que põem em causa a unidade e coesão nacional (lembrai-vos que a unidade nacional era o argumento por vós usado para impedir a regionalização). -----

----- O argumento de que os moradores de Bragança também pagam a CREL é inaceitável. -----

----- Mesmo sendo uma evidencia importa repeti-la: por regra, os investimentos públicos nas regiões menos populosas vs de maior densidade, é um investimento bruto menor mas per capita maior. -----

----- Já o argumento do princípio do utilizador pagador (que é naturalmente uma falsa questão), merece outro tipo de comentários: -----

----- Por um lado ela constitui de sobremaneira uma brilhante iniciativa de *marketing* político: é uma frase curta; Abordada pela positiva; inclui e abre com a ideia de que é um princípio geral e universal; é aparentemente e instintivamente justa («quem come paga»). -----

----- No entanto, é absolutamente básica e primária, e a sociedade hoje é bastante mais complexa e o actual grau civilizacional e de conhecimento técnico científico dão hoje respostas bastante mais estruturadas e avançadas. -----

----- Desde que se consolidaram conceitos como serviço e utilidade pública que o principio enunciado deixou de ser um princípio isoladamente considerado, e aplicado na maior parte dos casos (pelo que deixa de ser um principio); -----

----- Todos usamos infra-estruturas e serviços que não pagamos ou não o fazemos na proporção do que usamos e ou beneficiamos. -----

----- Por outro lado, este principio assim aplicado contraria todos os documentos técnicos e mesmo políticos pelo menos da última década relativos ao desenvolvimento sustentável e aos transportes. -----

----- Assim, três documentos seriam de leitura obrigatória para o Governo. -----

----- O relatório “Cidades Europeias Sustentáveis” do Grupo de Peritos sobre o ambiente urbano (de 1996). -----

----- O PRN 2000 (Plano Rodoviário Nacional) - onde poderão ler que uma auto-estrada não tem que ter portagens em função das suas características técnicas, mas sim em função da sua classificação que obedece a critérios que consideram outras



variáveis - o congestionamento, a utilidade social, a competitividade dos territórios, etc. -----

----- O Livro Branco «Política Europeia de Transportes no Horizonte de 2010». Neste documento de 2001, que dedica um subcapítulo a matérias definidas como “A verdade dos custos para o utente”, é explícito que o princípio fundamental da tarifação de uma infra-estrutura é que o custo da sua utilização deve incluir os custos da infra-estrutura e também os custos externos que inclui os custos associados aos acidentes, à poluição atmosférica e às alterações climáticas, ao ruído e ao congestionamento. -----

----- Nenhum destes objectivos e medidas foi sequer equacionado na tarifação da CREL. -----

----- Alguns dados e curiosidades sobre transportes e a mobilidade em Lisboa: -----

----- “O congestionamento faz correr sérios riscos de uma perda de competitividade da economia europeia. Os custos externos do congestionamento devidos apenas ao tráfego rodoviário representam 0,5% do Produto Interno Bruto comunitário. As previsões de crescimento do tráfego até 2010 indicam que, se nada for feito em contrário, os custos daí decorrentes poderão, assim, crescer 142%, atingindo 80 mil milhões de euros por ano, o que representaria, aproximadamente, 1 % do PIB comunitário.” (Livro Branco - a política europeia de transportes no horizonte 2010: a hora das opções). -----

----- A distribuição das viagens motorizadas na Área Metropolitana de Lisboa Norte (AML), num total de 2,7 milhões (74,6% das viagens da ANIL) 31 são dentro ou entre municípios excluindo Lisboa, 23% são entre os municípios da AML/Norte e Lisboa e 20,6% são internas a Lisboa (não tenho a certeza que estes dados sejam públicos). -----

----- Recorramos então à típica imagem sobre as infra-estruturas rodoviárias na Área Metropolitana de Lisboa Norte: A percepção das acessibilidades é imediata se olharmos para a palma da mão esquerda com os dedos abertos. A palma da mão é Lisboa, e do polegar para o mindinho temos a marginal de Cascais, a A5, IC 19, a Calçada Carriche/A8, e a AE Norte (nos últimos anos passamos a ter o IC 2, em suma é uma mão com mais um dedo). A CREL é o único eixo viário de hierarquia superior que une as pontas dos dedos. -----

----- Note-se que as entradas a Sul e a Este são objectivamente portajadas. -----

----- As portagens da CREL sem outras medidas (portagens de valores superiores nas entradas de Lisboa e/ou a melhoria/nova oferta de transportes públicos entre estes municípios sem Lisboa - que é nesse eixo praticamente inexistente) desviará parte do seu tráfego para a cidade (sendo a portagem superior aos custos do congestionamento, ou pelo menos que assim sendo percebido - e importa perceber que a percepção dos custos é um aspecto fundamental para as opções em transportes). -----

----- Em suma, a tendência é que uma boa parte dos que querem ir da ponta do indicador para o mindinho voltem a fazer o percurso pela palma da mão. A Brisa estimou em que tal aconteceria com cerca de 25% dos utilizadores da CREL, o que representará cerca de 10000 novos carros diariamente a voltar a utilizar a 2' Circular - que será já um dos mais congestionados eixos viários da cidade. -----

Mas mais contraditório ainda é para este executivo municipal, que apresentou como seu grande argumento para a construção do viaduto da rotunda a necessidade de aumentar a velocidade média diária, entre outros por razões ambientais. E depois concorda com uma medida que representará um acrescido factor de congestionamento do trânsito em Lisboa. -----

----- O seguidismo do Executivo municipal face ao Governo não ajuda a resolver os problemas de Lisboa. -----

----- Não posso deixar de referir a título de sugestão 4 preocupações que devem ser entendidas como complementares às várias recomendações sobre mobilidade e transportes já anteriormente apresentadas: -----

----- Uma primeira é que se encontra neste momento abertas as candidaturas ao 6º Programa Quadro da Ciência, Tecnologia e Inovação, em que têm um capítulo sobre transportes e energia e em que existe uma área a que a Câmara poderia concorrer, dinamizando o processo com outros parceiros, sobre “os custos de utilização das infra-estruturas de transportes” (Call 2A), propondo aí um estudo sobre as portagens na AMLisboa; No 5ºPQ Portugal apresentou, por exemplo, 5 vezes menos projectos que a Grécia, o que deveria fazer pensar os responsáveis. -----

----- Uma segunda, é a necessidade de inverter o retrocesso que se verificou se tem verificado no que respeita à tomada e largada de passageiros para camionetas de longo curso. A título de exemplo, o que se passa no Campo Pequeno tem enormes impactos não só aí mas em vias estruturantes como a Av. da República, na Av. Berna, na Av. João XXI, na Av. Defensores de Chaves, etc. -----

----- Uma terceira, respeita às cargas e descargas de mercadorias em que se verifica a anarquia generalizada. E sobre esta matéria não é aceitável o argumento de que se está à espera da monitorização da experiência do Bairro Alto. A natureza e escala dessa experiência nada apontará relativamente às características da maior parte da cidade nem dos eixos viários hierarquicamente superiores. -----

----- Estas duas áreas, sim, têm enormes repercussões na velocidade média de circulação, custam menos e têm impactos ambientais e urbanos significativamente mais significativos e positivos que o viaduto. -----

----- A quarta preocupação, para a qual peço a atenção do Sr. Vice-Presidente, é para as condições de atravessamento dos peões na Av. da República na zona do viaduto ferroviário de Entrecampos. No último ano verificaram-se aí diversos atropelamentos mortais. Importa que a Câmara não se demita desta preocupação.” -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, no uso da palavra, começou por dizer que ficaram bastante preocupados com a notícia ali revelada no período de intervenção do público, da qual já tinham algumas indicações, sobre a situação do Arquivo Municipal e dos seus trabalhadores. -----

----- Ficaram preocupados pelas condições de trabalho que foram ali bem explicadas, como ficaram muito preocupados também porque um serviço muito importante para os munícipes, e também para a comunidade académica, estava em causa, e, ainda, porque toda essa questão do Arquivo Municipal punha em causa, nomeadamente, a

boa imagem que se pretendia para a reforma administrativa da Câmara que estava em curso. -----

----- Por isso, o Bloco de Esquerda pedia ao Sr. Presidente da Câmara que por favor não arquivasse os trabalhadores do Arquivo Municipal. -----

----- Seguidamente, sobre a Moção n.º 14, relativa aos moradores do Bairro de Santa Cruz e nó da Damaia, disse que lhes parecia que havia soluções técnicas que viabilizavam os interesses dos moradores e que concordavam, no geral, com a referida Moção. Mas queriam referir que esse caso manifestava ao Bloco de Esquerda uma outra preocupação, eminentemente política, que tinha a ver com todo o processo de planeamento e ordenamento do território da cidade. -----

----- De facto, cada vez mais o processo de planeamento e ordenamento do território teria que ser participado logo de início. Não podia haver gabinetes técnicos fechados aos moradores, aos cidadãos, porque eram esses os principais interessados no planeamento e no ordenamento, já que era a eles que era dirigido o planeamento e o ordenamento da cidade. -----

----- Portanto, os gabinetes técnicos não podiam estar fechados e os planos não podiam ser feitos apenas por técnicos. Apesar de todo o respeito pelos técnicos de planeamento e ordenamento, eles teriam que ter a participação dos moradores, dos cidadãos e das cidadãs, porque se isso tivesse acontecido possivelmente a questão agora colocada pelos moradores do Bairro de Santa Cruz não tivesse tanta importância. -----

----- Depois, referindo-se à questão das artes e dos espaços para as artes, solicitou a particular atenção da Câmara para as actividades das artes porque os preocuparam de certa forma as intervenções do público sobre essa matéria, até porque conheciam a argumentação aduzida para a diminuição de verbas para a cultura no Orçamento municipal para 2003. Portanto, isso preocupava-os e gostariam de saber qual a posição da Câmara sobre essa matéria. -----

----- Disse, ainda, que o Bloco de Esquerda pretendia conhecer o que se passava, efectivamente, com o edifício do antigo Hospital de Arroios, já que vieram a lume notícias recentes sobre vendas e sobre uma possível especulação imobiliária em torno da capela e do dispensário. De facto, preocupava-os também sobremaneira aquele espaço num local privilegiado da cidade, que certamente seria muito bem direccionado para actividades de carácter social e cultural. -----

----- Relativamente à Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda sobre a CREL, disse que devido à falta de tempo apenas pretendia referir que a intervenção do Deputado Municipal Ricardo Chaves, que enfatizava tanto a questão da integração dessa medida, demonstrava bem a fragilidade que essa medida tinha porque era casuística. Aliás, ao ouvir o Deputado Municipal Ricardo Chaves, lembrava-se daquela teoria exposta por um célebre cientista que dizia que o bater de asas de uma borboleta em qualquer sítio do mundo podia provocar um cataclismo no Japão. De facto, não havia nada que não estivesse integrado no mundo, desde a origem genética do homem até, possivelmente, a esta medida casuística do Governo. -----

----- E a questão fundamental era que se tratava, efectivamente, duma medida casuística porque foi anunciada apenas para resolver um problema do défice orçamental. Não valia a pena vir agora dizer, com malabarismos, que se tratava duma medida que ficava integrada no Plano Nacional Rodoviário, porque era óbvio que teria que ficar integrada como todas as estradas desse nível estavam também integradas. Só que o problema não era esse! O problema era que essa medida não estava integrada num plano geral de regulação da mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa. Essa é que era a questão fundamental, e quanto a ela o Deputado Municipal Ricardo Chaves não conseguira argumentar nem conseguira sequer pôr em causa. -----

----- Portanto, era casuística e por isso os Deputados Municipais do Bloco de Esquerda mais uma vez colocavam a questão da importância fundamental para se tomarem medidas para a aprovação de uma Autoridade Municipal de Transportes. Aliás, já o referira anteriormente mas voltava agora a repetir que o projecto que o Governo pretendia aprovar na Assembleia da República não tinha poderes suficientes para gerir a mobilidade no interior da Área Metropolitana de Lisboa. Portanto, era necessário que se tivesse cuidado com isso e que a Assembleia Municipal se manifestasse em relação à Assembleia da República para que aprovasse e implementasse uma Autoridade Metropolitana de Transportes, que fosse de facto eficaz e conseguisse regular o trânsito e a mobilidade ao nível da Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Quanto à Moção n.º 12, relativa a uma eventual guerra com o Iraque, disse que por sugestão de outras bancadas alteraram o primeiro ponto das conclusões substituindo a frase “qualquer ataque de agressão a outros povos” por “um ataque dos Estados Unidos ao Iraque”. -----

----- A terminar, disse que tinha ficado surpreendido com uma intervenção do Sr. Presidente da Câmara no telejornal de domingo passado, em que fizera uma declaração pró-guerra objectivamente, pelo que esta Moção teria que ser uma posição convicta da Assembleia Municipal no sentido de que os cidadãos de Lisboa repudiavam a guerra. Aliás, com certeza na manifestação do próximo dia 15 de Fevereiro, a exemplo de outras capitais europeias e mesmo algumas mundiais, certamente mostrariam um grande repúdio em relação à guerra, em relação aos preparativos de guerra, mas era necessário que a Assembleia Municipal de Lisboa tomasse também uma posição clara sobre essa matéria. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma (PPM)**, no uso da palavra, referindo-se às portagens na CREL disse que o PPM entendia que deveriam ser pagas, pela simples razão de que a abertura e conservação das auto-estradas tinham custos, e esses custos deviam ser suportados pelos utilizadores. Aliás, quem utilizava esses serviços eram justamente as classes que tinham disponibilidades financeiras para ter automóvel, porque quem não tinham disponibilidades financeiras para ter automóvel não utilizavam esses serviços. -----

----- No entender do PPM era muito injusto que pessoas que nunca utilizavam esses serviços porque não tinham automóvel, tivessem que contribuir para pagar benefícios a pessoas que pelas suas disponibilidades financeiras podiam utilizá-los. -----

----- Por outro lado, as portagens evitavam a acumulação do trânsito em Lisboa. Citava até as palavras dum antigo Ministro de um Governo do Partido Socialista, cujo nome se permitia não citar, que a propósito do exagerado custo das portagens da Ponte Vasco da Gama declarara: “essas portagens têm que ser mais elevadas para evitar que afluam tantos carros a Lisboa”. -----

----- Portanto, o PPM era partidário que se pagassem portagens porque eram as classes mais favorecidas que as iam pagar. Pessoalmente não via de forma alguma que um simples trabalhador do Alentejo, na sua quota-parte do imposto, tivesse que pagar serviços que não eram utilizados por ele. -----

----- Rematou referindo que disse o que disse, mas tinha carro. -----

----- **O Deputado Municipal Ricardo Chaves (PSD)**, novamente no uso da palavra, disse que já hoje tinha visto permissividade no tempo como já tinha visto noutras sessões permissividade sobre a defesa da honra, mas relativamente a si não foi essa permissividade aplicada. -----

----- Disse, depois, que apenas ia fazer uma pergunta – retórica, porque lhe parecia que não tinha resposta – à Mesa: o que era que diferenciava a defesa da honra, por parte do PSD, da Ministra de Estado e das Finanças, Dra. Manuela Ferreira Leite, do pedido da defesa da honra concedido dum colega de partido do Deputado Municipal Dias Baptista, Deputado na Assembleia da República, Dr. Jorge Coelho? A situação era idêntica: uma vez foi concedido, outra não. -----

----- Portanto, se era para se rever os critérios seria bom que se revissem enquanto critérios. -----

----- Mas, passando à defesa da honra, disse que o Deputado Municipal Miguel Coelho falara ali num erro de cálculo no défice, e, de facto, não era verdade que tivesse havido erro de cálculo, porque o erro de cálculo só se via no fim do ano, altura em que o défice era contabilizado. Era por isso que, fruto de eleições antecipadas, não chegara a ser um erro de cálculo no défice a diferença entre os 1,1 previstos pelo Governo PS e os 4,1 previsíveis a meio do ano. Portanto, não chegara a ser um erro de cálculo do défice e nunca chegara a ser chamado como tal. -----

----- Erros de cálculo no défice foi o que se passou, e devidamente auditado pelo Banco de Portugal, nos últimos seis anos, em que se constatara que ao longo da contabilização dos vários défices do Governo PS havia um erro de 6 milhões de euros, já corrigido. Isso era um erro de cálculo no défice, e por aqui se ficava em termos de defesa da honra, mas seria bom que não se dissesse que tinha errado quem não errara e que se valorizasse quem acertou, como veriam dentro de meses. -----

----- Depois da defesa da honra, disse que queria também referir-se à tese do bater de asas ali invocada pelo Bloco de Esquerda que, pelos vistos, não acreditava. -----

----- Respondendo a um aparte, referiu que não era bem assim na política. Umhas eleições autárquicas já provocaram a queda de um Governo, diria que não era bem a mesma coisa mas se calhar teria sido um bater de asas que provocara um terramoto. Na política as coisas eram bem mais complexas do que isso! -----

----- Quanto à medida casuística referida pelo Bloco de Esquerda, disse que a CREL estava Plano Rodoviário Nacional e nunca tinha visto o Bloco de Esquerda invocar o

Plano Rodoviário Nacional solto de uma medida concreta tomada pelo actual Governo. Plano Rodoviário Nacional era abstracto, tinha a estratégia das estradas para Lisboa e a nível nacional, que discutissem o PRN e que o discutissem em devido tempo, porque esta medida era uma medida de execução do PRN. Casuístico, portanto, seria discuti-la agora e não discutir o PRN. E fugidio, o que era mais grave, era não haver uma posição clara do Bloco de Esquerda quanto à justeza ou não das taxas para impedir a entrada de viaturas na cidade. -----

----- Rematou dizendo que era preciso coragem para tomar uma posição, portanto que tomassem coragem e tomassem essa posição. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que a permissividade na gestão do tempo, de que falara o Deputado Municipal Ricardo Chaves, tem sido uma decisão da Mesa que abrangia tanto à direita como à esquerda, como também relativamente à bancada da Câmara. Portanto, tudo tinha sido permitido dentro daquilo que a Mesa entendia que era permissível de admitir. -----

----- Por outro lado, esta segunda intervenção permitira-lhe responder ao Bloco de Esquerda, pelo que se lhe tivesse dado a palavra na altura que a solicitara já não tinha tido essa oportunidade. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Vieira (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “A cidade de Lisboa e os que nela vivem e trabalham viram no primeiro dia deste ano o Governo do PSD/CDS-PP impor a reposição do pagamento das portagens na CREL, e com isto agravadas as suas condições de vida. -----

----- Esta medida do Governo de impor o pagamento de portagens numa via essencial à redistribuição do tráfego na zona norte da Área Metropolitana de Lisboa, teve como resultado o aumento do número de carros e transportes pesados no interior da cidade, e com isso agravaram-se os problemas de trânsito, piorou-se a mobilidade e consequentemente degradou-se o ambiente na cidade e a qualidade de vida. -----

----- Esta decisão do Governo agravou os problemas, para além da injustiça e do errado que ela tem, vem em sentido contrário ao das medidas que Lisboa carece e os lisboetas têm direito para uma melhor mobilidade, que incentivem o uso do transporte público e retirem o automóvel do interior da cidade, que contribuam para uma melhoria do ambiente e da qualidade de vida e das quais apenas salientamos algumas medidas pelas quais nos batemos há longos anos: -----

----- 1 - A criação de uma “verdadeira” Autoridade Metropolitana de Transportes, dotada dos meios financeiros e técnicos necessários, e com real autonomia em matérias como o planeamento e a coordenação, e não como aquilo que o Governo PSD está a pretender fazer, de forma apressada, sem discussão em sede de Assembleia da República. -----

----- 2 - Um claro e efectivo apoio às empresas de transporte público que servem Lisboa, nomeadamente à Carris e Metro, dotando-as dos meios técnicos e financeiros necessários ao cumprimento do serviço público a que estão obrigadas, o que não se tem verificado nos últimos anos, o que levou que só na década de 90 não fossem pagos à Carris mais de 60 milhões de contos em indemnizações compensatórias que

lhes eram devidas. Por outro lado, que se verifique uma efectiva coordenação entre estas empresas com as consequentes melhorias da oferta do transporte público para a Cidade de Lisboa e para os lisboetas. -----

----- 3 - A assunção de medidas que aposte num único passe social intermodal com três coroas actualizadas no seu desenho à nova realidade urbana e que seja válido em todos os operadores de transportes públicos, recebendo estes para o efeito, as indemnizações compensatórias devidas pelo serviço público prestado. Que se que ponha fim ao completo anacronismo que é a existência de mais de três centenas de títulos de transporte diferentes. Por exemplo, que na linha de cintura de Lisboa da rede ferroviária nacional, no seu percurso entre a Gare do Oriente e Benfica, seja válido o título L do passe intermodal, para o qual nem sequer é preciso grandes alterações ao desenho já existente. -----

----- 4 - Que o táxi seja tratado no ordenamento e regulação do trânsito da cidade como uma parte integrante e de pleno direito dos transportes públicos da cidade. -----

----- O Governo com esta decisão lesou a economia do Distrito de Lisboa, prejudicou os interesses dos trabalhadores, dos pequenos comerciantes e industriais e agricultores do Distrito, e contribui desta forma para um ainda maior agravamento dos preços dos bens e serviços. -----

----- O Governo tenta “tapar o sol com a peneira” ao lançar o eufemismo do utilizador/pagador, escondendo o quanto paga cada utilizador de uma viatura em impostos para o Estado desde o acto de compra ao simples abastecimento. -----

----- E tenta colocar portugueses contra portugueses ao afirmar que os transmontanos não tem que pagar a CREL, omitindo qual a dimensão dos problemas de mobilidade nas grandes metrópoles e a contribuição de Lisboa para as receitas gerais do Estado, designadamente em impostos, em clara contradição com as isenções e benesses dadas ao grande capital nesta matéria. -----

----- Por tudo isto fica claro que este negócio – pois é disto que se tratou teve como resultado um prejuízo para a cidade de Lisboa e para os que nela vivem e trabalham.---

----- Assim, e porque amamos Lisboa e queremos-la realmente feliz, o PCP, cumprindo com as suas responsabilidades e compromissos com a população de Lisboa, aqui está no plano institucional a propor à Assembleia Municipal, que hoje está aqui reunida, que delibere reclamar ao governo a anulação desta decisão de se voltar apagar portagens na CREL. -----

----- E as populações sabem que podem contar sempre com o empenhamento e participação do PCP, ao seu lado, também lá onde a luta de indignação e descontentamento tenham lugar.” -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que esta sua segunda intervenção era motivada pela segunda intervenção do Deputado Municipal Ricardo Chaves, a quem queria dizer, com toda a sinceridade, que quem se tinha enganado no défice foi o Sr. Primeiro-Ministro quando em campanha eleitoral referira que mesmo com o défice a 6% o Governo do PSD iria fazer o choque fiscal e baixar os impostos aos portugueses. -----

----- Quem se enganara no défice foi o Governo do PSD quando, depois de fazer o orçamento rectificativo, prometera um défice de determinada maneira e depois viu-se obrigado a vender património do Estado para o poder cumprir. -----

----- Foi por isso que se introduziram as portagens na CREL. Aliás, perguntava porquê na CREL e não na Via do Infante, por exemplo? Portanto, não se podia dizer que não era uma via casuística! -----

----- De resto, foi por isso que o Governo do PSD resolvera privatizar a rede fixa da Portugal Telecom, quando três meses antes, na Assembleia da República, tinha votado contra quando o PS estava no Governo e pretendia fazer isso. Também por isso o Governo PSD fizera negócios escandalosos como o da Quinta da Falagueira. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma (PPM)**, novamente no uso da palavra, disse que na parte final da Moção n.º 1 se criticava o Sr. Presidente da Câmara por não prestar elementos, o que, conforme se dizia, impedia a Assembleia de exercer, em plenitude, as suas competências fiscalizadoras da actividade do Município. -----

----- Sobre esse aspecto, como membro da Comissão de Finanças, desejava dar um esclarecimento acerca do Executivo dirigido pelo Dr. Santana Lopes. Em primeiro lugar, que a autonomia financeira corrente no fim do exercício de 2000 era de 2,4 milhões de contos de saldo positivo e no fim do exercício de 2001 era de 6,2 milhões de contos de saldo negativo. Este era um esclarecimento que queria prestar à Assembleia porquanto mostrava que o actual Executivo iniciara a sua acção com um défice negativo de 6,2 milhões de contos quando no ano anterior tinha uma autonomia financeira positiva de 2,4 milhões de contos. -----

----- De resto, estes números faziam parte de uma declaração assinada pelo PPM, que o então Presidente da Assembleia, Dr. João Amaral, fizera circular por todos os Deputados Municipais. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, novamente no uso da palavra, disse que a prática política do Bloco de Esquerda não precisava de fazer qualquer reafirmação em relação à coragem política da sua bancada, mas queriam dizer que o problema político que estava em causa relativamente à Moção era que o Bloco de Esquerda não tinha qualquer posição de princípio contra taxas, portagens ou estacionamento pagos. No entanto, teriam que ser medidas que favorecessem um menor acesso ao centro da cidade e permitissem melhorar a mobilidade das pessoas e dos bens em toda a Área Metropolitana de Lisboa. Era isso que estava em causa com as portagens da CREL. -----

----- Disse, ainda, que a falta de coragem política parecia ser de alguns sectores que não queriam que a Autoridade Metropolitana de Transportes, em Lisboa tivesse poderes para pôr em causa interesses instituídos a esse nível. -----

----- **O Deputado Municipal António Tavares (PSD)**, sendo esta a sua primeira intervenção no Plenário começou por saudar todas as forças políticas com assento na Assembleia, referindo, de seguida, que as suas funções consistiam em acompanhar com todo o interesse a vida dos lisboetas em todas as suas amplitudes, e em particular acompanhar a vida dos cidadãos mais desprotegidos. E nessa linha de pensamento



incluía os idosos, crianças desamparadas, as comunidades imigrantes, minorias étnicas, os sem-abrigo e restantes comunidades desfavorecidas que no dia-a-dia partilhavam com todos o mesmo espaço e mereciam de todos a maior atenção. -----

----- Era essa realidade que desejava apresentar na Assembleia Municipal, para referir o plano de emergência que a Câmara Municipal de Lisboa preparara para os sem-abrigo devido à vaga de frio que se fizera sentir. De facto, não podiam ficar indiferentes à forma dinâmica como a Sra. Vereadora da Acção Social orientara a equipa de recolha dos sem-abrigo, e realçava também o seu apreço pela forma como os lisboetas e as várias organizações responderam com solidariedade e amizade ajudando os sem-abrigo. -----

----- Disse, depois, que o Executivo, na pessoa da Sra. Vereadora, mostrara, de facto, a veia da sensibilidade para com aqueles que mais sofriam e muitas vezes eram discriminados pela sociedade. Importava realçar que se tratara de um trabalho em que durante 17 dias foram servidas 11.600 refeições, ou antes, 6.800 refeições quentes, 1.600 refeições de reforço e 3.200 pequenos-almoços e também foram distribuídas roupas e cobertores e foi-lhes facultado apoio médico e psicológico. -----

----- Era assim que todos queriam um Executivo solidário, era assim que queriam um Executivo para todos, um Executivo à altura dos anseios de todos e também dos mais pobres. -----

----- Terminou dizendo que o mais importante na arte da governação não era saber falar mas sim saber fazer, indo ao encontro das expectativas do povo da Cidade de Lisboa em particular, e do povo português em geral. -----

----- **O Deputado Municipal Rodolfo Caseiro (PCP)**, no uso da palavra, disse que queria colocar um problema que preocupava os trabalhadores do Município e, por sequência, também a população de Lisboa. -----

----- Tratava-se da intenção da Câmara Municipal de, por forma um pouco camuflada, privatizar os serviços de limpeza urbana. Era isso que indiciava a proposta de Orçamento apresentada para 2003 ao dizer que a verba prevista para essa intenção se destinava a uma experiência piloto. Essa proposta do Executivo, a ser confirmada, traduzia-se num desinvestimento em meios técnicos e humanos desse importante sector. -----

----- No entender do PCP era preciso também que fosse tido em consideração que no mandato anterior, o então Vereador Rui Godinho fizera um estudo que provava claramente que a entrega da higiene urbana ao sector privado traria um aumento significativo, em termos de custos, para o Município, e até hoje não conheciam nenhum estudo que contrariasse esse. -----

----- Além disso, os trabalhadores do Município não foram tidos nem achados através das suas estruturas, o que consideravam perfeitamente reprovável. -----

----- Portanto,urgia que essa situação fosse clarificada de forma a evitar possíveis perturbações nos trabalhadores do Município, e também num sector que se pretendia que praticasse serviços de qualidade porque a população de Lisboa bem o merecia. ----

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Benfca, no uso da palavra, aludindo à Moção n.º 14 pediu que lhe

permitissem que, por respeito aos moradores do Bairro de Santa Cruz, se recusasse a alimentar discussão sobre eventuais culpas do passado, deste ou daquele partido, deste ou daquele Ministro ou ex-Ministro, conforme tivesse estado ou não no poder. -----

----- É que, de facto, os moradores do Bairro de Santa Cruz de Benfica há cerca de dez anos viviam em constante sobressalto, já que ciclicamente aparecia, primeiro a ex-Junta Autónoma de Estradas, agora o Instituto das Estradas de Portugal, com projectos. Recordou que inicialmente era um projecto em viaduto que passaria por cima do bairro destruindo-o sob todos os aspectos, designadamente em termos arquitectónicos, e da luta que então os moradores travaram para conseguir estancar esse processo. -----

----- Recordou também que a ligação em causa, do nó da Buraca ao nó da Pontinha, deveria estar concluída em 1993, conforme se podia ver pelos programas do Governo da altura, mas registava igualmente, porque isso era importante, que desde 1997 todas as forças políticas tinham chegado a um consenso com a Comissão de Moradores, consenso esse que resultava em que a construção não seria feita à superfície ou em viaduto, mas sim em túnel e não haveria nó da Damaia. -----

----- Registava que a Moção n.º 14, que também subscrevia, não era mais do que a cópia da Moção que os colegas do PSD, já eleitos no anterior mandato, subscreveram na Assembleia Municipal de Lisboa, pelo que julgava que ela poderia agora, pelo menos pelo PSD, também ser votada favoravelmente. -----

----- Mas o apêlo que fazia era que, de facto, a Assembleia se pronunciasse, afirmativa e definitivamente, sobre esse processo para que amanhã o Ministério das Obras Públicas e o Instituto de Estradas de Portugal vissem dizer, inequivocamente, que a ligação em causa seria feita em túnel, apenas com três faixas de cada lado e sem nó da Damaia. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que a intervenção que ia fazer tinha a ver com a questão da eventual concessão do serviço de limpeza a empresas do sector privado. Estava-se a referir, claramente, à Moção do PCP que aludia a essa matéria. -----

----- Disse, então, que essa era, obviamente, uma preocupação absolutamente legítima, mas parecia-lhe que, como era habitual, a partir de uma intenção do Executivo camarário, perfeitamente adequada tanto mais que estava claramente expresso que seria uma experiência piloto que só abonava a favor do bom-senso do Executivo, imediatamente se concebiam alguns planos maquiavélicos e algumas ideias que parecia não terem qualquer aderência à realidade. -----

----- De facto, não se tratava de nada gigantesco, nada que previsse a inversão total das funções da Câmara, já que se tratava, efectivamente, de uma experiência piloto que se pretendia implementar para testar novas soluções para novos problemas, porque a questão da limpeza da cidade não era uma questão estática. E não era uma questão estática porque as dimensões dos problemas alteravam-se como se alterava também a própria qualidade dos problemas e, portanto, a evolução das soluções necessárias também se alterava. -----

----- Por outro lado, sabiam também que a Câmara Municipal tinha alguns problemas com a regidez do seu aparelho produtivo e, assim sendo, recorrer, ou pelo menos pensar recorrer, ao *out sourcing* parecia-lhe uma decisão que em termos empresariais – e era disso que se tratava – não seria de maneira nenhuma de esquecer. Pelo contrário parecia-lhe que era de implementar, mas implementar com cuidado, e era isso que lhe parecia, pela leitura dos documentos, que se pretendia fazer. -----

----- Ninguém apresentara um projecto megalómano para entregar a limpeza da cidade a qualquer empresa privada, mas tratava-se apenas de ir dando os passos necessários, a seu ver correctos. O *out sourcing* de qualquer actividade, especialmente actividades que tivessem um carácter novo, um carácter de acréscimo às actividades normais duma empresa, era uma prática perfeitamente adequada porque permitia ensaiar o combate a problemas que por vezes ainda não se conheciam na sua profundidade, sem cometer o erro de aumentar drasticamente uma estrutura que já por si tinha graves problemas de peso excessivo nalguns aspectos. -----

----- Era óbvio que um *out sourcing* feito de forma correcta, exercendo a entidade que comandava esse *out sourcing*, neste caso a Câmara Municipal, cuidados de fiscalização das actividades que a empresa contratada exercesse, era um instrumento que bem utilizado permitiria encontrar as melhores soluções para a resolução dos problemas. -----

----- Portanto, não lhe parecia que fosse uma situação tão dramática que pudesse desde já antecipar despedimentos em massa, entrega de responsabilidades inerentes à Câmara Municipal, ou até um ataque à democracia como parecia perpassar pelo parágrafo da Moção onde se diz: “... o povo de Lisboa, através de seu voto, confiou a gestão do Município aos autarcas e não a qualquer empresa privada”. Isso parecia-lhe no mínimo irrelevante, e no máximo de muito mau gosto e até mesmo atentatório do bom-nome das pessoas, porque parecia levar a crer que os cidadãos elegeram autarcas que agora, pelos vistos, acabavam por ser substituídos por uma qualquer empresa. Isso era claramente irrelevante porque não era disso que se tratava, e era mesmo de mau tom e insultuoso para quem tinha sido eleito e queria exercer, e bem, o seu cargo. -----

----- **O Deputado Municipal Domingos Pires (PSD)**, no uso da palavra, disse que se ia referir às moções nºs 4, 11 e 16, referentes às portagens na CREL e à CRIL, e sobre isso começava por fazer algumas considerações, referindo até intervenções de Deputados Municipais que falaram anteriormente. -----

----- Disse, então, que no seu entendimento o problema da CREL se vinha prestando a todo o tipo de falsos argumentos, ou argumentos demagógicos, invocados, sistematicamente, por alguns Deputados Municipais que quase levavam isso a uma posição de histerismo ou de desgaste, quando o que era necessário era que se fizesse a retrospectiva histórica para verificar o que se passara com a CREL. -----

----- A CREL – continuou – foi mandada construir pelo Governo do PSD, que quando a mandara construir anunciara desde logo que era uma via circular com portagens pagas. Portanto não iludira ninguém! Mais tarde, o PS, quando chegara ao Governo, numa ilustre decisão super-demagógica decidira suspender as portagens. Ou seja, não acabara com as portagens, apenas as suspendeu, porque acabar com as portagens era

uma coisa e suspendê-las era outra completamente diferente. E de tal modo assim era que inclusive as infra-estruturas portageiras ficaram lá e lá continuavam. -----

----- Portanto, quando vinham dizer que era o Governo do PSD que reintroduzia as portagens isso era uma falsa questão, porque ao PS nunca o atacaram de nada. O PS, pelos vistos, tomara uma posição tímida como normalmente era seu estilo em termos de governação. Todos sabiam isso, não era novidade nenhuma! -----

----- Por isso, quando agora invocavam o problema tinham que encontrar razões paralelas para a questão dramática da CREL, se era que a queriam considerar dramática. Se calhar, nunca fizeram nenhum apelo à Sra. Presidente da Câmara de Sintra, Dra. Edite Estrela, para aqueles índices malucos de construção que deixara fazer dentro do concelho de Sintra, nomeadamente em Algueirão/Mem Martins, que eram índices de perfeita loucura e onde houve uma concentração de população de tal maneira que praticamente não havia vias para escoamento do tráfego, como era o caso do IC 19. -----

----- Por outro lado, o PS prometera em grandes parangonas, numa perspectiva de grande publicitação, o andamento rápido do IC 16. Mas em que fase estava o IC 16? Estava concluído? Seria essa a resposta em termos de complementaridade para o IC 19? Certamente que não! -----

----- Mas, mais curioso, era que se o PS estivesse preocupado em resolver os problemas, em alternativa à CREL teria acelerado a conclusão da CRIL! Estava presente parte da população do Bairro de Santa Cruz de Benfica, que no fundo era vítima da indecisão do PS, porque em 1993/94, quando o Engº Ferreira do Amaral suspendera a conclusão da CRIL para negociar, houve forças políticas como o PS, o PCP e sobretudo a UDP, que desenvolveram uma campanha demagógica de manipulação das pessoas para nunca aderirem a um diálogo aberto, correcto e construtivo para ver qual a melhor forma para resolver os problemas da CRIL no Bairro de Santa Cruz. E de tal maneira assim foi que se fizeram “n” reuniões e a conclusão foi zero por pura obstrução dos senhores agentes políticos. -----

----- Só que depois aparecera um mágico, o Governo do PS, que em seis anos resolvera tudo! Fizera a CRIL e a população do Bairro de Santa Cruz ficara com os seus problemas resolvidos! E de tal maneira assim era que o Presidente da Câmara Municipal da Amadora, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e o Governo, que eram todos do mesmo partido político, entenderam-se e resolveram o problema do Bairro de Santa Cruz e tinham tudo feito. A CRIL estava concluída, não tinham mais que se preocupar com isso! -----

----- Demagogia sim, mas tanta não! Esse era um exagero que era o cúmulo da demagogia! Aliás, ainda por cima, o nó da Damaia vinha dum estudo do Governo do PS, que em vez de apresentar uma solução viável para as populações vinha agravá-la articuladamente com o Presidente da Câmara da Amadora. -----

----- Mas de quem seria a culpa de tudo isso? A culpa pura e simplesmente não podia morrer solteira, era do PS que não fizera coisíssima nenhuma. Primeiro, porque não governara, e, segundo, porque só desenvolvera campanhas e mais campanhas para iludir as pessoas. -----

----- No entanto, parecia que a solução se começava agora a vislumbrar, porque o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que tivera a coragem política de se deslocar ao local, analisara o problema e dera sinais claros que ele se iria resolver a contento das populações. -----

----- A terminar, disse que desejava felicitar as populações do Bairro de Santa Cruz porque na realidade aparecera alguém que fizera o devido enquadramento do problema e agora, finalmente, iria haver uma solução. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Benfca, no uso da palavra para pedir um esclarecimento, disse que fazia como preâmbulo a este pedido de esclarecimento aquilo que referira há pouco: que se recusava a entrar pelo discurso de que foi o partido A ou B que teve a culpa porque a CRIL parara ou não parara. É que, quanto a si, aí todos tiveram culpa, mas o respeito que lhe mereciam os moradores do Bairro de Santa Cruz era pela luta que travaram e através da qual conseguiram – pedia que o desculpassem porque era ingénuo mas não era demais – travar o avanço de um viaduto sobre o bairro onde cerca de 80 vivendas nunca mais veriam sol. Ou seja, o avanço que o Engº Ferreira do Amaral quisera fazer, conseguiram-no travar. -----

----- Portanto, o esclarecimento que fazia era se tinha conhecimento disso, porque se não tinha perdoava-lhe a sua intervenção. Em 1993, no programa do Governo do Prof. Cavaco Silva, estava previsto que essa ligação tivesse sido feita, e ela só não foi feita porque não a conseguiram fazer por viaduto e não a conseguiram fazer por outro processo porque não conseguiram resolver o problema da habitação social, já que só depois é que apareceu o PER que conseguira provocar todo o realojamento. -----

----- Por conseguinte, entendia que ao fim de 10 anos de luta por parte dos moradores, não valia a pena voltarem ali a dizer que era o PS, o PSD ou este e aquele Ministro que tinham a culpa, porque o que interessava era resolver o problema. -----

----- Apelou à calma e ponderação do orador anterior no sentido de resolverem o problema dos moradores do Bairro de Santa Cruz, até porque não era só aquele bairro que era penalizado. Também no Bairro das Pedralvas ninguém mais iria poder dormir se fosse por diante a solução à superfície que estava prevista. -----

----- Terminou referindo que esquecessem as desculpas com o passado, porque era preciso agir, e agir com frontalidade e com transparência nesse processo, definitivamente e uma vez por todas. -----

----- **O Deputado Municipal Domingos Pires (PSD)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que, fazendo um apêlo à sua memória, tinha presente as reuniões que houve na Junta de Freguesia de Benfca como tinha também presente que a CRIL não avançara por obstruções de forças políticas que não estiveram disponíveis para negociar com o Engº Ferreira do Amaral, e dizia mesmo o nome de quem liderara o processo, o Engº Nunes da Silva, que foi talvez o mais radical, como, aliás, o Deputado Municipal Fernando Saraiva sabia perfeitamente. -----

----- Era verdade que inicialmente estava previsto um viaduto, mas esse era um ponto de partida e não um ponto de chegada, porque no intervalo houve hipótese de negociar mas as forças políticas radicalizaram-se e não quiseram negociar. -----

----- Certo era que isso estava ultrapassado mas factos eram factos, e o Deputado Municipal Fernando Saraiva que acompanhara o processo durante todo o período, e até era do PS, que lhe explicasse, com dados concretos, o que o PS fez. Zero! -----

----- Portanto, estavam agora numa situação em que se via no fundo do túnel algum sinal de esperança para se resolver o problema das pessoas do Bairro de Santa Cruz, porque o PSD, nomeadamente o Presidente da Câmara, se empenhara de alma e coração justamente para se ultrapassar a situação porque aquilo que efectivamente importava agora era resolver o problema. -----

----- Isto são factos e contra factos não há argumentos, disse a rematar. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, leu a Moção n.º 8, por si subscrita, já transcrita nesta acta no início do período de Antes da Ordem do dia. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra, a propósito do trabalho feito aquando da vaga de frio, disse que a Sra. Vereadora não recolhera os sem-abrigo mas antes cuidara dos sem-abrigo, porque não se recolhiam assim pessoas. Recolhiam-se outras coisas, mas as pessoas eram cuidadas! Por respeito ao trabalho que foi feito, tinha que se ter em atenção a linguagem porque também era importante. “Houve que cuidar dos sem-abrigo”. Aliás, tal como também não se realojam barracas, realojam-se pessoas! -----

----- Mas passando ao objecto da sua intervenção, o trânsito na cidade em geral, disse que neste momento, olhando para a cidade sentiam que ela estava agressiva e violenta devido ao trânsito. Sabia que a responsabilidade não era só da Câmara e já em mandatos anteriores também chamara a atenção para esse facto. Era uma responsabilidade tripartida: do Governo, através do Ministério da Administração Interna/PSP/Trânsito, da Câmara e dos condutores. -----

----- Alguns condutores não eram verdadeiros cidadãos porque não respeitavam os outros. Eram incívicos! Pais e mães com carrinhos de criança, deficientes, idosos e as pessoas em geral não tinham direito aos passeios porque os condutores eram egoístas, arrumavam os carros onde lhes interessava e dava jeito. Por outro lado, era também um problema de educação porque os pais educavam as crianças a andar pelos passeios e constantemente tinham que andar com elas no meio da rua porque os carros estavam a ocupar o lugar dos peões. -----

----- E isso era tão incívico e tão caricato que já ninguém respeitava ninguém. Por exemplo, num jornal diário a publicidade sobre um todo-o-terreno era feita assim: “Toiota Land Cruser – o novo land cruser revela-se uma aposta conseguida tanto para percursos de terra como também para subir os passeios da cidade”. Portanto, já ninguém respeitava aquilo que era público, aquilo que era um direito dos cidadãos, em Lisboa e nas outras cidades, que era terem os passeios livres de carros. -----

----- De facto, isso acontecia em quase todas as zonas da cidade. Onde havia quatro vias sobravam apenas duas e por isso quem andava nos transportes públicos era penalizado, pelo que solicitava à Câmara que começasse a actuar com força e com coragem, e se não tivesse coragem talvez a ganhasse lendo o último artigo de Inês

Pedrosa intitulado “não foi por mal”. Era importante que se lesse porque os portugueses faziam sempre as coisas sem ser por mal, mas faziam. -----

----- Portanto, pedia à Câmara que com o Governo procurasse minorar o problema, problema esse em que a PSP/Trânsito tinha grandes responsabilidades desde sempre, pois nunca colaborara com a Câmara e continuava a não colaborar nesse aspecto. -----

----- Depois, disse que se tem falado muito na Assembleia sobre a prostituição e a recuperação, pelo que em nome da Direcção do Fórum Padre Abel Varzim pretendia dizer que esse Padre foi condenado em Portugal porque tratara e cuidara das prostitutas como mulheres dignas, sérias e honestas na venda do seu corpo e no respeito por elas próprias. Havia razões várias para a prostituição, era um tema que não poderia ser tratado numa forma primária. O Fórum Padre Abel Varzim escrevera ao Sr. Presidente da Câmara e também à Sra. Vereadora, no mandato anterior foi-lhe dito que teria um espaço na Rua Damasceno Monteiro, n.º 1, rés/chão, e porque até agora não tiveram qualquer resposta pedia que a Câmara tivesse em atenção essa questão porque o Fórum Padre Abel Varzim podia, com a Câmara, colaborar no cuidar das mulheres e homens, prostitutas e prostitutos, que vendiam o corpo na Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que uma das questões que tinha para colocar dizia respeito ao trânsito, mas porque a oradora anterior fizera uma intervenção muito clara sobre essa matéria, que subscrevia na íntegra, passaria adiante para referir outras questões. -----

----- Disse, então, que a Junta de Freguesia do Beato foi surpreendida, no início do mês corrente, com uma intervenção por parte do proprietário, ou presumível proprietário, na Vila Maria Luísa, onde com máquinas foi destruindo o património, tendo a Junta de Freguesia solicitado com urgência uma intervenção da Câmara Municipal enviando para o efeito três ofícios a solicitar informação sobre o tipo de intervenção que aí estava a ser feita, bem como o tipo de licença que havia para isso, mas nem uma única resposta receberam. -----

----- No entanto, ontem mesmo foram surpreendidos com a visita da Sra. Vereadora Eduarda Napoleão, que nem sequer informara a Junta de Freguesia e deveria tê-lo feito porque até gostariam de acompanhar a Sra. Vereadora a essa vila para se inteirarem de quais as responsabilidades que havia na intervenção ali feita, sem qualquer autorização ou licença. Aliás, segundo a comunicação social a Câmara teria suspenso as intervenções ali em curso. -----

----- Disse, depois, que na Vila Maria Luísa existia um *rink* que foi construído pelos moradores com apoio, em materiais, por parte da Junta de Freguesia, que era um espaço que servia as crianças da escola do ensino básico n.º 20, ou seja uma escola municipal, assim como servia também as crianças do externato Camilo Castelo Branco e os moradores da própria vila. O certo era que esse *rink* foi demolido num sábado às sete horas da manhã, a Junta enviara um ofício à Câmara e também à Polícia Municipal pedindo a sua intervenção, mas realmente não houve intervenção nem da Câmara, nem da Polícia Municipal. -----

----- Portanto, estavam perante um abuso por parte do proprietário e um desrespeito por parte da Câmara e também da Polícia Municipal que, apesar de alertada, não fizera qualquer intervenção. -----

----- Concretamente desejava que a Câmara informasse o que pretendia fazer em relação à Vila Maria Luísa, e também que respondesse aos ofícios que a Junta lhe enviara. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, terminadas as intervenções, disse que se ia passar à votação das moções, mas antes, a pedido do PCP, fariam um intervalo pré-votação de 10 minutos, tendo então interrompido a reunião por esse lapso de tempo. --

----- Na reabertura dos trabalhos, o **Senhor Presidente em exercício** iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 1**, apresentada pelo Deputado Municipal Feliciano David, do PCP, com votos favoráveis do PCP, PS e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar, por unanimidade, **Moção n.º 2**, apresentada pelo Deputado Municipal Artur Madeira, do PSD, que era um Voto de Pesar pelo falecimento do maestro Shegundo Galarza. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 3**, apresentada pelo Deputado Municipal Artur Madeira, do PSD, que era um Voto de Pesar pelo falecimento do artista José Viana. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 4**, apresentada pelo Deputado Municipal Eduardo Reis Vieira, do PCP, com votos favoráveis do PCP, PS e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- A **Moção n.º 6**, apresentada pelo Deputado Municipal Rodolfo Caseiro, do PCP, a requerimento do PS, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado:

----- Aprovar o ponto 1, por maioria, com votos favoráveis do PCP e BE, e a abstenção do PSD, PS, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 2, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS e BE, e a abstenção do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 7**, apresentada pelo Deputado Municipal Feliciano David, do PCP, com votos favoráveis do PCP, PS e BE, votos contra do CDS-PP, e a abstenção do PSD e PPM, com a alteração introduzida pelo líder da bancada do PCP ao segundo parágrafo da parte não deliberativa, que ficou com a seguinte redacção final: -----

----- “Que apesar de se encontrar no Iraque uma Missão, designada pela ONU, para verificar se este país dispõe de armas de destruição maciça, *não havendo ainda nenhuma conclusão sobre a existência ou não, das referidas armas.* -----

----- (a itálico a alteração introduzida, que substituiu a frase: “não há qualquer prova da sua existência”) -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 8**, apresentada pela Deputada Municipal Deolinda Machado, do PCP, com votos favoráveis do PCP, PS e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----



----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 9**, subscrita pela Mesa e pelos Líderes de todos os Grupos Municipais. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 10**, apresentada pelo Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves, do CDS-PP, com votos favoráveis do PCP, PS e CDS-PP, e a abstenção PSD, PPM e BE. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 11**, apresentada pelo BE, com votos favoráveis do PCP, PS e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 12**, apresentada pelo BE, com votos favoráveis do PCP, PS e BE, e votos contra do CDS-PP, e a abstenção do PSD e PPM, com a alteração introduzida pelos proponentes ao primeiro ponto da parte deliberativa, que ficou com a seguinte redacção final: -----

----- “Declarar a sua inteira oposição a *um ataque dos E.U.A. ao Iraque*”. -----

----- (a itálico a alteração introduzida, que substituiu a frase: “a qualquer acto de agressão a outros povos”) -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 13**, apresentada pelo Deputado Municipal Dias Baptista, do PS, que era um Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Deputado Municipal, Engº Joaquim da Rocha Cabral. -----

----- A **Moção n.º 14**, apresentada pelos Deputados Municipais Dias Baptista e Fernando Saraiva, do PS, o PCP requereu que o ponto 2 fosse votado isoladamente dos pontos 1 e 3, por alíneas, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar os pontos 1 e 3, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, PS, CDS-PP e BE, e a abstenção do PPM. -----

----- Aprovar a alínea a) do ponto 2, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP, PPM e BE, e a abstenção do PCP. -----

----- Aprovar, por maioria, as alíneas b) e c) do ponto 2, com votos favoráveis do PSD, PCP, PS, CDS-PP e BE e a abstenção do PPM. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 15**, apresentada pelo Deputado Municipal Manso Pinheiro, do PEV. -----

----- A **Moção n.º 16**, apresentada pelo Deputado Municipal Dias Baptista, do PS, a requerimento do PCP foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Rejeitar o ponto 1, por maioria, com votos contra do PSD, PCP, CDS-PP, PPM e BE, e votos a favor do PS. -----

----- Aprovar o ponto 2, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, CDS-PP, PPM e BE, e a abstenção do PSD. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 17**, subscrita pelos Líderes de todos os Grupos Municipais. -----

----- O Partido Ecologista “Os Verdes” não tomou parte na votação das moções por no decurso da mesma não se encontrar presente na Sala. -----

----- Terminada a votação das moções, o **Senhor Presidente em exercício** propôs que fosse guardado um minuto de silêncio pelo falecimento das três personalidades que recentemente faleceram e cujos votos de pesar o Plenário acabara de aprovar, tendo a Assembleia, de pé, guardado um minuto de silêncio em sua memória. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Quero dizer, em nome do Grupo Municipal do PCP, que em relação à Moção n.º 16, em que se colocava no primeiro ponto ‘rejeitar a reintrodução das portagens na CREL, enquanto não existirem alternativas’ que é por este facto que nós votamos contra este primeiro ponto. De facto, ao referir-se ‘enquanto não houver alternativas’ quer dizer que se admite a possibilidade que voltem a haver portagens. E é contraditório também com aquilo que já aprovamos anteriormente. -----

----- É essa a verdadeira razão da nossa votação nessa Moção. -----

----- Quanto à Moção n.º 14, que tem a ver com a construção da CRIL junto ao Bairro de Santa Cruz de Benfca, a abstenção do PCP na primeira alínea do ponto n.º 2 tem uma única razão: é que neste ponto coloca-se qualquer inadmissibilidade em relação a acessos à CRIL nesta área de Lisboa e da Amadora. O PCP tem fortes reservas relativamente a este aspecto, tendo em conta que há outras soluções técnicas para estes acessos, quer no túnel ou outras admissibilidades que se colocam aqui nesta Moção. -----

----- Portanto, nós achamos que há soluções para haver acessos. Abstivemo-nos porque achamos que os moradores têm razão e que o trânsito não deve circular dentro do bairro. Portanto, havendo soluções técnicas para isso – e nós pugnaremos também e votaremos sempre contra essas possibilidades – daí que nos abstivemos em relação a este ponto.” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, seguidamente, deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 – Funcionamento da Assembleia Municipal: ponto da situação das Comissões;** -----

----- **Ponto 2 – Designação de sete cidadãos de reconhecida idoneidade para o Conselho Municipal de Segurança;** -----

----- Foi distribuído um aditamento com mais os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 3 - Proposta 07/2003;** -----

----- **Ponto 4 - Proposta 08/2003.** -----

----- **Ponto 5 - Proposta 10/2003;** -----

----- **Ponto 6 - Proposta 12/2003;** -----

----- **Ponto 7 - Proposta 16/2003.** -----

----- Foi distribuído um segundo aditamento com mais os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 8 - Proposta 190/1999;** -----

----- **Ponto 9 - Proposta 30/2003;** -----

----- **Ponto 10 - Proposta 34/2003.** -----

----- Foi distribuído um terceiro aditamento com mais os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 11 - Proposta 46/2003;** -----

----- **Ponto 12 - Proposta 48/2003;** -----

----- **Ponto 13 - Proposta 49/2003;** -----

----- **Ponto 14 - Proposta 50/2003.** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:  
PONTO DA SITUAÇÃO DAS COMISSÕES.** -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)**, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, (1ª Comissão) leu o documento que a seguir se transcreve: -----

----- “A Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico reuniu 5 vezes no ano de 2002. -----

----- Em 7 de Março de 2002 com o objectivo de eleger a Mesa da Comissão e tratar de assuntos referentes ao seu funcionamento. -----

----- Em 24 de Abril realizou-se nova reunião, com a presença da Sra. Vereadora Maria Teresa Xavier Maury que prestou à Comissão vários esclarecimentos acerca do Relatório de Gestão do Município de Lisboa de 2001, bem como das Demonstrações Financeiras do Município para o mesmo ano, das Grandes Opções do Plano para o Quadriénio de 2002/2005 e do Orçamento do Município de Lisboa para 2002. -----

----- Reunida em 29 de Abril a Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico aprovou, por unanimidade, o Parecer sobre os documentos atrás referidos, Parecer esse que foi oportunamente enviado à consideração da Assembleia Municipal. -----

----- Em 20 de Novembro de 2002 a Comissão reúne-se com uma ordem de trabalhos baseada no Parecer a emitir sobre o Plano de Actividades e Orçamento do Município de Lisboa para o ano de 2003. -----

----- Nesta reunião esteve presente, uma vez mais, a Sra. Vereadora com o Pelouro das Finanças que, acompanhada de técnicos municipais, prestou à Comissão todos os esclarecimentos solicitados. -----

----- Já na posse da documentação referente ao Plano de Actividades e Orçamento da Câmara, a Comissão voltou a reunir em 18 de Dezembro de 2002 para elaboração do respectivo Parecer, que veio a ser aprovado (também por unanimidade) e enviado a esta Assembleia Municipal já no corrente ano, mais concretamente em 3 de Janeiro. --

----- Resta-nos agradecer toda a valiosa colaboração prestada pelos funcionários da Assembleia Municipal, pelos técnicos municipais ligados à elaboração dos documentos acima referidos e pela Sra. Vereadora Teresa Maury.” -----

----- **O Deputado Municipal Francisco Oliveira (PSD)**, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Ambiente, Qualidade de Vida e Turismo (2ª Comissão) disse que a Comissão iniciara os seus trabalhos a 26 de Fevereiro de 2002, e desde essa data vinha realizando reuniões com alguma regularidade. -----

----- Tendo oito elementos na sua constituição, foi inicialmente composta pelos Deputados Municipais: Pedro Portugal, que na altura foi Presidente da Comissão, e Carlos Correia, ambos do PSD; Anacoreta Correia, do CDS-PP; Fernando Duarte e João Jofre Costa, ambos do PS; Joaquim Granadeiro e Vítor Agostinho, ambos do PCP; e Sérgio Manso Pinheiro, do PEV, como Secretário da Comissão. Mais tarde, por necessidades de vária ordem, foram substituídos os Deputados Municipais Pedro

Portugal e Anacoreta Correia, pelos Deputados Municipais Francisco Oliveira e Rodrigo Gonçalves, respectivamente. -----

----- Feitas as apresentações, disse que dum modo geral se podia afirmar que a actividade da Comissão se pautara, desde o seu início, essencialmente por dois grandes objectivos: -----

----- Primeiro, desempenhar eficazmente as suas funções e competências nos termos do artigo 61º do Regulamento. -----

----- Segundo, adoptar uma atitude pró-activa desde o seu primeiro minuto, quer pela discussão e aprofundamento dos motivos em análise, quer na eventual apresentação de propostas e recomendações à Assembleia. -----

----- Assim, das matérias enviadas pelo Exmº Senhor Presidente da Assembleia, a Comissão analisara, debatera e opinara sobre os seguintes temas: Quinta das Conchas e dos Lilases, no Lumiar; urbanização Villa Restelo, em São Francisco Xavier; preparação dum seminário sobre o ambiente, e, como não podia deixar de ser, o relatório da actividade desenvolvida pela Comissão até Outubro de 2002, conforme constava no Regimento da Assembleia. -----

----- Das iniciativas da própria Comissão, tinham a destacar a reunião com os Vereadores com Pelouros e competências que poderiam ser matéria de análise pela Comissão, como debates com entidades várias sobre o sector do turismo, o alargamento do campo de tiro em Monsanto, e o debate sobre o tema “zonas verdes de proximidade e os equipamentos vários nelas existentes”. -----

----- Do primeiro ponto da matéria analisada, referente à Quinta das Conchas e dos Lilases, tinham a referir que na sequência duma comunicação da QUERQUS, núcleo de Lisboa, a Comissão decidira solicitar ao Executivo camarário informações sobre eventuais alterações aos compromissos entretanto assumidos pelo anterior Executivo, e também das deliberações da Assembleia Municipal de Lisboa sobre aquele espaço. Paralelamente, foi também solicitado ao Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar eventuais novas informações sobre essa matéria. -----

----- Relativamente à urbanização Villa Restelo, disse que no seguimento à exposição feita à Assembleia pela Associação de Moradores e Amigos de São Francisco Xavier sobre a referida urbanização na Quinta de Santo António, matéria já objecto de acompanhamento pela Comissão no mandato anterior, foi decidido convocar o Presidente da Junta de Freguesia e a referida Associação para uma reunião a fim de se fazer uma avaliação dos factos. Igualmente decidiram solicitar ao Executivo camarário informações sobre o conteúdo da mesma e outros esclarecimentos que entendessem prestar sobre o mesmo *dossier*. Ouvidas que foram as entidades, considerando as informações sobre as continuadas intervenções e prosseguimento das obras naquela urbanização, no sentido de se evitar factos consumados e/ou danos causados, aprovava a Comissão, por unanimidade, solicitar à Sra. Vereadora o embargo de todas as obras não licenciadas e a intervenção dos técnicos municipais responsáveis pelo processo no sentido de esclarecerem a Comissão sobre o processo em si e sobre a posição assumida pela Câmara. -----

----- Para a preparação do seminário sobre o ambiente, disse que a Comissão dera início a debates e auscultações prévias sobre o conteúdo e características para essa iniciativa, nomeadamente a auscultação de Vereadores cujos Pelouros e competências pudessem ser objecto de análise pela Comissão, concretamente os Srs. Vereadores Carmona Rodrigues e Pedro Pinto. Na reunião havida em 8 de Maio de 2002, com o Sr. Vereador Carmona Rodrigues, foram realçadas duas linhas de trabalho para o ano em curso: a criação do órgão consultivo, que correspondesse, no essencial, a um conselho consultivo para a Agenda Local 21 e o desenvolvimento de dois documentos, no âmbito da revisão do PDM, um balanço de motorização e avaliação e diagnóstico da cidade, e linhas políticas para a revisão do PDM. No âmbito do processo de revisão do PDM foram também destacados três estudos: Plano Geral de Drenagem, o modelo de mobilidade e o modelo Sutra, que relacionava a posição do ar com a mobilidade. No entanto, a reunião com o Sr. Vereador Pedro Pinto não se chegara a concretizar porque, por motivos de força maior, o Sr. Vereador teve necessidade de desmarcar a reunião. -----

----- Seguidamente, disse que a 19 de Julho de 2002, a Comissão promovera um debate sob o tema “A noite em Lisboa” tendo convidado, para o efeito, a Associação de Turismo de Lisboa, a Associação de Hotéis de Portugal, a Associação de Restauração e Similares de Portugal e a União dos Comerciantes do Distrito de Lisboa, e desse debate, mais ou menos generalista, versara, no essencial, o turismo como um todo, tendo sido entretanto abordadas algumas questões de que destacava: a importância e deficiência do trânsito, estacionamento e segurança na cidade; a higiene urbana e a imagem dos jardins, passeios e prédios, a importância da animação da cidade enquanto forma de valorização de todo o potencial turístico da cidade. Foram também apontados alguns problemas quanto ao estacionamento, nomeadamente para autocarros associados ao turismo e dadas algumas sugestões de melhorias, mas sobre esse debate foi elaborado e enviado à Assembleia um relatório. -----

----- Quanto às zonas verdes, disse que a Comissão promovera um debate sob o tema “As zonas verdes de proximidade e equipamentos nelas existentes”, tendo convidado para participar a Associação de Arquitectos Paisagistas, a Associação de Residentes de Telheiras, a Federação de Lisboa das Associações de Pais, a GEBALIS e o Núcleo de Lisboa da QUERQUS. E as conclusões referiam: -----

----- A necessidade de fazer uma análise e caracterização prévia do sistema ambiental da cidade, e o Sr. Arqtº Gonçalo Ribeiro Teles chamara a atenção que no quadro de revisão do PDM fosse consolidada a estrutura ecológica municipal e também para a tendência dos pequenos jardins tenderem a ser impermeabilizados com os impactos negativos na drenagem de águas pluviais por um lado, e, por outro, o consumo excessivo de água para rega da barragem de Castelo de Bode. -----

----- A Comissão de Residentes de Telheiras considerara fazer sentido haver uma proliferação de espaços verdes de proximidade, numa escala de, para quem anda a pé, defendendo a criação de raios de proximidade, e defendera também que Lisboa tinha alguma oferta de espaços verdes mas que em larga medida não eram conhecidos como tal. -----

----- A Federação Regional de Lisboa das Associações de Pais, sublinhara, por seu lado, que o problema também passava pelo asfaltamento de espaços nas zonas dos brinquedos das crianças, onde ocorriam grandes riscos delas se magoarem. -----

----- Nesse sentido, o PDM, na sua revisão, deveria assegurar a reserva de espaços verdes de proximidade, onde o problema dos custos de manutenção deveria ser equacionado mas não impeditivo da salvaguarda dos mesmos espaços. -----

----- Por exemplo, a GEBALIS tinha a existência de um programa social de inserção e emprego para jardineiros, e sobre esse debate foi também elaborado relatório e enviado à Assembleia. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Urbanismo, Rede Viária e Circulação (**3ª Comissão**), disse que a Comissão iniciara a sua actividade em 28 de Fevereiro de 2002 e até ao dia 19 do passado mês de Dezembro realizara 16 reuniões, ou seja, reunira com uma frequência quinzenal durante o período de actividade da Assembleia. -----

----- Mas, a esse propósito, tinha que referir a boa-vontade que todos os membros da Comissão manifestaram, assim como todo o apoio dos serviços da Assembleia Municipal. -----

----- Disse, depois, que nas ordens de trabalho figuravam assuntos sobre os quais o Plenário, ou a Mesa da Assembleia, consideraram ser útil colher o Parecer da Comissão, ou, ainda, aqueles cuja discussão os diversos membros da Comissão entenderam poder contribuir para a resolução dos problemas da cidade. -----

----- Dos assuntos debatidos, disse que se salientavam, pela importância que tinham na vida dos cidadãos de Lisboa, os seguintes: -----

----- A reapreciação do Plano de Pormenor das Amoreiras, que transitara do mandato anterior; a análise e discussão dos problemas que afectam o Bairros Azul, no seguimento da exposição dos moradores, com os quais foi efectuada uma reunião; a análise da situação da Quinta das Conchas e dos Lilases, no seguimento duma exposição do Núcleo de Lisboa da QUERQUS; a discussão do protocolo celebrado entre a Câmara, o Benfica, o Sporting e a EPUL; a análise e tomada de posição sobre a construção da urbanização designada Villa do Restelo; e, ainda, análise e discussão da proposta camarária para a construção de um túnel das Amoreiras à Av. Fontes Pereira de Melo. -----

----- Salientava, porém, que a partir de Setembro de 2002 a Comissão se empenhara especialmente em dar cumprimento à incumbência do Plenário de elaborar um relatório sobre a mobilidade na Cidade de Lisboa, em consequência da aprovação de moções apresentadas pelo PS e pelo PCP, na Sessão de 23 de Julho. -----

----- Após a discussão da metodologia de avaliação dos meios disponíveis e da aprovação dum esboço de calendarização, a Comissão decidira, na sua primeira reunião após o período de férias, elaborar um relatório cujo texto base constituiria o tema dum colóquio a realizar no segundo semestre de 2003, e que se estruturaria nos seguintes pontos: -----

----- Uma análise na óptica do utente, e para isso se propusera um inquérito às Juntas de Freguesia como órgãos autárquicos mais próximos das populações; uma entrevista

com dirigentes de associações defensoras do consumidor e de minorias, como a DECO; da Confederação dos organismos de deficientes; da Direcção da Associação dos Cidadãos Auto-mobilizados; e da Federação Regional de Lisboa das Associações de Pais. Portanto, procuravam ter uma visão do problema das deslocações na cidade, não uma visão tecnocrática, não uma visão estatística, mas sim uma visão humanística do problema. -----

----- Uma outra óptica, seria a óptica dos operadores com entrevistas aos conselhos de administração da Carris, do Metro, da unidade suburbana da Grande Lisboa da CP, da Direcção Nacional dos Transportes de Aluguer – ANTRAL, e com os representantes que operavam na travessia do Tejo. E porque na discussão surgira o velho problema transporte público *versus* transporte privado, a Comissão ouvira também o Automóvel Clube de Portugal com uma participação interessantíssima, de que depois dariam ideia no relatório que iriam fazer. -----

----- E ainda, numa terceira vertente, na óptica dos gestores do espaço municipal, portanto, reuniões com os membros da Vereação responsáveis pelos Pelouros do Planeamento, do Trânsito e do Urbanismo. -----

----- Quanto a essa matéria, disse que o ponto da situação era o seguinte: das 53 Juntas de Freguesia da cidade 34 responderam ao inquérito, representando 70% da população. A Comissão continuava a receber resultados do inquérito, mas pedia às Juntas que ainda não responderam que o fizessem para que o inquérito fosse mais explícito. -----

----- Procederam ao tratamento dos dados e desde já se poderia esboçar um quadro significativo dos problemas das deslocações na cidade, na óptica do utente. -----

----- Foram realizadas entrevistas com todos os operadores e impunha-se fazer uma referência ao acolhimento que a Comissão teve junto de todas essas entidades, como também o facto de todos eles, desde os operadores de táxi até à Carris ou à CP, estarem empenhados na resolução dos problemas dos transportes na cidade. -----

----- O que se verificara, de facto, foi uma falta de diálogo entre eles, falta de diálogo essa que a Câmara e a Assembleia poderiam suprir e estabelecer. -----

----- Lamentava, contudo, que não tivesse sido possível, ainda, reunir com os Vereadores responsáveis pelo planeamento e pelo urbanismo. Só pediram duas ou três horas a cada um deles, mas por mera curiosidade tinha que dizer que no conjunto da Comissão e interlocutores já tinham sido despendidas cerca de 140 horas de trabalho. -----

----- Disse, ainda, que à Comissão tinham sido fornecidos elementos de grande validade para a análise do problema, nomeadamente relatórios, artigos de opinião, estatísticas e actas de reuniões que funcionariam como anexo ao relatório final. -----

----- A terminar, disse que a Comissão esperava entregar o relatório dentro do prazo acordado, e iniciar a preparação colóquio programado sobre esse tema. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, falando na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Habitação e Reabilitação Urbana (**4ª Comissão**), depois de saudar o Sr. Presidente da Câmara por estar presente nesta reunião, demonstrando um comportamento completamente diferente daquele que os seus antecessores tinham, disse que todos na Comissão estavam empenhados em

colaborar com a Câmara naquilo que era um dos objectivos fundamentais do Executivo, que era dar prioridade à reabilitação urbana. -----

----- E, em função disso, reuniram inicialmente com a Vereadora responsável pelo Pelouro da Habitação, Dra. Helena Lopes da Costa, que prestara esclarecimentos sobre aquilo que era a sua política e a sua determinação em levar por diante os objectivos do seu Pelouro. -----

----- Depois reuniram com a Vereadora responsável pelo Pelouro da Reabilitação Urbana, Dra. Eduarda Napoleão, que também lhes transmitira as suas intenções relativamente ao problema da reabilitação urbana, os objectivos e as dificuldades que já naquela altura teria para enfrentar esse grande problema que era reabilitar, em termos urbanísticos, a Cidade de Lisboa. -----

----- A Comissão, segundo disse, teve grande parte do seu trabalho dirigido à realização dum colóquio sobre reabilitação urbana, colóquio esse que se realizara no dia 23 de Novembro, um sábado, com a presença de cerca de 200 pessoas. Inicialmente houve alguma relutância da Conferência de Líderes porque a ideia era que os colóquios apenas ocorressem durante uma tarde, a Comissão entendera que o tema era demasiado importante para ser debatido em pouco tempo, e realmente conseguiram levar avante que a sua realização ocupasse todo o dia. -----

----- Portanto, foi um colóquio que começara cerca das 10 horas e acabara por volta das 20, com a presença de ilustres convidados. Desde logo foi dirigido pelo Dr. João Amaral que teve um papel fundamental na sua realização, como também teve um papel fundamental, e era justo que fosse referido até porque o iria ter também em futuros colóquios, da parte do Sr. Pina Gonçalves que, efectivamente, foi incedível em cooperação com a Comissão e no diálogo com todas as entidades que vieram a participar no colóquio. Portanto, a sua homenagem e o seu agradecimento pelo trabalho maravilhoso que fizera o Sr. Pina Gonçalves, porque sem ele o colóquio não teria tido o êxito que teve. -----

----- Ainda sobre o colóquio, disse que nele participaram a Vereadora Eduarda Napoleão, o Secretário de Estado, Dr. Miguel Relvas, e que houve exemplos importantes de reabilitação conseguidos como foi o caso do centro histórico de Guimarães, relatado pela Arqt<sup>a</sup> Alexandra Gesta que era uma *expert* consagrada nessa área da reabilitação, e o da Ribeira, no Porto, relatado pelo Vereador do Pelouro da Reabilitação da Câmara Municipal do Porto. -----

----- Também participara o Arqt<sup>o</sup> Gonçalo Ribeiro Teles, que, naturalmente, era sempre uma voz agradável de ouvir em questões desta natureza, porque embora pudesse ter nalguns casos uma visão demasiado focada nas questões ambientais em relação às quais poderia haver algumas discordâncias, dum maneira geral era sempre bom ouvir a voz do Arqt<sup>o</sup> Ribeiro Teles. -----

----- De igual modo participaram o Eng<sup>o</sup> António Abreu, a Dra. Leonor Coutinho, anterior Secretária de Estado da Habitação e o actual Secretário de Estado da Habitação, Eng<sup>o</sup> Jorge Magalhães da Costa, portanto um leque importante de personalidades que de certa forma abrilhantaram o debate. -----

----- E as conclusões aprovadas nesse debate, foram: -----



- “1 – Reconhecer a oportunidade da realização deste debate sobre a Reabilitação Urbana, no entendimento de que este é um tema importante nas políticas municipais e nacional que preocupam todas as forças políticas e toda a sociedade de uma maneira geral. -----
- 2 – A Reabilitação Urbana é muito mais vasta do que a simples intervenção no parque edificado degradado, já que implica um largo conjunto de áreas, desde a sua envolvente natural e ambiental até a tudo que possa contribuir por um bem-estar e qualidade de vida das populações inseridas nas áreas sujeitas à Reabilitação Urbana.---
- 3 – A Reabilitação Urbana deve ser encarada num sentido geográfico mais amplo do que apenas as chamadas zonas ou núcleos históricos das cidades deve mesmo nalguns casos ter um âmbito regional. -----
- 4 – Já se realizaram em Portugal intervenções na área da Reabilitação Urbana, muito bem sucedidas e internacionalmente reconhecidas, como foi o caso aqui relatado do Núcleo Histórico da Cidade de Guimarães e da Ribeira na Cidade do Porto.-----
- 5 – Reconhece-se que o estado actual da Cidade de Lisboa no que respeita ao estado do seu Parque Habitacional é muito melhor do que aquele que existia há cerca de 10 anos e que o esforço conjunto das políticas do âmbito da Administração Central e da autarquia, através dos vários instrumentos à disposição para este fim, desde o PER ao RECRUA e REHABITA, tem dado resultados visíveis em Lisboa.-----  
Mas é imperioso ainda um grande esforço para actuar no sentido da recuperação dos muitos milhares de edifícios, cerca de 10.000, em estado de grande degradação, isto apesar dos cerca de 9.000 fogos já recuperados. -----
- 6 – O financiamento é um factor importante para que quer entidades oficiais, quer particulares possam intervir mais e melhor no sector da recuperação do parque edificado. Os fundos imobiliários, muito embora sejam regidos pelos mesmos princípios económicos do que os restantes investimentos imobiliários podem, pelas suas características especiais, ser um bom instrumento para aumentar a capacidade financeira do investimento nesta área. -----
- 7 – Graças ao censo 2001 existem neste momento elementos concretos sobre o estado do parque habitacional quer a nível nacional, quer municipal, quer ao nível de freguesia, o que representa um auxiliar importante para o estudo e lançamento de políticas capazes de melhor resolverem os problemas que se colocam neste capítulo. --
- 8 – A legislação existente é já em si mesmo um instrumento suficiente para resolver muitos dos problemas que se colocam à Reabilitação Urbana, nomeadamente o REGEU, que obriga os proprietários a realizarem obras nos prédios de 8 em 8 anos e sempre que as condições de salubridade e segurança o obriguem. -----
- 9 – A recuperação e reabilitação urbanística deve ser efectuada com preocupação de promover a identidade histórica mas também preparar os núcleos urbanos para os desafios do futuro. -----
- 10 – A Câmara Municipal de Lisboa irá dar prioridade à recuperação do seu parque habitacional degradado. -----
- 11 – A Câmara Municipal de Lisboa tem já em andamento a recuperação dos palácios e edifícios de grande porte com apoio do sector privado. -----

----- 12 – É fundamental diminuir a burocracia e atribuir os edifícios do parque habitacional, propriedade do município não afecto a acções de realojamento, para habitação de estudantes e de outros jovens com dificuldade económica. -----

----- 13 – A Câmara Municipal de Lisboa deve desenvolver acções, quer directamente, quer através da EPUL, para aumentar a oferta de habitação às classes médias, as que mais tem sido expulsa da cidade nos últimos 30 anos. -----

----- 14 – O Governo irá dar celeridade aos processos relativos às acções de despejo de forma a agilizá-las. -----

----- 15 – O Governo irá proceder à fusão de todos os problemas existentes de forma a desburocratizar os processos e estender ainda a sua aplicação aos prédios devolutos. ---

----- 16 – Está em preparação no Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes a revisão do REGEU. -----

----- 17 – O Governo entende a recuperação e reabilitação urbana num sentido amplo considerando não só o parque edificado como também todas as envolventes de natureza ambiental, económica social e cultural.” -----

----- Além disso, a Comissão, debruçando-se sobre o tema da habitação e reabilitação urbana. Nomeadamente em termos da reabilitação urbana entendia que devia considerar positivo aquilo que eram as prioridades envolvidas pelo Município, mas também entendia que como Comissão especializada nessa área, como Comissão que pretendia trabalhar e desenvolver acções concretas tendo em vista a melhoria do estado habitacional de Lisboa, que deveria ser consultada e participar, sempre que possível, nas acções desenvolvidas pela Câmara, com o seu conselho, com o seu apoio, de forma a que fossem mais actantes, fossem mais eficazes e pudessem ser mais abrangentes, já que na Comissão, como era normal também em todas as outras comissões, estavam representadas todas as forças políticas que tinham um sentido de responsabilidade e solidariedade em relação ao desenvolvimento da Cidade de Lisboa, que estava acima de qualquer suspeita. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, falando na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto (**5ª Comissão**), disse que a Comissão realizara treze reuniões, de Janeiro a Outubro de 2002. -----

----- Visitara a Escola Secundária David Mourão Ferreira depois de ter recebido na Assembleia Municipal uma delegação de professores, alunos, trabalhadores da escola e pais dos alunos, tendo tomado posição porque a escola estava ameaçada de encerramento, o que, felizmente, não viera a concretizar-se. -----

----- Também recebeu professores, alunos e pais dos alunos da Escola Secundária dos Anjos, visitou a escola, tomou posição a favor da manutenção da escola, mas a escola acabara por ser extinta, o que prejudicou, no entendimento da Comissão, a população local. -----

----- A Comissão recebeu a Direcção do Casa Pia Atlético Clube, visitou as instalações e teve contactos com o Vereador do Pelouro do Desporto da Câmara no sentido de apoiar o clube na questão da sede, que estava muito degradada, e o projecto para o complexo desportivo que o Clube tinha. -----

----- Realizara reuniões com o Vereador Pedro Feist e com as Vereadoras Helena Lopes da Costa e Sofia Bettencourt para informação e análise dos projectos de actividade em cada área por parte dos respectivos Pelouros e também para organização do plano de actividades. -----

----- Referiu que a Vereadora Sofia Bettencourt tem dado a melhor colaboração à Comissão. Estavam a preparar uma iniciativa da Assembleia Municipal sobre a Juventude, que, ao que sabiam, ainda não estava agendada pela Mesa da Assembleia, mas discutiram ideias quanto aos conteúdos dessa iniciativa, e iam visitar instalações para a juventude no dia 17 de Fevereiro. -----

----- Dos outros Pelouros, depois das reuniões muito positivas – com o Vereador Pedro Feist e com a Vereadora Helena Lopes da Costa foram duas reuniões – ainda não receberam respostas concretas ao que ficara acertado nessas reuniões. -----

----- Continuando, disse que a Comissão estudara os assuntos e interveio na questão da LIS-Desporto, tendo então recebido a administração dessa ex-empresa municipal. -

----- Participara activamente na análise das propostas relativas à construção dos estádios do Benfica e do Sporting, tendo elaborado um parecer que foi aprovado por unanimidade na Comissão. -----

----- A Comissão aguardava ainda informações da Câmara Municipal quanto à construção dum silo-auto no local da sede da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, e gostariam de saber qual era a solução que a Câmara pretendia negociar com essa Federação. -----

----- A terminar, agradeceu o apoio que os trabalhadores da Assembleia Municipal têm dado à Comissão. -----

----- **A Deputada Municipal Luísa Vicente Mendes (PS)**, falando na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura (**6ª Comissão**), começou por referir a composição da Comissão dizendo que faziam parte dela os seguintes Deputados Municipais, Rui Pereira Caeiro e Fernando Magalhães Silva, ambos do PSD; Deolinda Machado e Feliciano David, ambos do PCP; Ana Sara Brito, do PS, Ana Pires Marques, do CDS-PP; e Carlos Marques, do BE. -----

----- Disse, depois, que desde a tomada de posse, em Fevereiro de 2002, até à presente data, a Comissão reunira 11 vezes, nalguns casos com entidades externas que solicitaram a intervenção da Comissão a resolução de diversos problemas. -----

----- Logo de início efectuaram reuniões, quer com a Sra. Vereadora da Cultura, Dra. Maria Manuel Pinto Barbosa, quer com a Sra. Vereadora da Acção Social, Dra. Helena Lopes da Costa, que lhes expuseram as políticas culturais, sociais e de combate às dependências para a cidade, a serem levadas a cabo pela Câmara Municipal. -----

----- Reuniram também com os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca e da Ameixoeira, com a Presidente do Conselho de Administração da EBAHL, com a Direcção da Associação Cultural e Teatral “In Impetus” e com o vogal do vogal do Conselho de Administração da Associação Regional de Saúde, Dr. Heitor Pinto. -----

----- De todos os assuntos tratados ao longo do ano de 2002, permitir-se-ia referir alguns, desde logo a questão colocada pelo Director da Companhia de Dança de

Lisboa, que tinha a ver com o facto de estar a terminar a vigência do protocolo existente entre a Câmara e essa Companhia de Dança, mais concretamente no ponto da cedência por parte da Câmara Municipal e pelo valor simbólico de 100\$00/mês, de dois andares nobres no Palácio Marquês de Tancos. A intenção da Câmara de não renovação do protocolo, com o qual concordavam, foi-lhes esclarecida pela Presidente da EBAHL, Dra. Maria Louro. -----

----- Outro assunto que lhes foi colocado e posteriormente clarificado pela Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, dizia respeito ao acordo existente entre a Câmara e a Instituição Particular de Solidariedade Social “Fonte da Prata”, instituição essa vocacionada para abrigo e recuperação de toxicodependentes. -----

----- Por outro lado, a Comissão vinha acompanhando as diligências feitas, junto da Câmara, pelo Centro Português de Actividades Subaquáticas tendo em vista a instalação do Museu Municipal da Vida Subaquática e da História Submersa. -----

----- A Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes entrara, por escrito, em contacto com a Comissão, chamando a atenção para o problema dos transportes públicos para deficientes, pelo que, tendo em conta as pessoas portadoras de deficiência, a Comissão solicitara à Câmara que, tendencialmente, as barreiras arquitectónicas da cidade fossem sendo banidas e que nos parques de estacionamento da EMEL existissem lugares para os carros das pessoas portadoras de deficiência. Por exemplo, junto dos hospitais, dos centros de saúde, dos serviços públicos, dos teatros, dos cinemas, dos supermercados e centros comerciais. E solicitaram, ainda, que a Câmara insistisse junto da Carris na adaptação dos transportes públicos existentes bem como no reforço das carreiras de mini-BUS para esses concidadãos, e que fossem criadas normas para a colocação de pilaretes na cidade, já que a forma de colocação anárquica constituía uma dificuldade adicional para essas pessoas. -----

----- Continuando, disse que a Associação Cultural e Teatral “In Impetus”, associação que trabalhava à 12 anos com jovens em horário pós-laboral, que para além de ocupar os tempos livres dos jovens dava-lhes formação teatral e que já colaborara com diversas Juntas de Freguesia, sensibilizara a Comissão para a necessidade de continuar a receber ajuda por parte da Câmara, pelo que a Comissão, juntamente com o *dossier*, enviara o seu pedido para as Sras. Vereadoras dos Pelouros da Acção Social, da Cultura e da Juventude, pois pensavam que face ao trabalho realizado pela “In Impetus” não se deveria deixar morrer essa associação porque poderia ser possível uma colaboração entre a Câmara e esse grupo cultural, como, por exemplo, a dinamização e ocupação de jovens num bairro social da Câmara. -----

----- Disse, depois, que um dos assuntos mais problemáticos que lhes foi colocado dizia respeito à construção da extensão do centro de saúde do Lumiar, Charneca/Ameixoeira. A Comissão sabia o quanto era necessária essa extensão, que foi objecto de um protocolo feito há anos entre a Câmara e a SGAL, mas vários problemas que foram surgindo impediram a construção dessa unidade de saúde. A Comissão reunira com os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca e da Ameixoeira, reunira também o Dr. Heitor Pinto, Vogal da Administração da ARS, e na passada sexta-feira com a Sra. Vereadora, Dra. Helena Lopes da Costa, que

informara a Comissão que, finalmente, tudo estava pronto para avançar com a construção. O projecto foi elaborado pela COPRAD tendo em conta os pareceres técnicos da ARS, a construção seria efectuada, pela SEGAL, numa parcela de terreno sita no Vale dos Sete Céus, e o licenciamento no urbanismo para começar a obra aguardava, unicamente, que a ARS indicasse o arquitecto que irá fazer todo o acompanhamento. -----

----- Referiu também que na reunião com a Sra. Vereadora, mercê dum problema posto pelo Dr. Heitor Pinto, a Comissão solicitara que a Câmara diligenciasse junto do Governo Central para arranjar um espaço para o funcionamento do CPD – Controlo de Doenças Pulmonares que, como se sabia, funcionava na Praça do Chile mas tinha ordem de despejo até ao final do ano de 2003, dado aquele espaço ter sido vendido juntamente com o antigo Hospital de Arroios. Segundo informação do Dr. Heitor Pinto, o espaço indicado pelo Governo Central para a transferência desses serviços foi um sexto andar na Praça de Alvalade, no prédio onde funcionava a ADSE, e onde, por uma questão de saúde pública, não podia nem devia funcionar o CPD. Não era competência da Câmara mas acreditavam nos bons ofícios da Sra. Vereadora para ajudar o Governo a encontrar uma solução mais adequada para tão grave problema. ---

----- Outra questão que lhes foi colocada pela ARS dizia respeito ao Centro de Saúde da Av. Duque de Loulé, cujas instalações eram inadequadas e estavam muito degradadas. A Comissão sabia que a Câmara estava a fazer todos os esforços para encontrar um espaço alternativo e que tudo se encaminhava para que essas diligências tivessem êxito. -----

----- A concluir, disse que desejava pôr em comum o empenhamento, e diria também todo o entusiasmo de todos os Deputados Municipais que fazem parte da Comissão, como também dirigir uma palavra de agradecimento aos funcionários da Assembleia Municipal que apoiavam a Comissão, pela sua disponibilidade e pela sua competência, e também era de justiça referir o muito bom entendimento e estreita colaboração entre a Comissão e a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, estendendo-se esse bom entendimento a todo o seu Gabinete. Pensa a Comissão que tem dado a sua contribuição para a resolução de alguns problemas sociais e culturais da cidade, razão para a qual foram eleitos e se propuseram trabalhar. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, falando na qualidade de membro da Comissão Permanente de Segurança e Protecção Civil (**7ª Comissão**) devido à ausência do Presidente, Deputado Municipal Paulo Moreira, e do Secretário, Deputado Municipal José Godinho, disse que para a apresentação do relatório da Comissão, relativo ao período que ia desde a tomada de posse até 31 de Outubro de 2002, não podia deixar de fazer uma introdução inicial para justificar a existência de poucas reuniões nesse período. Desde logo, porque existia um problema profissional com o Presidente que havia sido eleito, que não pôde, por motivos de mudança de funções profissionais, convocar numa primeira fase a Comissão, e depois houve alguma demora na sua substituição, o que prejudicava, como referia o relatório, o funcionamento da Comissão. -----

----- Daí que até 31 de Outubro apenas se tivessem realizado três reuniões: a primeira para formalização de todos os aspectos inerentes ao seu funcionamento; uma segunda reunião em que foram concedidas audiências à Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escolas Secundária D. Filipa de Lencastre e à Sociedade de Engenharia Sísmica. -----

----- A Associação de Pais apresentara várias preocupações quanto à deterioração das instalações da escola, mas também e principalmente quanto à falta de segurança existente na zona, a falta de estacionamento e a necessidade de reordenamento do trânsito na zona circundante à escola. -----

----- A Sociedade Portuguesa de Engenharia Sísmica, por seu turno, alertara a Comissão para o vazio legal quanto à entidade a quem cabia a responsabilidade de verificar e fazer cumprir as normas legais, no que se referia à segurança sísmica, que deveriam ser observadas aquando da construção de edifícios. -----

----- Na terceira reunião a Comissão decidira elaborar um questionário sobre a problemática da segurança, a enviar a todas as Juntas de Freguesia. -----

----- Mas foi no período não compreendido no relatório, portanto seria mencionado no do próximo ano, que a Comissão entrara em velocidade de cruzeiro e passara a reunir semanalmente de modo a recuperar algum atraso no seu funcionamento, até ao final do ano. -----

----- Não iria descrever agora esse tipo de trabalho, mas certo era que a partir daí a Comissão recebeu, sobre a problemática dos bombeiros, sindicatos e representantes dos bombeiros profissionais; recebeu municipais que apresentaram problemas ao Plenário e que para a Comissão foram encaminhados tendo ouvido também Presidentes de Junta sobre essas problemáticas; e ainda outras instituições que apresentaram problemas à Assembleia, não só no período de intervenção do público mas também por escrito. -----

----- Saudou, a terminar, todo o trabalho competente e empenhado dos funcionários da Assembleia Municipal no apoio que deram à Comissão, nomeadamente o Sr. Vítor Morais que sempre contribuíra para o bom funcionamento desta como das outras Comissões. -----

----- **A Deputada Municipal Graça Mexia (PCP)**, falando na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Promoção da Igualdade de Direitos e Oportunidades (**8ª Comissão**), disse que a Comissão, que tomou posse a 19 de Fevereiro de 2002, tem dado conta das suas possibilidades e disponibilidades para debates ou sessões sobre o problema de desigualdade e de não cumprimento dos direitos e oportunidades, aos seguintes organismos e associações: -----

----- A Associação da Mulher Migrante, a Associação O Ninho, a Associação para o Planeamento da Família, a Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, a Associação para a Promoção de Mulheres e Famílias de Minorias Étnicas, a Comissão de Mulheres da UGT, a Comissão de Mulheres da CGTP, o Departamento de Mulheres da UDP, o Departamento de Mulheres do PS, do CDS-PP, Mulheres Social-democratas, Organização das Mulheres Comunistas, assim como a UMAR, o Movimento Democrático de Mulheres com quem tiveram duas reuniões, a GRAU, o

GRAM, a Associação de Solidariedade Social para a Recuperação de Mulheres Toxicodependentes – Reviver, a Associação Portuguesa a Mulher e o Desporto, a Rede de Mulheres Autarcas e a Intervenção Feminina. -----

----- Disse, depois, que desde que tomaram posse tiveram grande preocupação em fazer reuniões de trabalho com a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, pois estavam habituadas, em mandatos anteriores, a ter reuniões muito frequentes com a Vereadora da Intervenção Social. Havia um trabalho conjunto muito importante, aliás pensava que a Deputada Municipal Ana Pires Marques, que foi Presidente da Comissão no mandato anterior, também gostara do trabalho interessante que então desenvolviam com as Vereadoras da Intervenção Social. -----

----- No início do mandato tiveram ocasião de manifestar à Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, responsável pelo Pelouro da Intervenção Social, o interesse da Comissão, até porque ela própria, como Presidente da Comissão, deveria fazer parte do Conselho Municipal para a Igualdade de Direitos e Oportunidades entre Mulheres e Homens e não sabia o que tinha acontecido a esse Conselho porque ainda não tomara posse. Já sabiam que estava a funcionar, e dava-lhes muito gosto que isso acontecesse, o Conselho Municipal para a Intervenção da Pessoa com Deficiência, assim como o Conselho Municipal de Apoio e Integração das Minorias Étnicas. -----

----- Mas para o dia 18 de Abril a Comissão tinha marcada uma reunião com a Sra. Vereadora, que mesmo em cima da hora argumentara que não havia, por enquanto, condições para fazer essa reunião com a Comissão. A Comissão lamentou isso, voltou a insistir, pediu inclusivamente ao Sr. Presidente da Assembleia, Dr. João Amaral, que fizesse esforços nesse sentido, mão não foi possível reunir. -----

----- A verdade era que pressentiam, como de facto veio a acontecer, que não tendo havido reuniões com a Sra. Vereadora da Intervenção Social, antes do Orçamento e das Grandes opções para 2003, que teria, como Presidente da Comissão, de fazer uma intervenção mais extensa, com muitas perguntas, como assim foi aquando da discussão desses documentos. De facto, a Comissão não conseguia, de viva voz, fazer as reuniões a que estavam habituadas com a Sra. Vereadora da Intervenção Social. ----

----- Portanto, na reunião do Plenário realizada no dia 7 de Janeiro de 2003, viu-se obrigada a fazer uma longa intervenção onde colocara muitas perguntas à Sra. Vereadora, nomeadamente no campo da intervenção na área da toxicodependência, curiosamente nessa reunião a Sra. Vereadora não lhes deu resposta nenhuma, dando apenas na última reunião, e ainda bem porque mais valia tarde que nunca, só que essas propostas que anunciara não apareciam com verbas a nível do Orçamento para 2003. --

----- Continuando, disse que no dia 19 de Dezembro tiveram uma reunião com a Presidente da REMA, Dra. Fátima Cavaco, que lhes dera a conhecer o trabalho realizado a nível nacional e internacional por essa Rede de Mulheres Autarcas. Também souberam que em Portugal a REMA estava a funcionar no Porto, Faro, Portalegre, Seixal, Loures e Amadora/Sintra, tinham pena que em Lisboa não fosse da mesma maneira, mas muito lhes aprazia que houvesse esse bom funcionamento. -----

----- Ainda a nível da REMA, souberam também que a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa informara que neste mandato não haveria subsídios nem empréstimos, e que apenas se mantinha o protocolo. -----

----- A terminar disse que a Comissão gostaria muito, e mais uma vez pedia, que, de facto, houvesse uma maior colaboração porque tinha sido assim em todos os mandatos. -----

----- **O Deputado Municipal António Tavares (PSD)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que fazia parte da Comissão Permanente de Promoção da Igualdade de Direitos e Oportunidades e nunca tinha sido convocado para nenhuma reunião, pelo que era lamentável que estivesse agora a ouvir falar dum relatório que nunca existira. -----

----- Aliás, não era só ele que nunca tinha sido convocado, pois o colega do PSD que fazia parte da mesma Comissão nunca havia sido convocado também. -----

----- Por essa razão, solicitava à oradora anterior que retirasse o que acaba de dizer porquanto nunca tomaram parte em qualquer reunião ou em qualquer visita da Comissão. Pessoalmente não aprovava o relatório que foi apresentado pela Comissão. -----

----- **O Deputado Municipal Valdemar Salgado (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Campo Grande, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que também fazia parte da Comissão Permanente de Promoção da Igualdade de Direitos e Oportunidades e só teve uma única reunião, porque para outras, se as houve, nunca foi convocado. Não percebia porquê, a menos que a Presidente da Comissão tivesse feito todas as reuniões sozinha. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, em interpelação à Mesa, disse que pelo menos nas Comissões a que pertencia se realizaram reuniões prévias para preparação dos relatórios que estavam a ser apresentados, e a informação que tinha do membro do seu partido que pertencia à Comissão Permanente de Promoção da Igualdade de Direitos e Oportunidades era que não tinha sido feita qualquer reunião para preparar o relatório que foi apresentado. -----

----- Portanto, desejava saber se os relatórios eram dos Presidentes das Comissões que neles diriam o que bem entendessem, ou se eram relatórios das Comissões para a Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Francisco Oliveira (PSD)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que desejava que a Deputada Municipal Graça Mexia esclarecesse se por acaso não tinha conhecimento que para os assuntos que abordara existia uma Comissão Permanente de Intervenção Social. -----

----- **A Deputada Municipal Graça Mexia (PCP)**, Presidente da Comissão Permanente de Promoção da Igualdade de Direitos e Oportunidades, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, disse que os serviços de apoio foram buscar as actas e principalmente os faxes que foram enviados aos membros da Comissão. De facto, a Deputada Municipal Ana Pires Marques foi o único membro da Comissão que esteve consigo na reunião realizada com a REMA, porque os outros membros faltaram. E as duas reuniões havidas com o MDM foram realizadas a pedido



dessa instituição e foram feitas com o Sr. Presidente, consigo e com a Sra. Dra. Ana Rosa Xisto. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, em resposta à interpelação do Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves, disse que o relatório de actividades da Comissão Permanente de Promoção da Igualdade de Direitos e Oportunidades, que foi recebido pela Mesa, estava assinado pela Presidente da Comissão, Deputada Municipal Graça Mexia, e foi elaborado no dia 9 de Janeiro de 2003, mas nesse como nos outros relatórios não se fazia referência se tinham ou não sido aprovados em sede de Comissão. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Pires Marques (CDS-PP)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que realmente tinha sido convocada para a reunião com a REMA sendo essa a segunda reunião da Comissão para que foi convocada, mas não foi convocada para a reunião referente à elaboração do presente relatório. -----

----- Daí o seu inteiro desconhecimento do que constava no relatório. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que, só para que constasse em acta e fosse público, apesar do relatório da Comissão Permanente de Promoção da Igualdade de Direitos e Oportunidades ter sido assinado pela sua Presidente, o CDS-PP, que tinha um representante nessa Comissão, não se revia e não concordava com o relatório que foi apresentado. -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, em interpelação à Mesa, solicitou que por intermédio do Sr. Presidente em exercício fosse dado conhecimento sobre a regularidade das reuniões da Comissão Permanente de Promoção da Igualdade de Direitos e Oportunidades, e também se o relatório apresentado foi aprovado com o *quorum* necessário. -----

----- Por outro lado, desejava também saber se as reuniões foram regularmente convocadas, uma vez que um conjunto de membros referira que não haviam sido convocados, e, nesse sentido, supunha que estava ferida a legalidade das reuniões. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que iria ver a questão junto dos serviços e posteriormente informaria a Assembleia sobre a matéria. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, no uso da palavra, disse que pensava falar neste ponto da Ordem de Trabalhos sobre a Comissão de Intervenção Social e Cultura, a que pertencia, para interpelar a Câmara sobre a venda que ocorreria do Hospital de Arroios, a capela onde ainda havia culto e o edifício do antigo SLAT que era o controlo de doenças pulmonares. -----

----- Mas deixava isso para depois porque agora, enquanto mulher, enquanto feminista, desejava pedir à Deputada Municipal Graça Mexia que retirasse o relatório, porquanto o problema que estava colocado em relação à igualdade de oportunidades, à defesa dos direitos das mulheres, das minorias étnicas e de todos aqueles que eram diferenciados, passados que estavam quase 30 anos de democracia não podia surgir com esta Comissão. -----

----- Portanto, solicitava-lhe que retirasse o relatório e que reunisse a Comissão para o debater, para que se pudesse rever, como mulher e como feminista, nesse relatório. ----

----- **A Deputada Municipal Graça Mexia (PCP)**, Presidente da Comissão Permanente de Promoção da Igualdade de Direitos e Oportunidades, novamente no uso da palavra, disse que todo o problema nascia do facto de terem lido muito mal, ou de não terem lido, a segunda linha do relatório. -----

----- De facto, no relatório, que aceitava que deveria ter sido discutido na Comissão e não foi, isso era verdade, dizia-se, logo na segunda linha, que foram feitos contactos, por escrito, com essas associações. Não se dizia que foram feitas reuniões com elas! --

----- Portanto, foram feitos contactos, por escrito, com as associações que referira na sua intervenção e que constavam do relatório. Reuniões houve com o MDM, por causa dos problemas da Mulher e o Desporto, depois houve outras reuniões das quais tinha consigo os faxes das convocatórias – que o Sr. Vítor Morais amavelmente lhe entregou – e também das faltas que houve, inclusive na última reunião realizada no dia 19 de Dezembro. -----

----- Portanto, acalmava a sua amiga Ana Sara – que assim tratava porque reuniam muitas vezes noutras lides que também tinham a ver com isto – dizendo que havia, de facto, uma má leitura do relatório. -----

----- **O Deputado Municipal Pessanha da Silva (PSD)**, no uso da palavra, disse que aquilo a que acabaram de assistir foi o desprestígio total da Assembleia Municipal, nomeadamente da Comissão Permanente de Promoção da Igualdade de Direitos e Oportunidades, porque o relatório da Comissão não poderia nunca ser o relatório da sua Presidente, Dra. Graça Mexia, mas teria que ser, forçosamente, o relatório da Comissão Permanente de Promoção da Igualdade de Direitos e Oportunidades. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que lhe parecia exagerado falar-se em desprestígio da Assembleia Municipal quando apenas se estava perante o incidente, absolutamente normal, de saber quem elaborou um relatório em sede de Comissão. Aliás, pelo contrário, entendia mesmo que tudo o que foi já dito da parte das várias Comissões demonstrava que elas tinham tido um trabalho válido em prol da cidade e dos lisboetas. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que estava longe de pensar intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, mas era necessário que fossem capazes de encontrar ali algum bom-senso sobre essa matéria, porque a pior coisa que poderiam fazer seria pôr em causa o trabalho da Assembleia Municipal. Era necessário que todos tivessem alguma capacidade de perceber que, eventualmente, estariam em presença de um relatório que não era regular, mas seria bom que se percebesse que praticamente quase todos os relatórios que foram apresentados hoje também não seriam regulares. -----

----- Portanto, importava que se percebesse que mais importante que estar a pôr em causa a Presidente ou o Presidente duma Comissão, mais útil seria valorizar o tremendo trabalho que, na generalidade, as Comissões Permanentes tinham vindo a fazer. De resto, este ponto só por si estava a revelar a riqueza do trabalho que era feito nas Comissões Permanentes. -----

----- Aliás, até tinha ouvido críticas de alguns camaradas seus exactamente pelo facto de que estavam perante uma sessão inovadora, nunca tinham tido uma sessão sobre

esse tema, mas pessoalmente considerava positivo que estivessem a realizar este debate até porque ele propiciava que pudessem discutir algumas coisas que não iam bem no seio das comissões. -----

----- Recordava, a propósito, que no início do mandato tiveram outros problemas com outros Presidentes de outros Grupos Municipais, e houve capacidade da parte de todos para saberem o que era mais importante, e o que era mais importante era sempre prestigiar a Assembleia, era sempre prestigiar o trabalho que fossem capazes de fazer em prol do Município. -----

----- Por conseguinte, o apelo que fazia era que sobre esta matéria tivessem todos a humildade de perceber que se calhar nenhum dos presentes estava em condições de atirar a primeira pedra. -----

----- Por outro lado, entendia também que seria muito importante que fosse agendado para uma das próximas Conferências de Líderes, uma reunião com os Presidentes de todas as Comissões, como, aliás, já se fizera isso no passado, até para se equacionar a forma como estavam a funcionar as Comissões. Porque, por exemplo, estava-se a questionar o relatório da Comissão Permanente de Promoção da Igualdade de Direitos e Oportunidades, e diria que ele próprio poderia questionar outros relatório que também não foram aprovados em Comissão. Não estava a defender a Presidente da Comissão, não tinha procuração nem ela precisava disso, mas para atacar um Presidente do PCP não poderiam pôr em causa o bom nome da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, disse que em nome da sua bancada desejava referir que se tratava de prestigiar a Assembleia, e seria bom, para que o prestígio continuasse, que todos, sem excepção, cumprissem aquilo que eram as suas responsabilidades. -----

----- O bom-senso com certeza estaria também presente, mas não aceitavam que por via desta ou daquela estratégia se quisesse atacar uma Presidente ou mais exactamente aquilo que enforma a Comissão, porque se tratava duma Comissão para a Igualdade de Oportunidades, a igualdade não só das mulheres mas de oportunidades, portanto num espectro bem mais largo do que esse, mas esperavam que não fosse essa a intenção. -----

----- De qualquer modo assumiam as responsabilidades, obviamente se houvesse falhas teriam que ser concertadas, pelo que a proposta que faziam era que a Conferência de Líderes avaliasse da entrega ou não dos relatórios e clarificasse todas as situações que necessitassem de clarificação. Todas sem excepção, porque, como ainda agora acabava de ser referido, era verdade que houve Comissões que apresentaram relatórios sem a sua aprovação pela Comissão respectiva. -----

----- Disse, depois, que tinha pedido a palavra para falar da Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura, da qual fazia parte, para referir que a Comissão tem funcionado de acordo com aquilo que se pretendia que fosse o seu funcionamento, ou seja, que dê voz, que se aproxime das populações, faça a elencagem das situações emergentes, daquilo que eram, neste caso, as suas preocupações sociais e culturais, e mesmo até em ordem à cidadania. -----

----- Era isso que tinham feito, não iria repetir o relatório porque seria exaustivo para todos, mas queria dizer que dessa forma continuariam a trabalhar. Aliás, o que vinha pautando a conduta era justamente aquilo que eram as preocupações das populações, e era em ordem às populações que trabalhavam e que tinham conseguido unanimidade nos aspectos fundamentais, porque, naturalmente, eram as populações que faziam com que estivessem ali. Eram convicções de que podiam também contribuir para a sua melhor situação de vida, neste caso social e cultural, e para isso contavam com a partilha de todos. -----

----- Mas teriam que evitar algumas demagogias que por ali campeavam, porque era em ordem às populações que teriam que unir esforços. -----

----- Terminou dizendo que se sentia satisfeita na Comissão a que pertencia porque se produzia trabalho, havia cooperação por parte das Sras. Vereadoras que com a Comissão reuniram, e havia resposta, dentro daquilo que era possível, em tempo útil. --

----- **O Deputado Municipal Ramiro Nelson (PCP)**, falando na qualidade de Secretário da Comissão Permanente da Divisão Administrativa da Cidade, (9ª Comissão) leu o relatório que a seguir se transcreve: -----

----- “A Comissão Permanente da Divisão Administrativa da Cidade realizou cinco reuniões no período entre a tomada de posse e o passado mês de Outubro. -----

----- Na primeira reunião realizada em 14/03/02 foi constituída e aprovada por consenso a Mesa da Comissão e discutido o funcionamento da Comissão. -----

----- Foi feita uma abordagem sobre a reforma administrativa da Cidade e foram solicitados aos Serviços da AML, plantas da Cidade e legislação da actual Divisão Administrativa. -----

----- Na segunda reunião realizada em 18/04/02 foram analisados dois documentos: o Dec. Lei 42 142, de 07/02/59 e o Estudo elaborado pela Comissão Eventual da Divisão Administrativa da Cidade do anterior mandato. -----

A Comissão decidiu elaborar um questionário para enviar a todas as Juntas de Freguesia solicitando um conjunto de elementos informativos sobre as mesmas tais como: área da freguesia; número de eleitores e de habitantes; número de membros dos órgãos executivo e deliberativo; horário de atendimento ao público dos diversos serviços; número e regime dos trabalhadores da Junta de Freguesia; cópia da conta de gerência de 2002; bens móveis e imóveis; estado de informatização dos serviços da freguesia e projectos ou meras intenções de fusão ou cisão com outras freguesias. -----

----- Na terceira reunião realizada em 23/05/02 foram analisados alguns questionários enviados por algumas Juntas de Freguesia. -----

----- Houve uma troca de opiniões sobre entidades a consultar e a contactar tais como: Câmara Municipal de Lisboa, Governo Civil, Polícia, Bombeiros, ANAFRE, INE Comissão do Poder Local da Assembleia da República, Patriarcado, Interjuntas e Cidades Europeias através das embaixadas e consultar Faculdades que tenham estudos ou trabalhos ao nível geográfico. -----

----- Foi também sugerido pelos membros da Comissão que numa primeira fase, talvez se pudesse sugerir a via da formação de Associações de Freguesia. -----

----- Na quarta reunião realizada em 04/07/02 foram analisados mais alguns questionários enviados pelas Juntas de Freguesia. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Rodrigo de Moctezuma apresentou um documento à Comissão sobre as comunas de Paris, Marselha e Lyon que posteriormente seria traduzido em português. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Rui Roque contactou a Comissão do Poder Local da Assembleia da República para obter alguns estudos que poderiam existir na referida Comissão assim como também contactou o Senhor Vereador Carmona Rodrigues. -----

----- Na quinta reunião realizada em 10/10/02 foram analisados os questionários enviados pelas Juntas de Freguesia. -----

----- A Comissão também apreciou o documento apresentado pelo Senhor Deputado Rodrigo de Moctezuma sobre as comunas de Paris, Marselha e Lyon”. -----

----- Finda a leitura do relatório, disse, ainda, que nesta mesma reunião foi decidido enviar nova carta a solicitar informação dos questionários às Juntas de Freguesia que estavam em falta, já que, nesta altura, das 53 Juntas de Freguesia da cidade ainda faltavam 22 questionários. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, terminadas que estavam as intervenções, disse que foi a primeira vez que a Assembleia Municipal teve conhecimento, pela voz dos seus Presidentes, independentemente de documento escrito ou não, dos trabalhos que foram desenvolvidos pelas Comissões Permanentes, e esse trabalho, concordando-se ou não – a divergência era só num dos relatórios apresentados – era um trabalho que prestigiava a Assembleia Municipal e os Deputados Municipais que faziam parte das Comissões, porque o trabalho feito foi em prol da cidade e dos munícipes. -----

----- E sendo esta a primeira vez que a Assembleia Municipal fazia a análise do trabalho das Comissões, pelo menos desta forma, a Mesa entendia, aliás por sugestão avançada pelos Deputados Municipais Dias Baptista e Deolinda Machado, que a Conferência de Líderes deveria rever toda esta situação, mas no caso concreto os relatórios até nem haviam sido distribuídos porque faltara um, concretamente o da Comissão presidida pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves. -----

----- Portanto, quanto à questão que puseram à Mesa se determinado relatório era retirado, não tendo ele, como ou outros, sido distribuído poderia pôr-se a questão se o relatório chegasse a ser distribuído. Houve uma informação oral da Presidente da Comissão, informação essa que levantara algumas questões por parte de Deputados Municipais que faziam parte dessa mesma Comissão e outros que não faziam, no seu pleno direito aliás, e, portanto a Conferência de Líderes analisaria essa situação e com certeza sairia daí um consenso sobre a matéria. -----

----- No entanto, desejava reafirmar a importância deste ponto da Ordem de Trabalhos para o conhecimento do Plenário do trabalho que pelas Comissões Permanentes tem sido feito. -----

----- **O Deputado Municipal Francisco Oliveira (PSD)**, em interpelação à Mesa, disse que lhe pareceu ver na Ordem de Trabalhos que este ponto seria a apresentação

dos relatórios das Comissões. Obviamente que em momento algum, do ponto de vista do PSD, esteve em causa o trabalho das Comissões, dos seus membros, a condução dos trabalhos pela Mesa quanto a esta matéria ou a intervenção de quaisquer colegas.--

----- O que estava em causa, e daí a interpelação à Mesa, era que se aquilo que foi lido eram os relatórios das Comissões, devia entender-se, necessariamente, que o n.º 6 do artigo 64º A do Regimento, pelo qual se regia a Assembleia e as suas Comissões, e, ainda, o n.º 3 desse artigo, não foram cumpridos. E passava a ler: “As Comissões devem, anualmente, – não é os Presidentes das Comissões – elaborar relatórios de actividades reportados à actividade desenvolvida até 31 de Outubro de cada ano” referindo o n.º 3 desse mesmo artigo: “Na falta de consenso, as deliberações são tomadas por maioria, sendo o voto dos membros das Comissões ponderado em função da representação na Assembleia Municipal dos respectivos Grupos Municipais, devendo no relatório constar a posição dos vencidos”.

----- E a interpelação que fazia era se o que foi lido eram relatórios das Comissões, porque a ser verdade que o eram, já que era desse ponto da Ordem de Trabalhos que estavam a tratar, necessariamente não estava a ser respeitado o Regimento.

----- Mas se não era dos relatórios das Comissões que estavam a tratar, então eles seriam tratados noutra altura em que fossem lidos e aquilo que agora estiveram a fazer foi outra coisa que não esse ponto da Ordem de Trabalhos.

----- **O Senhor Presidente em exercício** respondeu que o ponto 1 da Ordem de Trabalhos referia expressamente “Funcionamento da Assembleia Municipal: ponto de situação das Comissões”, não referindo a entrega de relatórios nem votações.

----- Por outro lado, a Conferência de Líderes, quando agendara este ponto para uma Sessão da Assembleia Municipal, a única coisa que pedira aos Presidentes das Comissões foi que fizessem uma intervenção, que não ultrapassasse os cinco minutos, para dizer de viva voz à Assembleia Municipal qual o trabalho das Comissões. Porque os relatórios das Comissões nunca foram votados na Assembleia Municipal! Eles eram feitos até ao dia 31 de Outubro e distribuídos aos Deputados Municipais, conforme o Regimento referia, nada mais que isso.

----- Portanto, tratou-se de uma situação nova com a finalidade de trazer ao conhecimento do Plenário o trabalho que era feito nas Comissões Permanentes. Ou seja, não havia relatórios, havia já trabalho avançado em algumas Comissões de relatórios que já foram apresentados ao Presidente da Assembleia Municipal e à Mesa, no sentido de virem a ser distribuídos, futuramente, a todos os Deputados Municipais.

----- Em síntese, o que foi transmitido hoje foi o ponto da situação pelos Presidentes das Comissões, ou por outros membros no caso em que os Presidentes não estavam presentes, mas não relatórios porque esses, como habitualmente, seriam distribuídos a todos os Deputados Municipais.

----- **PONTO 2 - DESIGNAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SETE CIDADÃOS DE RECONHECIDA IDONEIDADE PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, NOS TERMOS DA ALÍNEA S) DO N.º 1 DO ARTº 4.º DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA.**

----- PROPOSTA N.º 1/AML/03 -----

----- Nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 33/98, de 18 de Julho e da alínea s) do n.º 1 do art.º 4.º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, com a redacção dada pela deliberação da Assembleia Municipal de Lisboa n.º 55/AM/99 de 13 de Julho, a Assembleia Municipal de Lisboa, aos 28 de Janeiro de 2003, propõe a seguinte lista de cidadãos de reconhecida idoneidade para integrarem o Conselho Municipal de Segurança: -----

Nomes	Endereço
Fernando Manuel Afonso de Almeida	Calçada de Santo Amaro, 113 - 3.º esq. 1300-514 Lisboa
Paulo Alexandre Silva Quaresma	Rua Prista Monteiro, 25 -7.º C 1600-792 Lisboa
António Alves Marques Júnior	Travessa da Tapada n.º 1 - 2.º dt.º. 1300-552 Lisboa
Ana Bela Burt Magro Pires Marques	Av. Sidónio Pais, 20 -1.º dt.º 1050- 215 Lisboa
José Luís Sobreda Antunes	Rua Prof. Moisés Amzalak, n.º 11 - 7.º B 1600-648 Lisboa
António Manuel Serra Torres Domingos	Rua Francisco Baía, n.º 18 -1.º C 1500-279 Lisboa
Miguel Matos Vale de Almeida	Rua de Campolide, 351-E Ed. IV- 90 C 1070-034 Lisboa

----- (Proposta assinada pelos Líderes de todos os Grupos Municipais) -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, depois de encerrada a votação, que como tinha anunciado decorreria em paralelo com os trabalhos do Plenário, procedeu, juntamente com os Senhores Secretários da Mesa, ao escrutínio dos votos, após o que anunciou os seguintes resultados: -----

----- Votantes ..... 93; -----  
 ----- Votos a favor ..... 83; -----  
 ----- Votos contra ..... 3; -----  
 ----- Votos de abstenção ..... 7; -----  
 ----- Votos nulos ..... 0. -----

----- Face aos resultados da votação proclamou eleitos para o Conselho Municipal de Segurança os cidadãos constantes da proposta. -----

----- Seguidamente, deu por encerrada a reunião informando que a Sessão prosseguiria, em segunda reunião, no dia 4 do próximo mês de Fevereiro, pelas 15 horas. -----

----- Eram 20 horas e 15 minutos. -----

----- E eu, \_\_\_\_\_, Primeira Secretária, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segundo Secretário, \_\_\_\_\_.

----- O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----